

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

ENRICO STRELIAEV CANALI

O CICLO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL:
SOFT POWER, SOFT DISEMPOWERMENT
E A POLÍTICA EXTERNA EM PERSPECTIVA

PORTO ALEGRE
2023

ENRICO STRELIAEV CANALI

**O CICLO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL:
SOFT POWER, SOFT DISEMPOWERMENT
E A POLÍTICA EXTERNA EM PERSPECTIVA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Canali, Enrico Streliaev

O ciclo de megaeventos esportivos no Brasil: soft power, soft disempowerment e a política externa em perspectiva / Enrico Streliaev Canali. -- 2023.
120 f.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Megaeventos esportivos. 2. Esporte e política. 3. Jornadas de junho de 2013. 4. Copa do Mundo FIFA 2014. 5. Jogos olímpicos 2016. I. Filippi, Eduardo Ernesto, orient. II. Título.

ENRICO STRELIAEV CANALI

**O CICLO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL:
SOFT POWER, SOFT DISEMPOWERMENT
E A POLÍTICA EXTERNA EM PERSPECTIVA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi - Orientador
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Janice Zarpellon Mazo
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Tatiana Vargas-Maia
UFRGS

Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida
USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela excelência na minha formação. Devo a esta instituição de ensino muito do que sou hoje, tanto no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, quanto na Faculdade de Ciências Econômicas e na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança. Espero retribuir com este trabalho um pouco do tanto que recebi da sociedade por meio desta universidade pública, gratuita e de qualidade.

Ao corpo docente do PPGEI/UFRGS, em particular a meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi, cuja visão de mundo sofisticada, integrativa, atenta e despreziosa contribuíram em minha formação de forma muito mais profunda do que o que se pode ler nestas páginas. Aos colegas de curso e também ao corpo de técnicos administrativos e profissionais terceirizados da universidade, cujo trabalho é insubestimável.

Aos professores integrantes da banca, que dedicaram seu tempo na leitura atenta do trabalho e na crítica consistente. Espero que tenha sido um trabalho construtivo.

Aos colegas da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE/MJSP), a quem devo boa parte das percepções, ideias e inspirações que motivaram esta pesquisa, e cuja amizade tenho a sorte de levar para a vida.

A minha família, pelo estímulo e amor de sempre. Em especial ao meu pai, Geraldo, por tanto incentivo na busca pelo conhecimento, à Isabela, por quem me empenho em ser melhor a cada dia, e à Josi, pelo apoio, pela paciência e pela compreensão infindáveis. Amo vocês.

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma análise em perspectiva histórica da realização dos megaeventos esportivos no Brasil no período entre 2007 e 2016 e sua relação com a política externa do país. Através da lente teórica da interdependência complexa, de Nye e Keohane, e buscando apoio nos conceitos de *soft power* e *soft disempowerment*, inicialmente são contextualizadas as raízes históricas das interconexões entre os domínios do esporte e das relações internacionais, para então direcionar o foco sobre o caso brasileiro. É reconstruída a trajetória histórica pela busca da realização dos megaeventos esportivos no país, até a efetivação das candidaturas, contemplando os Jogos Pan-Americanos de 2007, os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. A sequência de megaeventos é situada dentro da política externa dos governos do Partido dos Trabalhadores, bem como as posteriores repercussões nos governos Temer e Bolsonaro. Condicionantes externos, como a Primavera Árabe e os movimentos *Occupy*, são concatenados com condicionantes e resultantes internos, como as Jornadas de Junho de 2013 – deflagrados pela preparação para os megaeventos. O trabalho conclui que a sequência de megaeventos esportivos, concebida como ferramenta de projeção internacional do país e de consolidação do projeto político do governo de esquerda, acabou por se tornar uma vulnerabilidade, no contexto do crescimento da extrema-direita mundial e da ascensão ao poder no Brasil de um governo de caráter militarizado – para o que contribuiu a performance de atletas militares.

Palavras-chave: Megaeventos esportivos. Esporte e política. Jornadas de junho de 2013. Copa do Mundo FIFA 2014. Jogos olímpicos 2016.

ABSTRACT

This work seeks to carry out an analysis from a historical perspective of the holding of mega sporting events in Brazil in the period between 2007 and 2016 and their relationship with the country's foreign policy. Through the theoretical lens of complex interdependence, by Nye and Keohane, and seeking support in the concepts of *soft power* and *soft disempowerment*, the historical roots of the interconnections between the domains of sport and international relations are initially contextualized, to then direct the focus on the Brazilian case. The historical trajectory is reconstructed through the search for mega sporting events in the country, until the completion of the candidatures, including the 2007 Pan American Games, the 2011 Military World Games, the 2013 Confederations Cup, the 2014 FIFA World Cup and Rio 2016 Olympic and Paralympic Games. The sequence of mega-events is situated within the foreign policy of the Workers' Party governments, as well as the subsequent repercussions on the Temer and Bolsonaro governments. External conditions, such as the Arab Spring and the Occupy movements, are concatenated with internal conditions and results, such as the June Days of 2013 – triggered by the preparation for mega-events. The work concludes that the sequence of mega sporting events, conceived as a tool for the country's international projection and consolidation of the left-wing government's political project, ended up becoming a vulnerability, in the context of the growth of the global extreme right and the rise to power in Brazil of a militarized government – to which the performance of military athletes contributed.

Keywords: Mega sporting events. Sport and politics. June 2013 protests. 2014 FIFA World Cup. 2016 Olympic Games.

RESUMEN

Este trabajo busca realizar un análisis desde una perspectiva histórica de la realización de megaeventos deportivos en Brasil en el período comprendido entre 2007 y 2016 y su relación con la política exterior del país. A través de la lente teórica de la interdependencia compleja, de Nye y Keohane, y buscando apoyo en los conceptos de *soft power* y *soft disempowerment*, se contextualizan inicialmente las raíces históricas de las interconexiones entre los dominios del deporte y las relaciones internacionales, para luego dirigir el foco hacia El caso brasileño. La trayectoria histórica se reconstruye a través de la búsqueda de mega eventos deportivos en el país, hasta la culminación de las candidaturas, entre ellas los Juegos Panamericanos 2007, los Juegos Mundiales Militares 2011, la Copa Confederaciones 2013, la Copa Mundial de la FIFA 2014 y los Juegos Olímpicos Río 2016. y Juegos Paralímpicos. La secuencia de megaeventos se sitúa dentro de la política exterior de los gobiernos del Partido de los Trabajadores, así como de las repercusiones posteriores en los gobiernos de Temer y Bolsonaro. Las condiciones externas, como la Primavera Árabe y los movimientos Occupy, están concatenadas con condiciones y resultados internos, como las Jornadas de Junio de 2013, desencadenadas por la preparación de megaeventos. El trabajo concluye que la secuencia de megaeventos deportivos, concebida como una herramienta para la proyección internacional del país y la consolidación del proyecto político del gobierno de izquierda, terminó convirtiéndose en una vulnerabilidad, en el contexto del crecimiento de la extrema derecha global y la ascenso al poder en Brasil de un gobierno militarizado, al que contribuyó la actuación de los atletas militares.

Palabras clave: Megaeventos deportivos. Deporte y política. Protestas de junio de 2013. Copa Mundial de la FIFA 2014. Juegos Olímpicos de 2016.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - “ <i>Todos os recordes mundiais devem ser nossos</i> ”	21
Figura 2 - Política internacional tradicional versus política transnacional	30
Figura 3 - “O Brasil decola” - Capa da revista The Economist de 14/11/2009	54
Figura 4 - Carlos Alberto Parreira e Médici erguem a Taça Jules Rimet	59
Gráfico 1 - Medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Olímpicos de Verão	72
Tabela 1 - Medalhas conquistadas e posição do Brasil nos Jogos Olímpicos de Verão	73
Figura 5 - Manifestante durante as jornadas de junho de 2013	86
Figura 6 - “O Brasil estragou tudo?” - Capa da The Economist de 26/06/2013	89
Figura 7 - Protesto de forças de segurança no Rio de Janeiro dias antes dos Jogos	93
Figura 8 - Campeões do Vôlei de Praia nos Jogos Rio 2016, Alison e Bruno Schmidt	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AG-ONU	Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CISM	<i>Conseil International du Sport Militaire</i>
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COB	Comitê Olímpico do Brasil
COI	Comitê Olímpico Internacional
CS-ONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IRIS	<i>Institut de Relations Internationales et Stratégiques</i>
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MJ	Ministério da Justiça
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAAR	Programa Atletas de Alto Rendimento
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SESGE	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
UCI	União Ciclista Internacional
UEFA	União das Federações Europeias de Futebol
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ESPORTE NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16
2.1	OS JOGOS OLÍMPICOS: GRÉCIA ANTIGA E A RETOMADA DA ERA MODERNA	16
2.2	O ESPORTE COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA INTERNACIONAL: DA ASCENSÃO DO NAZISMO À GUERRA FRIA	18
2.3	NOVOS ATORES NO PÓS-GUERRA FRIA: “EMERGENTES” EM BUSCA DE RECONHECIMENTO	22
3	REVISÃO TEÓRICA: INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA, SOFT POWER, SOFT DISEMPOWERMENT E SEUS LIMITES CONCEITUAIS	26
4	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA	45
5	O ESPORTE E OS MEGAEVENTOS E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	57
5.1	DO “COMPLEXO DE VIRA-LATAS” AO “PAÍS DO FUTEBOL”: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E O ESPORTE COMO INSTRUMENTO DA DITADURA MILITAR (DOS ANOS 1950 ATÉ 1988)	58
5.2	REDEMOCRATIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: O “SONHO OLÍMPICO” COMO PROJETO INCIPIENTE DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL (1989-2002)	61
5.3	A CONQUISTA DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: PLANEJAMENTO, OTIMISMO E CONSAGRAÇÃO (2003-2009)	64
5.4	O BRASIL SE PREPARA PARA OS MEGAEVENTOS: A BUSCA POR MEDALHAS EM MEIO A OBRAS, QUESTIONAMENTOS E A TURBULÊNCIA MUNDIAL (2009-2013)	71
5.5	MEGAEVENTOS COMO FATOR CATALISADOR DA INFLEXÃO POLÍTICA: CRISE, MILITARES NO PÓDIO E NO PODER, E O BRASIL COMO “PÁRIA” NO MUNDO (2013-2018)	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

A realização de megaeventos esportivos é tarefa para poucos países no mundo. Sediarem uma Copa do Mundo de futebol ou os Jogos Olímpicos envolve arcar com custos altíssimos, assumir responsabilidades técnicas complexas junto às entidades de governança esportiva internacionais e articular interesses políticos e demandas sociais divergentes. Esses fatores impõem obstáculos que restringem a quantidade de países que se propõem a projetos dessa magnitude. Esse grupo se reduz ainda mais quando se considera aqueles que efetivamente superaram todas as etapas necessárias para que possam sediar tais eventos, cumprindo todas as exigências relacionadas às candidaturas e vencendo postulantes adversários.

Na década passada, o Brasil entrou no rol ainda mais restrito de países que já sediaram *ambos* os eventos, considerados como de “primeira ordem” (Kramareva; Grix, 2018). Tais eventos, ademais, foram realizados em um intervalo de apenas dois anos, sendo a Copa do Mundo FIFA de futebol masculino em 2014 e os Jogos Olímpicos de verão em 2016. As atividades de preparação e realização desses eventos concentraram a atenção da população brasileira, despertando paixões, motivando manifestações de apoio por um lado e questionamentos por outro. Apesar de terem caráter fundamentalmente esportivo, suas repercussões sociais ultrapassam essa dimensão desde a sua concepção em diversos aspectos: desde impactos na infraestrutura urbana, em obras de mobilidade, na geração de empregos e qualificação da mão de obra, até questões relacionadas ao turismo – todos esses fatores estiveram entre as áreas que permearam os debates envolvendo tais torneios.

Mas os megaeventos esportivos, e mesmo o esporte propriamente dito, também possuem dimensões que os aproximam do campo de estudo das relações internacionais. A natureza das competições – colocando frente a frente nas arenas equipes de atletas, cada uma representando os seus países, com uniformes que remetem às bandeiras nacionais, com a execução dos hinos, com as torcidas defendendo suas nações – confere um caráter de simulacro dos ambientes em que as disputas políticas e estratégicas internacionais se dão. No lugar do embate por territórios, a batalha se dá pelas medalhas olímpicas; no lugar da competição para definir quem tem o modelo econômico mais dinâmico e eficiente, atletas competem nas pistas para mostrar quem é mais rápido; no lugar do embate entre ideologias, seleções nacionais se enfrentam em busca de vitórias em campo. Um caso famoso ilustra esse fenômeno: em 1945, ao mesmo tempo em que a disciplina das relações internacionais se consolidava na busca pela compreensão da política internacional e pela formulação de estratégias que evitassem uma nova tragédia como a II Guerra Mundial, que terminara meses

antes, George Orwell publicou um ensaio em que identificava o papel do esporte, num mundo que iniciava sua reconstrução, dizendo que é “a guerra sem os tiros” (Orwell, 1945).

Com o advento dos meios de comunicação em massa, as competições internacionais também ganharam o caráter de espetáculo, e os países e cidades-sede passaram a aproveitar a atenção amplificada, por parte dos públicos estrangeiros, para projetar sua imagem ao mundo. A realização de megaeventos esportivos passou a ser vista, pelos governos dos países anfitriões, como plataforma para a projeção internacional de seus interesses e para a difusão de mensagens diretamente às populações dos outros países. Conforme Murray (2012), as novas ferramentas de comunicação e as novas conformações da sociedade permitem o surgimento de novos canais e novas dinâmicas, para além da diplomacia tradicional. Nesse novo modelo, a interlocução já não ocorre apenas entre governos, mas também diretamente entre os governos e as sociedades de outros países e entre atores paraestatais e essas sociedades, bem como entre as próprias sociedades civis de diferentes países, independentemente dos governos.

No caso do Brasil, a realização dos megaeventos esportivos na década passada fez parte do projeto de governo do Partido dos Trabalhadores, em especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora a realização da Copa do Mundo tenha ocorrido em 2014, durante o mandato de Dilma Rousseff, e os Jogos Olímpicos Rio 2016, durante o período interino do governo Michel Temer, foi durante o mandato de Lula que se conceberam, se construíram e que tiveram êxito as candidaturas para que o país recebesse os megaeventos. Em realidade, o que o Brasil experimentou na época foi uma sequência de competições esportivas de crescente complexidade e magnitude, iniciada em 2007 com os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, cidade que receberia, em 2011, os Jogos Mundiais Militares. Já em 2013, o Brasil organizou a Copa das Confederações, e em 2014 a Copa do Mundo FIFA de futebol masculino. Em seguida, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em 2015, e finalmente o maior de todos os eventos esportivos: os Jogos Olímpicos Rio 2016, seguidos pelos Jogos Paralímpicos, semanas depois, na mesma cidade.

Essa profusão de megaeventos esportivos esteve inserida em uma estratégia que foi marca dos dois primeiros mandatos do presidente Lula (2003-2010): a de buscar um novo patamar de projeção internacional. Consagrada pela expressão “ativa e altiva”, defendida pelo chanceler Celso Amorim, a política externa do país ocupou espaço importante na agenda durante todo o governo Lula, e teve como objetivo colocar o Brasil na busca de papel de protagonismo no sistema internacional. Fizeram parte dessa estratégia a abertura de dezenas de novas embaixadas brasileiras em diversos países, especialmente no continente africano, a

constituição e consolidação do BRICS (bloco formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), do IBAS (fórum de diálogo envolvendo Brasil, Índia e África do Sul), da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a busca pela afirmação do G-20 como principal foro de articulação econômica mundial, em substituição ao G-8.

Foi nesse contexto que o Brasil buscou projetar ainda mais sua imagem internacional, quando lançou as candidaturas para sediar a maior sequência de grandes eventos esportivos internacionais das últimas décadas. A realização dos chamados “megaeventos” teria, no campo da política externa, a função de promover a diplomacia pública, aproximando o país dos públicos estrangeiros, e de projetar o chamado *soft power* do Brasil no sistema internacional, de forma articulada com as demais áreas de atuação da diplomacia. De acordo com Chatin (2016), o Brasil tem buscado assertividade em sua colocação no cenário mundial sem a necessidade do recurso a conflitos interestatais, disputas territoriais, projeção de poder militar ou outras manifestações do chamado *hard power*: “O Brasil não trava guerra com seus vizinhos há 150 anos e, com capacidades militares limitadas, o Brasil difere de seus pares do BRICS como uma potência emergente não militarizada¹” (Chatin, 2016, p. 369).

Conforme a definição apresentada por Joseph Nye, *soft power* se refere à “[...] habilidade de conseguir o que se quer pela atração e não pela coerção ou por pagamentos. Surge da atratividade de um país por meio de sua cultura, de sua política e de seus ideais²” (NYE, 2004, p. X). Uma forma de exercer *soft power* é “[...] apelar a um senso de atração, amor, de dever, e apelar a valores e propósitos compartilhados³” (Nye, 2004, p. 7). Nesse sentido, a estratégia de promover esses megaeventos, aproveitando o potencial de amplificação das mensagens que a ampla cobertura da mídia e a audiência mundial, contabilizada na casa dos bilhões de telespectadores, além do público que acompanha as competições por sites de notícias e mídias sociais, estaria alinhada com o direcionamento da política externa brasileira do governo Lula.

Já o conceito de diplomacia pública, introduzido em 1965 pelo diplomata norte-americano Edmund Gullion, compreende as ações de política internacional que os governos empreendem e que têm como foco não os governos estrangeiros, como no caso da diplomacia tradicional, mas sim as sociedades de outros países:

¹ “Brazil has fought no war with its neighbours in 150 years, and with limited military capabilities, Brazil differs from its BRICS peers as a non-militarised emerging power”

² “What is soft power? It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies.”

³ “Or you can appeal to a sense of attraction, love, or duty in our relationship and appeal to our shared values about the justness of contributing to those shared values and purposes.”

Diplomacia pública [...] lida com a influência das atitudes públicas na formação e execução de políticas externas. Abrange dimensões de relações internacionais além da diplomacia tradicional; o cultivo da opinião pública por governos de outros países; a interação de grupos e interesses privados de um país com outro; o relato de relações exteriores e seu impacto na política; comunicação entre quem tem por função a comunicação, como diplomatas e correspondentes estrangeiros; e o processo de comunicação intercultural⁴ (Cull, 2008, p. 117, tradução própria).

O interesse acadêmico e a produção científica sobre a relação entre os megaeventos esportivos e a política externa brasileira estiveram em alta durante o período que antecedeu e aquele imediatamente posterior àquele ciclo, o que fica evidente pela profusão de estudos sobre o tema. Naquele contexto, o principal foco era o de examinar como a realização de megaeventos esportivos estava associada à estratégia do país de promover sua projeção internacional, e o que havia de perspectivas futuras em relação ao tema. Com o encerramento do ciclo, porém, o interesse acadêmico na temática parece ter se dissipado, na mesma medida em que a atenção dos noticiários e da sociedade também mudaram de foco. Em outras palavras: a produção científica referente às interconexões entre os megaeventos esportivos e a política externa brasileira foi muito mais abundante quando se debruçou sobre as projeções e expectativas do que efetivamente nos efeitos observados.

As profundas mudanças que o país experimentou desde as jornadas de junho 2013, passando pelas eleições de 2014, pela crise econômica de 2015, pelo *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, até chegar na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, incluindo as modificações observadas no campo da política externa, têm sido objeto de estudo no campo da ciência política e das relações internacionais. Os desdobramentos da Primavera Árabe, a partir de 2011, a ascensão de governos de direita em todo o mundo, como é o caso de Donald Trump em 2016 nos EUA, e fenômenos como a saída do Reino Unido da União Europeia (“*Brexit*”) e o processo de “desglobalização” da economia mundial ajudam a explicar essas alterações. Mas pouco se fala sobre o papel específico que a realização dos megaeventos esportivos teve nessas mudanças que o Brasil vem experimentando. O tão citado “legado”, argumento utilizado para justificar investimentos (e suas heranças tangíveis) em estádios,

⁴ No original: “Public diplomacy [...] deals with the influence of public attitudes [...] on the formation and execution of foreign policies. It encompasses dimensions of international relations beyond traditional diplomacy; the cultivation by governments of public opinion in other countries; the interaction of private groups and interests in one country with another; the reporting of foreign affairs and its impact on policy; communication between those whose job is communication, as diplomats and foreign correspondents; and the process of intercultural communications”

obras viárias e outras intervenções urbanas, carece de exame mais atento quando se trata da política externa. Essa é a justificativa para o presente trabalho.

A sedimentação histórica de fatos relacionados ao ciclo de megaeventos esportivos possibilita a exploração analítica dos fenômenos a eles relacionados, ao haverem desencadeado processos, motivado ações e catalisado dinâmicas, e aqui o que se propõe é justamente o exame, em perspectiva histórica, do efeito que a realização dos grandes eventos esportivos teve em relação à política externa brasileira. O período de uma década desde as jornadas de junho de 2013 – marco da inflexão que o apoio popular ao projeto de governo que patrocinou os megaeventos esportivos e fagulha política para os desdobramentos que a sociedade brasileira experimentou subsequentemente – confere ao presente trabalho a relevância e a perspectiva histórica necessárias para a análise que aqui se propõe.

Assim, o presente trabalho tem como **pergunta central** de pesquisa: ***“quais foram os objetivos e os efeitos, em perspectiva histórica, da realização dos megaeventos esportivos no Brasil em relação à política externa brasileira?”*** Tem-se como objetivo principal analisar as repercussões que a organização e a realização desses eventos provocou sobre a política externa brasileira, em especial sob a perspectiva dos conceitos de diplomacia pública e do *soft power* do país em relação ao sistema internacional. Como **objetivos secundários**, se buscou:

- a) identificar as motivações, perspectivas e expectativas dos governos e da sociedade brasileira à época das candidaturas do Brasil como país-sede dos grandes eventos esportivos em relação à projeção internacional decorrente da realização desses eventos;
- b) explorar os processos desencadeados pela preparação e realização dos megaeventos e seus impactos, tanto diretos quanto indiretos, sobre a política externa brasileira nos anos subsequentes;
- c) avaliar a opção pela realização dos megaeventos esportivos em relação aos objetivos propostos na ocasião das candidaturas, no que diz respeito à política externa brasileira e projeção internacional do país.

A primeira parte do trabalho apresentará a contextualização histórica das inter-relações entre esporte e política internacional, partindo da origem dos Jogos Olímpicos, na Grécia Antiga, para então examinar o fenômeno durante os séculos XX, quando passaram de eventos restritos a países centrais e às suas elites para serem transformados em eventos de efetivo interesse e participação global, atingindo a imensa maioria dos países e todas as camadas sociais, potencializados pelo advento dos meios de comunicação de massa e gradativamente

instrumentalizados por governos nacionais como ferramentas de diplomacia pública e de projeção de *soft power*.

A segunda parte do trabalho apresentará as lentes teóricas de que a corrente literatura científica sobre o tema dispõe e que serão utilizadas para examinar os fenômenos descritos a seguir. A partir da teoria da *interdependência complexa*, de Nye e Keohane, que busca explicar as relações entre estados nacionais contemplando atores que vão além dos governos, passaremos à teoria do *soft power*, proposta por Nye, e que tem sido muito utilizada para examinar as relações entre o esporte e as relações internacionais, no campo da diplomacia pública. Como oposto binário ao conceito proposto por Nye, também empregaremos o de *soft disempowerment* (“enfraquecimento brando”), proposto por Giulianotti, a partir da constatação de que muitas vezes existe uma distância entre o legado idealizado dos grandes eventos e aquele efetivo, na medida em que o incremento da exposição midiática vem acompanhado de maior escrutínio da imprensa, resultando em percepções que os públicos externos constroem a respeito dos países-sede da maior exposição de aspectos negativos na imprensa e na agenda pública de modo geral (Giulianotti, 2015, p. 290).

A parte final do trabalho se concentrará na experiência brasileira, identificando as motivações, contextualizando a política externa do país no período e situando nela as perspectivas e a trajetória através da qual o país conquistou o direito de sediar e passou a organizar os grandes eventos. A preparação do país tanto na organização dos eventos quanto na preparação das equipes e demais ações e projetos referentes aos megaeventos que tenham tido repercussões sobre as questões de política externa citadas. Exploraremos também as vulnerabilidades de tal projeto, que passaram a ser mais evidentes a partir das jornadas de junho de 2013, movimento de caráter multifatorial mas catalisado justamente pelos eventos esportivos. Finalmente, se buscará compreender o papel que a preparação e a realização dos megaeventos exerceu em relação à complexa interconexão de eventos e fenômenos que o Brasil experimentou nos anos seguintes, tanto em relação à política externa quanto aos fatores internos da política, levando em consideração, para isso, o referencial teórico previamente apresentado.

2 O ESPORTE NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O esporte tem sido utilizado pelos países com diversas funções nos campos da diplomacia e das relações internacionais, como aproximar povos de países com histórico de disputas ou rivalidades, oportunizar o encontro de líderes, facilitando o diálogo, e possibilitar a busca por legitimação internacional, no caso de novos países ou daqueles que buscam independência ou reconhecimento. Também é frequente a busca pela demonstração de poder de países perante seus pares, o que pode ocorrer de diversas formas, que incluem a busca por hegemonia dentro de campo, em disputas esportivas, ou a realização de grandes eventos esportivos como forma de promover a imagem do país anfitrião, no âmbito da diplomacia pública, junto a populações e países estrangeiros.

Neste capítulo, apresentaremos alguns exemplos paradigmáticos dessa relação, que dão sustento aos argumentos mencionados, e que oferecem elementos que serão retomados oportunamente, como forma de conferir consistência à discussão que será apresentada adiante. Inicialmente, apresentaremos os antecedentes históricos, com a realização dos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga e a sua retomada, no final do século XIX. A seguir, o caso dos Jogos Olímpicos de 1936, que de um evento até então de dimensões reduzidas foi instrumentalizado politicamente e transformado em uma das principais plataformas de projeção do regime nazista, ao mesmo tempo em que se consolidaram como um megaevento de dimensões mundiais.

2.1 OS JOGOS OLÍMPICOS: GRÉCIA ANTIGA E A RETOMADA DA ERA MODERNA

A relação entre o esporte e as relações internacionais é antiga. Na Grécia Antiga, os Jogos Olímpicos, realizados entre os anos de 776 a.C. e 394 d.C. tinham o caráter de promover um senso de coesão entre as cidades-estado, já que durante boa parte de sua história a Grécia era muito mais uma miríade dessas pequenas unidades estatais independentes do que uma nação unificada propriamente dita. A cada quatro anos, dezenas de milhares de atletas, espectadores, políticos e mercadores se reuniam não apenas para competir nas modalidades esportivas, mas também para participar de eventos artísticos e religiosos, como a celebração a Zeus. Os meses que antecediam e sucediam as festividades eram marcados pela chamada *trégua olímpica* (“*Ekecheiria*”, ou *Ἐκεχειρία* em grego), período no qual cessavam – ao menos em tese – boa parte das hostilidades entre cidades-estado beligerantes, garantindo que a cidade anfitriã do

evento não fosse atacada e que os atletas e outros participantes pudessem se locomover para os Jogos e depois retornar a suas cidades (Crowther, 1999, p. 585-586).

Os eventos constituíam oportunidades de aproximação entre as populações das diferentes cidades-estado, e embora tivessem caráter fundamentalmente pacífico, as próprias modalidades esportivas, processos de seleção de atletas e metodologias de preparação física guardavam relação próxima com o treinamento e capacitação das forças militares daquelas unidades, sendo o caso de Esparta paradigmático nesse sentido (Demirel; Yildiran, 2013, p. 193). Com efeito, a realização dos Jogos Olímpicos ajudava a evitar os frequentes conflitos entre as cidades-estado, proporcionando um ambiente para trocas de informações de forma a reduzir as hostilidades, já que as demonstrações de destreza e performance atlética eram interpretadas como capacidades que passíveis de serem transpostas aos campos de batalha. Os Jogos Olímpicos, assim, atuavam como substitutos para confrontos violentos entre cidades-estado ao oferecer uma sinalização referente ao poder militar de cada uma delas:

Ou seja, [os Jogos Olímpicos] ofereciam a todos na região uma fonte barata de informação que estava correlacionada com o poderio militar. Uma vez que as forças relativas eram conhecidas com certo grau de probabilidade aceitável, o desfecho dos eventuais atos de violência era mais bem estimado, e como resultado, batalhas custosas eram evitadas¹ (Allen; Lantinova, 2013, p. 23-25, tradução própria).

Num ambiente como aquele, que em certa medida era um precursor do sistema internacional anárquico da atualidade, como demonstrado, o esporte olímpico desempenhava um papel de demonstração de poder menos custoso do que as guerras (Kokaz, 2001, p. 91-96). O esporte seria, assim, um mecanismo de resolução de disputas políticas menos custoso do que as guerras.

Na Era Moderna, os Jogos Olímpicos foram recriados em 1896, sob a iniciativa do barão francês Pierre de Coubertin. Motivado pela humilhante derrota do seu país na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), o nobre buscou na Grécia Antiga a inspiração para trazer de volta o evento, movido pelo idealismo de promover a resolução pacífica dos conflitos, por um lado, mas também de restabelecer o status da França no sistema internacional. Ao realizar a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna em Atenas, em 1896, Coubertin buscou revestir o evento renascente da mitologia e cerimonialismo que eram característicos da versão original. Já a edição seguinte, realizada em Paris em 1900, coincidiu com a exposição universal realizada

¹ “[T]hat is, it provided everyone in the region a cheap source of information that was correlated with military prowess. Once relative strengths were known with some acceptable probability, the outcome of violence was better known, and as a result, costly battles could be avoided.”

naquela cidade, à qual o evento esportivo foi incorporado. Sem que tenha tido grande relevância política na ocasião, as atenções em relação ao evento esportivo se diluíram em meio às outras atividades da feira. Mesmo assim, se restabelecia a partir dali a periodicidade quadrienal do evento, que passava a ganhar destaque sob o ponto de vista da política internacional a cada edição. Pensado por Coubertin como “um antídoto para as guerras”, com a transferência dos combates dos campos de batalha para os estádios e arenas esportivas, os Jogos tiveram a edição de 1916 cancelada justamente por conta da deflagração da I Guerra Mundial (1914-1918).

2.2 O ESPORTE COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA INTERNACIONAL: DA ASCENSÃO DO NAZISMO À GUERRA FRIA

O grande marco da crescente relevância dos Jogos Olímpicos na política internacional foi a realização da edição de 1936 em Berlim. A candidatura vitoriosa do país para sediar o evento tinha sido obra ainda da República de Weimar, em 1931, e era vista por integrantes do partido nazista, que assumiu o poder dois anos depois, como um fardo, que representava valores repudiados pelo regime, como o internacionalismo e o pacifismo. Na ocasião, Hitler chegou a dizer que o projeto olímpico era “uma conspiração contra a raça ariana por maçons e judeus” (Boykoff, 2016). O compromisso, que já estava assumido junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI), foi então transformado em oportunidade de propaganda pelo novo regime: mesmo com a crescente militarização da região da Renânia, a construção da estética e cerimonialismo que envolviam o evento remetia justamente àqueles valores de internacionalismo e pacifismo que o regime rechaçava, mas que procuravam cumprir o papel de mostrar uma Alemanha menos agressiva do que o que o mundo à época percebia.

A criação do revezamento da tocha olímpica, cuja chama foi acesa em Olímpia, e o voo de 25 mil pombas durante a cerimônia de abertura, procuravam passar mensagens nesse sentido. Impregnadas de ideologia, as imagens eram transmitidas ao mundo através do cinema, em especial com a obra *Olympia*, da cineasta Leni Riefenstahl, e da nascente tecnologia da televisão ao vivo. A relação entre esporte e política agora era difundida e amplificada junto às sociedades dos mais diversos países através dos meios de comunicação de massa, dentro do conceito de *diplomacia pública* (Mackenzie, 2003, p. 302-305).

A edição de 1936 foi a primeira dos Jogos Olímpicos que recebeu aporte financeiro e organizacional em larga escala de um governo nacional, marcando a transição do projeto olímpico de uma iniciativa de indivíduos idealistas para projeto efetivamente estatal. Após a negativa inicial da participação de competidores negros e judeus por parte do regime nazista,

Hitler, em um movimento de busca por legitimação do regime, autorizou a participação desses atletas, na expectativa de que a performance de atletas arianos confirmasse junto aos públicos a superioridade da raça. O desempenho do velocista negro norte-americano Jesse Owens, vencedor de quatro medalhas de ouro, no entanto, frustrou os planos de Hitler nesse sentido (Large, 2012).

Já na ocasião, os países ocidentais consideraram utilizar o evento esportivo como forma de pressão política, através de um boicote, liderado pelos Estados Unidos, que esteve próximo de se consolidar:

Diante dessas realidades, formou-se um movimento internacional pedindo um boicote em larga escala aos Jogos de Berlim. Curiosamente, o movimento de boicote teve sua maior ressonância nos Estados Unidos da América, uma nação com sua própria tradição de racismo, tanto no esporte como em outros lugares. Seja qual for o elemento de hipocrisia aqui, no entanto, o esforço de boicote americano quase deu certo. E se os americanos tivessem desistido, há uma boa chance de que os britânicos e franceses também o tivessem feito. Nesse caso, a grande festa olímpica de Hitler teria sido efetivamente arruinada² (Large, 2012, p. 61, tradução própria).

A edição de 1936 em diversos sentidos inaugurou os Jogos Olímpicos como megaevento esportivo que conhecemos hoje: com a instrumentalização política e disputas internacionais para além das meras competições esportivas e a com amplificação da difusão pelos meios de comunicação, passaram a ganhar espaço como fenômenos de massas, despertando interesse de sociedades de diversas partes do mundo. Ironicamente, esse movimento se deu em parte por um regime que rechaçava justamente os ideais do olimpismo como originalmente pensados.

Durante o período da II Guerra Mundial, os Jogos Olímpicos foram interrompidos, tendo sido retomados a partir de 1948, em Londres, ocasião em que foram celebrados em um clima de reconstrução e um ideal de reconciliação. O evento foi marcado, no entanto, pelas incipientes tensões da Guerra Fria, servindo como palco das disputas ideológicas que só cresceriam dali em diante, e consolidando no cenário internacional a divisão da Alemanha em dois países distintos.

Revertendo sua antiga hostilidade ao movimento olímpico, a imprensa esportiva alemã controlada pelos soviéticos argumentou que apenas o esporte socialista poderia oferecer um verdadeiro esporte “olímpico” amador ao democratizar o atletismo para as massas. As potências aliadas de ocupação compostas pela Grã-Bretanha, França e Estados Unidos estavam unidas em sua rejeição de reivindicações não comprovadas de superioridade soviética e denunciaram os controles "antidemocráticos" impostos

² “In the face of these realities, an international movement calling for a large scale boycott of the Berlin Games took shape. Interestingly, the boycott movement had its greatest resonance in the United States of America, a nation hardly without its own tradition of racism, in sport as elsewhere. Whatever the element of hypocrisy here, however, the American boycott effort came within a hair of succeeding. And had the Americans pulled out, there is a good chance that the British and French might have done so as well. In that case, Hitler’s grand Olympic party would have been effectively ruined.”

pelos soviéticos em toda a Europa Oriental. A realização dos Jogos Olímpicos em Londres no verão de 1948, quando as tensões da Guerra Fria aumentaram, fornece um foco para essas visões divergentes³ (Bolz, 2015, p. 195, tradução própria).

Ao longo das décadas seguintes, as grandes competições esportivas internacionais passaram a ocupar espaço de cada vez maior relevância na área das relações internacionais. Em 1964, o Japão usou os Jogos Olímpicos de Tóquio como ferramenta de diplomacia pública, se apresentando ao mundo como uma nova nação, unida e renascida após a II Guerra Mundial:

[O Japão] pretendia também se desfazer da imagem de um país com pretensões imperiais sobre o Pacífico e a Ásia [...] Nos anos que sucederam o final da II Guerra, o Japão passou de um país destruído, com fome e miséria, para se tornar referência em tecnologia e dinamismo econômico. Na disputa pela escolha da cidade-sede, Tóquio derrotou Detroit, nos EUA, a capital das indústrias automobilísticas à época, justamente no momento em que o paradigma fordista perdia espaço para o toyotismo. A *Tokyo Tower*, inaugurada poucos anos antes, superava a Torre Eiffel, tornando-se a mais alta do mundo. O *Tōkaidō Shinkansen*, primeiro trem-bala do planeta, foi inaugurado dias antes do início dos Jogos, e reduziu pela metade o tempo de viagem até Osaka. O Japão renascia determinado a ser visto como importante ator na comunidade global, e os Jogos Olímpicos eram a vitrine perfeita para seu *soft power* (Canali, 2020).

Pascal Boniface, fundador e diretor do *Institut de Relations Internationales et Stratégiques* (IRIS), sintetiza:

Erich Honecker, líder do Partido Comunista da Alemanha Oriental, afirmou em 1948: “O esporte não é um fim em si mesmo; é um meio para alcançar outros fins”. Os jornalistas soviéticos Y. Kotov e I. Yudovich disseram: “Cada nova medalha é uma vitória para a sociedade soviética e para o sistema esportivo socialista. Fornece prova irrefutável da superioridade da cultura socialista sobre a cultura decadente dos estados capitalistas. O presidente Gerald Ford disse a ele: “Percebemos como é importante competir vitoriosamente contra outras nações? [...] Sendo um líder, os Estados Unidos devem manter sua posição [...]. Dado o que o esporte representa, um sucesso esportivo pode servir a uma nação tanto quanto uma vitória militar. Quando o Brasil foi premiado com as Olimpíadas de 2016 em outubro de 2009, o presidente Lula declarou em lágrimas: ‘Agora estamos recebendo o respeito que merecemos’⁴ (Boniface, 2021, p. 70, tradução própria).

³ “Reversing their former hostility to the Olympic movement, the Soviet-controlled German sports press argued that only socialist sport could deliver true amateur ‘Olympic’ sport by democratising athletics for the masses. The occupying Allied powers made up of Britain, France and the United States were united in their rejection of unproven claims of Soviet superiority and denounced the ‘undemocratic’ controls imposed by the Soviets across Eastern Europe. The holding of the Olympic Games in London in the summer of 1948 as Cold War tensions increased provides a focus for these divergent views, throwing new light on the political role of the reporting of sport and of the sporting press in post-war Germany.”

⁴ “Erich Honecker, le leader du Parti Communiste est-allemand, affirmait en 1948 : «Le sport n’est pas un but en soi ; il est un moyen pour atteindre d’autres buts.» Les journalistes soviétiques Y. Kotov et I. Yudovich déclaraient : «Chaque nouvelle médaille est une victoire pour la société soviétique et le système sportif socialiste. Elle fournit la preuve irréfutable de la supériorité de la culture socialiste sur la culture décadente des États capitalistes.» Le président Gérald Ford lui déclarait : «Est-ce que nous réalisons à quel point il est important de concourir victorieusement contre les autres nations ? [...] Étant un leader, les États-Unis doivent tenir leur rang [...]. Compte tenu de ce que représente le sport, un succès sportif peut servir une nation autant

No decorrer da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética disputavam o domínio do quadro de medalhas a cada quatro anos, reproduzindo a disputa ideológica que ambas as superpotências travaram por décadas. “Essa competição conceitual apresentou uma ameaça constante ao movimento olímpico, com os dois países usando as Olimpíadas como campo de batalha para validar seus respectivos sistemas políticos e econômicos⁵” (D’Agati, 2013, p. 1). Essa disputa atingiu seu ápice quando os Estados Unidos boicotaram os Jogos Olímpicos de Moscou de 1980, em resposta à invasão soviética do Afeganistão, no ano anterior, situação essa que foi respondida pelo boicote dos países do bloco comunista, liderados pela URSS, aos Jogos de Los Angeles, em 1984. Na ocasião, o país citou a falta de segurança para seus atletas e uma “histeria anti-soviética”, e outros países do bloco incluíram na justificativa o caráter “excessivamente comercial” daquela edição dos Jogos — o que afrontava a ideologia comunista e ia contra os princípios do movimento olímpico (D’Agati, 2013, p. 129-130).

Figura 1 - “Todos os records mundiais devem ser nossos” - Cartaz de propaganda soviética de 1948



Fonte: Carleton (2022).

qu’une victoire militaire. » Lorsque le Brésil se vit attribuer les Jeux olympiques de 2016 en octobre 2009, le président Lula déclara, en larmes : «Nous recevons maintenant le respect que nous méritons.»

⁵ “This conceptual contest between the United States and the Soviet Union posed a constant threat to the Olympic Movement, as both countries used the Olympics as a new field of battle to validate their respective political and economic systems.”

O período da Guerra Fria testemunhou diversos episódios de “guerras por procuração” (“*proxy wars*”), em que as superpotências se enfrentavam indiretamente, como foi o caso da Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã. No campo simbólico, as competições esportivas internacionais também foram palco de diversos confrontos, em que a vitória em campo ou nas quadras representaria a vitória ideológica, não apenas entre as superpotências Estados Unidos e União Soviética, como também entre os países dos respectivos blocos.

2.3 NOVOS ATORES NO PÓS-GUERRA FRIA: “EMERGENTES” EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

No contexto do esgotamento da Guerra Fria e do fim do mundo bipolar, os Jogos Olímpicos mantiveram o caráter político, adaptados à nova realidade: em 1988, a Coreia do Sul reeditou a experiência japonesa de 24 anos antes e fez dos Jogos uma vitrine para seu impressionante desenvolvimento tecnológico e dinamismo econômico, construídos num ambiente de recuperação após a guerra que enfrentara. Representante dos chamados “tigres asiáticos”, o país escolheu justamente esse animal como mascote, e aproveitou a visibilidade dos Jogos para apresentar ao mundo sua pujante indústria de alta tecnologia (Dubinsky, 2019, p. 33).

Naquela mesma região, o esporte foi utilizado como estratégia de aproximação entre aqueles dois países com relação histórica traumática: no período imperial, o Japão ocupou e anexou a península coreana durante a primeira metade do século XX, e mesmo após a retração, em 1945, as relações permaneceram complicadas. Em 2002, a Copa do Mundo FIFA de futebol masculino foi realizada de forma conjunta, com partidas nesses dois países — formato inédito até então — e que operou um processo de aproximação entre as duas sociedades que havia sido iniciado em nível de diplomacia governamental décadas antes, mas que com o torneio esportivo se consolidou no nível interpessoal (Sakaedani, 2005, p. 251-252).

A partir do início do século XXI, entra em curso uma reconfiguração dos centros de poder político e econômico mundiais, que se deslocam dos Estados Unidos e Europa ocidental em direção a novas regiões, representados sobretudo pelo conjunto de países que integram o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Compreendendo 41% da população e 24% do PIB mundial (Evolution [...], 2021), os países do bloco passaram a recorrer à realização de grandes eventos esportivos como forma de alavancar as suas economias, mas também com a “finalidade de afirmação do novo papel dos BRICS no sistema internacional, oportunidade de

se firmarem como grandes centros globais, cosmopolitas e plenamente integrados aos fluxos de bens, serviços e pessoas” (Silva; Gomes, 2021, p. 3).

Esse fenômeno foi inaugurado com a realização dos Jogos Olímpicos em Beijing, em 2008. Coincidentemente, no mesmo ano em que o capitalismo sofria sua maior crise desde a Grande Recessão dos anos 1930, a China voltava a se apresentar ao mundo como um país com uma economia dinâmica, inovadora e capaz de oferecer sua própria alternativa de desenvolvimento econômico, representada por obras como o Estádio Nacional “Ninho do Pássaro” e o Centro Aquático Nacional “Cubo d’Água”. Os Jogos de Beijing foram a oportunidade de lançamento da primeira linha de trem de alta velocidade no país, ligando a capital a Tianjin, e inaugurando o rápido processo de implantação da rede desses trens pelo país (Wong, 2022). Na ocasião, o país também procurou responder às críticas de que seu desenvolvimento industrial se dava com custos ambientais significativos, tendo se tornado um dos maiores poluidores do mundo, ao apresentar os Jogos Olímpicos como sustentáveis do ponto de vista ambiental, inclusive com a chancela da própria ONU (UN [...], 2007)

Em seguida, era a vez de a África do Sul voltar à cena mundial: após quase meio século do regime do *apartheid* (1948-1994), o país havia eleito Nelson Mandela como presidente, promulgado uma nova constituição e redesenhado sua bandeira nacional, que passava a simbolizar os diversos elementos da sociedade do país. Esse processo de superação do passado vergonhoso e busca de um novo patamar de inserção mundial foi acompanhado, no campo da diplomacia pública, pela realização da Copa do Mundo FIFA em 2010 — a primeira realizada no continente africano. Esse acontecimento tem relevância ainda maior quando se lembra que o esporte havia sido utilizado pela comunidade internacional justamente para condenar o regime segregacionista no passado: o país não pôde competir nos Jogos Olímpicos de 1964 até 1988, e foi banido da FIFA entre 1961 e 1991. Ainda, o próprio processo de escolha do país como sede do evento contou com intensa mobilização e apoio de outros países do continente, no espírito do Pan-Africanismo e da filosofia humanista do continente, ou *ubuntu* (Ndlovu, 2010, p. 146).

A Rússia, por sua vez, sediou os Jogos Olímpicos de inverno em 2014 no balneário de Sochi, sede selecionada pelo COI após uma campanha na qual o presidente Vladimir Putin se envolveu pessoalmente, inclusive com visitas a outros países-membros do comitê, para onde foi em busca de apoio nas votações. A realização do evento, conforme o presidente declarava abertamente, visava mostrar ao mundo e aos seus próprios cidadãos a nova Rússia, forte como já havia sido, bem como tornar o país mais atraente no estabelecimento de relações com outros países, tudo isso estimulando o sentimento de orgulho nacional, após um período de crise

doméstica decorrente do esfacelamento da URSS. A escolha da cidade também indicava o foco geopolítico do governo: localizada no Cáucaso, Sochi fica a menos de 50 km da fronteira com a região da Abkazia, na Geórgia, e no meio do caminho entre a Chechênia e a Crimeia. A península, de fato, foi anexada pelas forças armadas russas poucos dias após a cerimônia de encerramento, motivando críticas ao país por haver violado o princípio da *Ekecheiria* — embora outras análises sugiram que o evento esportivo já vinha sendo preparado com a finalidade de dissimular as pretensões militares de Putin na região (Kobierecki, 2016, p.165-172).

Na ocasião, a Rússia já havia sido escolhida para sediar, em 2018, a Copa do Mundo de futebol masculino, e as pressões sobre a FIFA para que reavaliasse a decisão se intensificaram, na expectativa de que a retirada da chancela passasse uma mensagem em nome da comunidade internacional condenando a anexação. Sepp Blatter, presidente da entidade, não recuou: "A Copa do Mundo foi escolhida em votação para a Rússia e vamos seguir em frente com nosso trabalho" (Sepp, 2014). De fato, o torneio aconteceu, e apesar de protestos relacionados à guerra e abusos referentes a direitos humanos, não foram registrados boicotes. A própria Ucrânia, país à qual a península da Crimeia pertencia antes da anexação, só não participou por não ter se classificado nas eliminatórias — mas as disputou até o fim.

No contexto do pós-Guerra Fria e ascensão dos chamados “emergentes”, ganhou complexidade a relação entre os organismos de governança esportiva (em particular o COI e a FIFA) e esses países. Após os atentados de 11/9, os custos relacionados à garantia da segurança dos megaeventos esportivos dispararam, somando-se às exigências cada vez maiores dos compromissos a serem assumidos pelos países e cidades que apresentam candidaturas: não se trata apenas de estádios e outros equipamentos esportivos, mas obras viárias, infraestrutura de turismo, tecnologia da informação e telecomunicações, entre outras. Democracias liberais tradicionais tendem a apresentar resistência maior por parte da sociedade a assumir esses custos, como foi o caso da desistência da Suécia na candidatura para os Jogos de inverno de 2022 (Wallin, 2014) e dos protestos locais contra as candidaturas de Roma, Hamburgo, Budapeste e Paris para os Jogos de verão de 2024 (Bourbillères; Gasparini; Koebel, 2021).

Esses fenômenos têm ajudado a abrir os caminhos para que os países emergentes obtenham sucesso nas candidaturas — alguns dos quais com sistemas políticos que não seguem o modelo de democracia liberal ocidental. Em outras palavras, países cujos regimes são politicamente questionados pelos países desenvolvidos ocidentais, e que são justamente aqueles que buscam legitimidade internacional, são os que têm tido propensão crescente a serem escolhidos para realizar esses megaeventos. Por outro lado, as entidades de governança esportiva internacional já não têm conseguido contar tanto com a disposição desses mesmos

países ditos centrais, e acabam contribuindo para legitimar governos desses países emergentes, alguns com regimes autoritários, ao os escolherem como sedes.

Esses exemplos demonstram uma relevante correlação entre os campos das relações internacionais e do esporte, em especial no que diz respeito à organização de grandes eventos esportivos. Em 2009, a Assembleia Geral da ONU conferiu ao COI o reconhecimento como observador com *status* permanente, garantindo à entidade a participação nas assembleias e inclusive o uso da palavra. O secretário-geral Ban-Ki Moon declarou que “Os princípios olímpicos são princípios das Nações Unidas”, consolidando uma aproximação que se intensificava desde 1993, quando a AG-ONU aprovou a Resolução 48/11, em que instava os estados-membros a observar a *Ekecheiria* e que avançou no ano seguinte, com a celebração de uma parceria entre o COI e o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (Cooperation [...], 2022). A relação entre o esporte e as relações internacionais, como se vê, é ampla e tem longo histórico. A comunidade acadêmica que busca compreender esse fenômeno sob o ponto de vista científico tem buscado evoluir na construção de um arcabouço teórico para dar conta do fenômeno. No próximo capítulo, serão apresentadas as ferramentas teóricas empregadas neste trabalho.

3 REVISÃO TEÓRICA: INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA, SOFT POWER, SOFT DISEMPOWERMENT E SEUS LIMITES CONCEITUAIS

Em 1986, Trevor Taylor chamou atenção para o fato de que o estudo do esporte e das relações internacionais, sob o ponto de vista acadêmico, era “um caso de negligência mútua”: apesar da grande presença do esporte na sociedade, mediando relações humanas, na função de representação, de entretenimento e mesmo das disputas de poder, e apesar também da importância que já era atribuída ao assunto pelos próprios governos nacionais, como ficou evidente no capítulo anterior, o tema passava longe do interesse dos estudiosos da área de relações internacionais. Conforme argumentam Roger Levermore e Adrian Budd: “Do ponto de vista das relações internacionais, o interesse pelo esporte vinha muito atrás do tema principal da disciplina: a luta interestatal por segurança e poder” (Levermore; Budd, 2004, p.18).

No livro *Sport and International Relations: An Emerging Relationship*, Levermore e Budd (2004) associam a preferência dos estudiosos do campo das relações internacionais, no final do século XX, pela “alta política” internacional estadocêntrica (dominada por temas militares, de segurança e diplomacia) com a negligência por temas que não pudessem ser enquadrados nessa estrutura, profundamente associada ao paradigma realista. Os autores explicam que a emergência de novos atores, como entidades e empresas transnacionais, e novos temas, como questões de gênero, tendem a abrir mais espaço para posturas mais próximas à teoria crítica e abordagens pós-estruturalistas.

Os desenvolvimentos nas últimas três décadas, no entanto, deram um sério golpe na noção de que as sociedades existem dentro de limites hermeticamente fechados e interagem com outras sociedades como com objetos externos – a famosa analogia da bola de bilhar de proveniência hobbesiana. Seja através do impacto geral e crescente do que veio a ser conhecido como globalização nas economias locais, ambientes e assim por diante. Ou, mais particular e dramaticamente, a poderosa erupção do global dentro do local em 11 de setembro de 2001, o internacional cada vez mais interfere e restringe nossas ações¹ (Levermore; Budd, 2004, p. 8, tradução própria).

De fato, o esporte não ocupa um local tão central no funcionamento e na dinâmica interestatal do mesmo modo que os processos econômicos, militares ou políticos, dizem os autores, nem tampouco oferece um local especialmente privilegiado para o entendimento do

¹ “Developments over the last three decades, however, have dealt a serious blow to the notion that societies exist within largely hermetically sealed boundaries and interact with other societies as with external objects – the famous billiard-ball analogy of Hobbesian provenance. Whether through the general and developing impact of what has come to be known as globalization on local economies, environments and so on or, more particularly and dramatically, the forceful eruption of the global within the local on 11 September 2001, the international increasingly impinges upon and constrains our actions.”

sistema internacional. “Mas o esporte é um ponto de acesso, já que é parte importante do sistema internacional, e é moldado por ele, ao mesmo tempo em que o influencia” (Levermore; Budd, 2004, p. 9).

Assim, enquanto as partidas de críquete entre a Índia e o Paquistão são de importância secundária em comparação com a recente ameaça de guerra entre os dois países, elas são cortadas do mesmo pano de relações sociais e internacionais e inscritas no mesmo quadro de ideias e práticas sociais. Conseqüentemente, argumentamos que uma compreensão mais profunda da dinâmica do esporte global pode promover uma maior compreensão do ambiente internacional² (Levermore; Budd, 2004, p. 9, tradução própria).

Nas últimas décadas, o debate acadêmico tem ganhado relevância e se aprimorado na busca da formulação de um arcabouço teórico que dê conta do campo da intersecção entre a disciplina das relações internacionais e do esporte e megaeventos esportivos. Neste capítulo, apresentaremos um breve recorte dessa trajetória, tendo como ênfase a lente teórica do *soft power*, de Joseph Nye, mas não sem antes tratar da teoria da interdependência complexa, formulada por Nye e Keohane. A interdependência complexa, embora não seja utilizada de forma rotineira quanto é o *soft power* nos estudos sobre a temática, aporta alguns elementos essenciais para o nível de análise dos fenômenos que se pretende neste trabalho, como se verá adiante, quando da análise da interação entre múltiplos atores, para além da disputa de poder entre estados. Ademais, a interdependência complexa oferece algumas das bases sobre as quais Nye construiu subsequentemente a tese do *soft power*.

A seguir serão discutidas também as limitações teóricas desse modelo, que embora tenha sido empregado de forma reiterada nesta área, também é objeto de críticas, as quais serão apresentadas. Por fim, trataremos do conceito de *soft disempowerment*, de Giulianotti, fenômeno que consiste no oposto binário à ideia proposta por Nye, e que a ilustra e reforça conceitualmente, sendo uma concepção valiosa para a análise dos fenômenos apresentados nos capítulos subsequentes.

Nos anos 1970, Joseph Nye e Robert Keohane, constatando a crescente politização dos temas da economia internacional, bem como a impossibilidade de explicar as dinâmicas das relações de poder interestatal utilizando apenas (ou prioritariamente) a dimensão militar, apresentaram o conceito de *interdependência complexa*. Segundo essa concepção, as relações

² “Thus, while cricket matches between India and Pakistan are of secondary importance compared with the recent threat of war between the two countries, they are cut from the same cloth of social and international relations and inscribed within the same framework of ideas and social practices. Consequently, we argue that a deeper understanding of the dynamics of global sport may foster greater understanding of the international environment.”

internacionais passavam a ser determinadas pela inter-relação cada vez mais complexa e profunda de diversas redes que operam de forma simultânea. Sob esse paradigma, o poder dos estados na determinação das relações internacionais já não seria absoluto, uma vez que atores não-estatais, como empresas e organizações transnacionais, passariam a contribuir de forma importante nessas relações. O poder militar, embora ainda essencial, passa a perder peso relativo nas relações interestatais. Conforme Sarfati (2000):

Quando há poucos interesses em comum entre os Estados e também um baixo grau de institucionalização no relacionamento entre eles, é de se esperar que as premissas realistas/neo-realistas de distribuição de poder e de balanço de poder sejam preponderantes em suas relações. Entretanto, à medida que os Estados enxergam as razões para cooperar e passam cada vez mais a institucionalizar o relacionamento entre eles, cada vez mais as tradicionais premissas realistas/neo-realistas perdem relevância (Sarfati, 2000, p. 156)

Segundo o autor, Keohane define as *instituições* como “grupos de regras (formais e informais) persistentemente conectadas que prescrevem o comportamento, constroem as atividades e definem as expectativas” (Sarfati, 2000, p. 157). Essas instituições podem assumir três formatos:

- a) formal governamental ou organizações não-governamentais internacionais (caso da ONU e OMC, por exemplo);
- b) regimes internacionais;
- c) convenções.

A teoria da interdependência complexa oferecia um contraponto à teoria da dependência, que teve grande relevância no contexto da descolonização dos anos 1960 e 1970. A interdependência complexa aceitava a ideia de assimetria nas relações interestatais (como também o fazia a teoria da dependência), mas questionava a lógica realista segundo a qual o poder militar se sobrepõe a todas as outras dimensões de poder, sendo essa mais uma manifestação da redução relativa do poder estatal. Segundo a teoria da interdependência complexa, o poder estatal gradualmente daria lugar a redes cada vez mais abrangentes e poderosas de relações entre atores para além dos governos. Isso incluiria empresas transnacionais, organizações não-governamentais, instituições financeiras internacionais, além de questões culturais, por exemplo.

Os autores frisam a crescente importância dos novos atores e temas nas relações internacionais:

Essas mudanças na importância relativa do poder militar e econômico são acompanhadas por uma complexidade crescente de atores e questões na política mundial. Do ponto de vista deste ensaio, destacam-se quatro elementos: a crescente diversidade de tipos de atores, particularmente atores não estatais, na política mundial; a agenda ampliada da política externa como resultado da maior sensibilidade das sociedades umas às outras em áreas anteriormente consideradas puramente domésticas; as crescentes dificuldades enfrentadas pelos Estados em manter a coerência política; e as crescentes possibilidades de vínculos entre vários tipos de questões³ (Keohane; Nye, 1973, p. 162, tradução própria).

As características centrais da interdependência complexa, descritas por Nye e Keohane na obra *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, de 1973, são a presença de múltiplos canais conectando as sociedades, a ausência de hierarquia entre os assuntos e o papel menor da força militar.

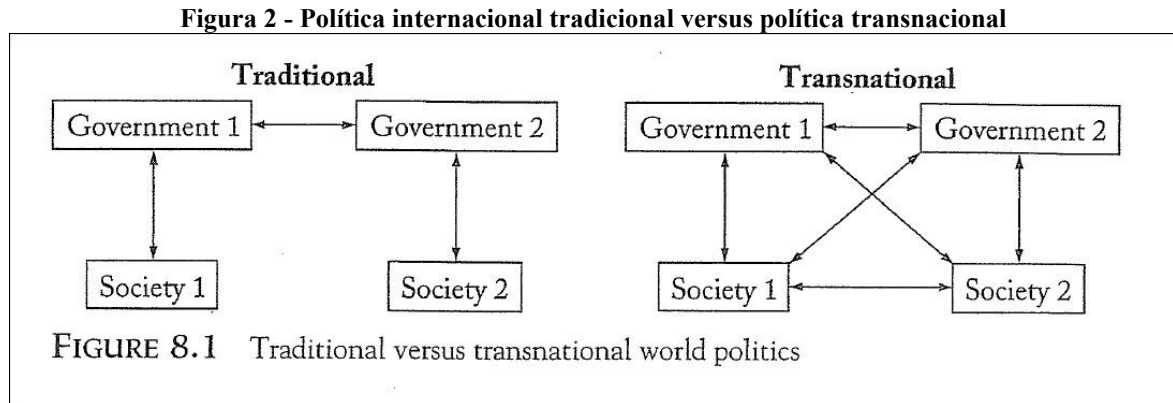
Múltiplos Canais - Na política internacional existem múltiplos canais conectando as sociedades, incluindo todas as transações interestaduais, transgovernamentais e transnacionais. Isso se opõe à suposição de estado unitário do realismo. Neste mundo complexo de interdependência, não apenas a interação formal e informal entre as elites governamentais é uma fonte de conexão das sociedades, mas os laços informais entre as elites não governamentais e as organizações transnacionais estão ganhando cada vez mais importância. [...] Esses atores, além de perseguirem seus próprios interesses, também “agem como correias de transmissão, tornando as políticas governamentais de vários países mais sensíveis umas às outras”⁴ (Rana, 2015, p. 291, tradução própria).

A interdependência complexa, assim, acolhe a percepção de que os governos e seus agentes militares e diplomáticos não são os únicos atores relevantes nas relações internacionais. A crescente relevância de outras instituições para além dos estados (como empresas transnacionais e organismos multilaterais), além da busca de atores das sociedades civis por interconexões utilizando diferentes canais e sistemas comunicacionais passa a exercer papel cada vez menos desprezível nas relações internacionais. Da mesma forma, a analogia das “correias de transmissão”, que guarda relação com a teoria dos jogos de dois níveis, de Robert Putnam, busca contemplar a influência mútua que a política externa e a política interna exercem

³ “These shifts in the relative importance of military and economic power are paralleled by an increasing complexity of actors and issues in world politics. From the perspective of this essay, four elements stand out: the increasing diversity of types of actors, particularly non-state actors, in world politics; the broadened agenda of foreign policy as a result of increased sensitivity of societies to one another in areas formerly considered purely domestic; the increasing difficulties faced by states in maintaining policy coherence; and the increasing possibilities for linkages between various types of issues”

⁴ “Multiple Channels In international politics there are multiple channels connecting the societies, including all the interstate, transgovernmental, and transnational transactions. This is opposed to the unitary state assumption of realism. International Journal of Business and Social Science Vol. 6, No. 2; February 2015 292 In this complex world of interdependence not only formal and informal interaction between governmental elites are a source of connecting societies but informal ties among non-governmental elites and transnational organizations are gaining more and more importance. Multinational firms and banks have a great impact on the domestic as well as interstate relations. These actors, besides pursuing their own interests, also ‘act as transmission belts, making government policies in various countries more sensitive to one another’”

uma sobre a outra. Um conceito de múltiplos canais pode ser visualizado a Figura 2, que Nye apresenta no livro *Understanding international conflicts: An introduction to theory and history*:



Fonte: Nye (2003, p. 243).

No modelo de política transnacional, a multiplicidade de canais de comunicação entre os atores fica evidente. Não só as sociedades se comunicam entre si, à revelia dos governos, como também os próprios governos se comunicam com as sociedades *de outros países*, como indicam as linhas diagonais do diagrama acima. Diante dessa constante disputa e negociação, há um dinamismo e uma fluidez entre temas e canais empregados, o que ajuda a explicar a segunda característica da interdependência complexa:

Ausência de Hierarquia entre Assuntos - No mundo da interdependência complexa, não há hierarquia entre as questões. A linha divisória entre política interna e externa torna-se tênue e não há uma agenda clara nas relações interestatais. Existem vários problemas que não estão organizados em uma hierarquia clara ou consistente. Entre outras coisas, ‘a segurança militar não domina consistentemente a agenda’. Ao contrário da suposição dos realistas, de que a segurança é sempre a questão mais importante entre os Estados, em uma interdependência complexa, qualquer área temática pode estar no topo da agenda internacional em qualquer momento específico⁵ (Rana, 2015, p. 291-292, tradução própria)

Com a presença cada vez mais relevante de diferentes atores na disputa pela concepção e implementação da política externa, é natural que essa busca pela primazia dos temas também seja objeto de disputa e de negociação constante. Atores distintos possuem interesses distintos, e disposição e capacidades distintas em associar forças e elaborar estratégias de promoção de

⁵ “Absence of Hierarchy among Issues - In the world of Complex interdependence, there is no hierarchy among the issues. The dividing line between domestic and foreign policy becomes blurred and there is no clear agenda in interstate relations. There are multiple issues which are not arranged in a clear or consistent hierarchy. Among other things, ‘military security does not consistently dominate the agenda.’ The foreign affairs agendas have become more and more diverse now. As opposed to the realists’ assumption where security is always the most important issue between the states, in complex interdependence, any issue-area might be at the top of the international agenda at any particular time”

suas agendas que contemplem outros parceiros ou que neutralizem agentes que defendem pautas concorrentes ou conflitantes. O ambiente de distensionamento da Guerra Fria em que a teoria foi formulada, bem como o posterior otimismo em relação ao novo mundo “globalizado” também ofereciam terreno fértil para que a interdependência complexa fosse vista como potencial ferramenta de modulação dos preceitos defendidos pelo realismo.

Papel Menor da Força Militar - Ao contrário do papel central que é dado à força no mundo realista, ou seja, uma necessidade última para garantir a sobrevivência, a Interdependência Complexa assume que nas relações internacionais a força é de baixa relevância. Quando prevalece a Interdependência Complexa, a força militar pode ser irrelevante na resolução de desacordos sobre questões econômicas entre os membros de uma aliança, mas ao mesmo tempo ser muito importante para as relações políticas e militares da aliança com seu bloco rival⁶ (Rana, 2015, p. 291-292).

A interdependência complexa não abre mão de contemplar os aspectos relacionados à constituição de forças armadas e do emprego ou ameaça de uso da força militar. O que ela faz, por outro lado, é buscar contemplar essa dinâmica de modo associado às outras forças que moldam e influenciam o sistema internacional. Sarfati explica que, em um mundo de interdependência complexa, onde não há uma agenda hierárquica, o poder é obtido levando-se em consideração as seguintes dinâmicas:

- Ligação de estratégias: os objetivos dos atores na interdependência complexa devem variar, assim como a distribuição de poder nos assuntos de interesses entre esses atores [...] o jogo de barganha envolve uma complexa análise da teia de interesses dos Estados e dos poderes deles nas suas diversas áreas de atuação [...]
- Formação de agenda: Em uma situação de ausência de hierarquia entre os assuntos de relações internacionais, é de se supor que a construção da agenda internacional de cooperação seja uma importante fonte de poder. Desse modo, a situação de interdependência complexa deve gerar problemas domésticos e internacionais, criados pela sensibilidade a essa interdependência. Essa situação faz com que grupos descontentes com o impacto da sensibilidade se organizem e mobilizem a agenda doméstica e interestatal para a negociação em torno do tema. Por conseguinte, tanto os Estados como os atores transnacionais podem colocar na agenda internacional diferentes assuntos, e isso é um exercício de poder. [...]
- Relações transnacionais e transgovernamentais: Em busca de múltiplos canais, pode-se esperar que as relações entre as empresas transnacionais e os governos possam se traduzir em mais ou menos poder para os Estados. Isso quer dizer que, se um governo consegue atrair o capital produtivo para o país, com certeza esse Estado está ganhando poder. Por outro lado, se o Estado não consegue atrair investimentos estrangeiros e é vítima de uma evasão de recursos, ele certamente está perdendo poder. Nessa situação, as empresas transnacionais podem ser vistas como atores independentes, mas também podem ser instrumentos da manipulação dos governos à medida que os estados se utilizam delas para promover os seus interesses nacionais. Os múltiplos canais da interdependência complexa não se limitam aos atores não-estatais, pois os contatos

⁶ “Minor Role of Military Force - As opposed to the central role that force is given in realist’s world, i.e. an ultimate necessity to guarantee survival, Complex Interdependence assumes that in international relations force is of low salience. When Complex Interdependence prevails, military force could be irrelevant in resolving disagreements on economic issues among members of an alliance, however simultaneously be very important for the alliance’s political and military relations with its rival bloc”

entre as burocracias governamentais podem levar à formação de coalizões transgovernamentais em torno de políticas específicas.

· Papel das organizações internacionais: Em um mundo de múltiplos canais, as OIGS ajudam na construção das agendas internacionais e facilitam a formação de coalizões, além de dar estrutura para a cooperação internacional e o fórum para o interesse dos estados mais fracos. Isso não quer dizer que as organizações internacionais, como a ONU ou a OMC, sejam a panacéia para os problemas da humanidade, como os idealistas nos faziam crer, mas, sim, que, à medida que a interdependência complexa se aprofunda cada vez mais, os fóruns internacionais ganham uma importância fundamental na construção de agendas de discussão e de barganha entre os estados.” (Sarfati, 2000, p. 165-166).

O modelo da interdependência complexa ganhou força com o distensionamento das relações entre os blocos liderados pelas duas superpotências da Guerra Fria. Conforme essa concepção, a paz e a prosperidade entre os países se consolidam com o aprofundamento e aprimoramento de novos laços, que incluem fatores intangíveis, como cultura, valores, ideias e instituições, além da legitimidade que as sociedades atribuem às instituições (Lekakis, 2019). Em 1987, Keohane e Nye publicaram o artigo *Power and Interdependence revisited*, no qual respondem a críticas e analisam sob perspectiva a obra original, sustentando que a obra não se pretendia situar dentro do paradigma liberal das relações internacionais, mas sim de tentar contemplar a dimensão da força propriamente dita (militar) com as dimensões em que os demais atores agem no sistema internacional. Bem assim, explicam que tampouco sustentavam que a interdependência complexa tem como resultado esperado necessariamente a cooperação (Keohane; Nye, 1987, p. 730-731).

O emprego de força militar, mesmo quando há assimetria de poder entre os estados, já não garantiria os resultados esperados necessariamente, e com a elevação brutal dos custos (financeiros e políticos) dessa alternativa, a opção por meios econômicos para se atingir determinados objetivos passaria a ter preferência. No entanto, aspectos das disputas de grupos de poder internos dos estados tornam complexa a tomada de decisão pelos governos, ao mesmo tempo em que tornam mais difícil uma ação coordenada. Os autores ilustram o raciocínio com um exemplo hipotético:

Por exemplo, se o governo pretende deter a proliferação nuclear ameaçando impedir que um potencial proliferador receba equipamentos para usinas nucleares, ele sacrifica o objetivo de expandir as exportações pelo objetivo de deter a proliferação. É provável que haja um conflito intragovernamental sobre a política, que pode, em algumas circunstâncias, tornar-se um assunto para coalizões transgovernamentais⁷ (Keohane; Nye, 1987, p. 736, tradução própria).

⁷ “For example, if the government seeks to stop nuclear proliferation by threatening to stop a potential proliferator from receiving equipment for nuclear plants, it sacrifices the goal of expanding exports for the goal of stopping proliferation. This policy is hardly likely to be welcomed by the governmental agencies charged with the task

Esse modelo teórico, ainda que não tenha sido apresentado com uma metodologia de análise multi-nível com o rigor analítico necessário para dar conta dos jogos complexos que representam as interações que caracterizam a política moderna, por si só já evidencia a necessidade de se levar em consideração aspectos da política interna e das disputas de poder e interesses de diferentes grupos domésticos e transnacionais – para além do estado nacional propriamente dito – no estudo das relações internacionais. A estrutura do sistema, ainda que permaneça importante na análise, já não pode prescindir do entendimento das dinâmicas internas dos atores. Em outras palavras: considerar o estado nacional como a unidade básica de análise das dinâmicas do sistema internacional, tomando como dadas suas preferências e características, leva a limitações analíticas. Outro exemplo ajuda a esclarecer essa ideia:

Os processos que ocorrem em um sistema são afetados por sua estrutura e pelas características das unidades mais importantes do sistema. As preferências dos Estados os predispoem a certas estratégias; a estrutura do sistema oferece oportunidades e restrições. [...] Por exemplo, não basta conhecer a estrutura geopolítica que cercou a Alemanha em 1886 ou 1914 ou 1936: é preciso também saber se as estratégias alemãs foram as conservadoras de Bismarck, as mal concebidas do Kaiser ou as revolucionárias de Hitler. [...] O exame desses processos sistêmicos leva o investigador a examinar com mais cuidado as interações entre as características do sistema e da unidade - por exemplo, examinar como as preferências dos atores são afetadas pelas restrições e oportunidades em seus ambientes e vice-versa. Ou seja, focar nos processos sistêmicos direciona nossa atenção para as conexões recíprocas entre política doméstica e estrutura internacional e as correias de transmissão entre elas⁸ (Keohane; Nye, 1987, p. 745, tradução própria).

A ênfase no *processo*, de forma combinada com a *estrutura* do sistema é o que aproxima a interdependência complexa do papel de uma pretendida síntese (em contraponto a uma disjunção ou ruptura) entre o realismo e o liberalismo. Esse intento converge com a defesa da inclusão do estudo das contingências, motivações e dos efeitos das dinâmicas internas dos atores estatais sobre as relações e suas dinâmicas a nível sistêmico.

of export promotion. Indeed, there is likely to be an intragovernmental conflict over the policy, which may, in some circumstances, become a matter for transgovernmental coalitions.”

⁸ “The processes that take place in a system are affected by its structure and by the characteristics of the most important units in the system. The preferences of the states predispose them towards certain strategies; the structure of the system provides opportunities and constraints. [...] For example, it is not enough to know the geopolitical structure that surrounded Germany in 1886 or 1914 or 1936: one also needs to know whether German strategies were the conservative ones of Bismarck, the poorly conceived ones of the Kaiser, or the revolutionary ones of Hitler. [...] Examining these systemic processes leads the investigator to look more carefully at the interactions between system and unit characteristics—for example, to examine how actors' preferences are affected by the constraints and opportunities in their environments and vice versa. That is, focusing on systemic processes directs our attention to the reciprocal connections between domestic politics and international structure and the transmission belts between them.”

Logo após o fim da Guerra Fria, no ambiente de otimismo inicial em relação à globalização, num mundo que se consolidava como unipolar em torno do poder norte-americano, Joseph Nye apresenta o conceito de *soft power*, em dois artigos publicados em 1990, um com aquele mesmo título, na revista *Foreign Policy* (Nye, 1990a) e o outro na *Political Science Quarterly*, em que faz alusão à natureza cambiante, naquele momento em especial, do poder internacional (Nye, 1990b). O conceito, que pode ser traduzido como “poder brando” ou “poder suave”, foi consolidado em livro publicado em 2004 com o mesmo título (Nye, 2004), onde é definido como “a capacidade de conseguir o que você quer através da atração ao invés de coerção ou pagamentos. Ela surge da atratividade da cultura, dos ideais políticos e das políticas de um país” (Nye, 2004, p. x). Ele explica o conceito em contraposição à concepção tradicional de poder, baseada nas capacidades militares e econômicas:

Um país pode obter os resultados que deseja na política mundial porque outros países – admirando seus valores, imitando seu exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e abertura – querem segui-lo. Nesse sentido, também é importante definir a agenda e atrair outros na política mundial, e não apenas forçá-los a mudar, ameaçando com força militar ou sanções econômicas. Esse poder brando – fazer com que os outros desejem os resultados que você deseja – coopta as pessoas em vez de coagi-las⁹ (Nye, 2004, p. 5, tradução própria).

O conceito de Nye se aproxima do paradigma neoliberal das relações internacionais, segundo o qual a relação entre os estados em um sistema internacional anárquico tende a ser mais benéfica na medida em que mais canais de conexão passam a ganhar relevância, para além das relações entre governos, como vimos no subitem anterior. Por certo, em um ambiente de arrefecimento de tensões militares interestatais nos moldes das décadas anteriores, bem como de revolução tecnológica em que os meios de comunicação de massa e os fluxos de produtos, de capitais e de ideias se consolidavam como a nova realidade.

Além desses componentes, presentes no modelo explanatório de Nye, também tem importância a concepção de que o *soft power* só é efetivo na medida em que os outros estados e suas populações o reconheçam e que as sociedades se sintam atraídas a reproduzir, a seguir aquele ideário. Esses recursos de *soft power* não existem por conta própria, e Nye aprofunda essa ideia usando o conceito de *diplomacia pública*, conforme a concepção de Edmund Gullion, e sustentando que:

⁹ “A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries-admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness-want to follow it. In this sense, it is also important to set the agenda and attract others in world politics, and not only to force them to change by threatening military force or economic sanctions. This soft power-getting others to want the outcomes that you want-co-opts people rather than coerces them”

Em termos comportamentais, o soft power é um poder de atração. Em termos de recursos, os recursos de soft power são os ativos que produzem tal atração. Se um determinado ativo é um recurso atraente de soft power, pode ser medido por meio de pesquisas ou grupos focais. Se essa atração, por sua vez, produz os resultados políticos desejados, deve ser julgado em cada caso particular. [...] Essa distinção entre poder medido em resultados comportamentais e poder medido em termos de recursos é importante para entender a relação entre soft power e diplomacia pública. Na política internacional, os recursos que produzem o soft power surgem em grande parte dos valores que uma organização ou país expressa em sua cultura, nos exemplos que dá por suas práticas e políticas internas e na maneira como lida com suas relações com os outros. A diplomacia pública é um instrumento que os governos usam para mobilizar esses recursos para se comunicar e atrair os públicos de outros países, e não apenas seus governos. A diplomacia pública tenta atrair chamando a atenção para esses recursos potenciais por meio da transmissão, subsidiando exportações culturais, organizando intercâmbios e assim por diante¹⁰ (Nye, 2008, p. 95, tradução própria).

O histórico da política externa do Brasil, de não-intervenção nos assuntos internos de outros países, da busca pela solução pacífica dos conflitos e da opção pela via diplomática em detrimento do uso da força, tem feito do país um caso paradigmático no estudo do *soft power* dos estados nacionais, como explica Chatin (2016):

[O] Brasil, que não busca nem exerce poder militar em nível global, e não está destinado a desempenhar papel de destaque na via militar estratégica, deve sua projeção internacional sobretudo ao seu soft power [...] Nesse sentido, Green e Luehrmann (2016, p. 261) detalham: O Brasil está modernizando suas defesas, mas não é de forma alguma uma potência militar convencional (e se afastou de uma capacidade nuclear) [...] Não é buscar competir nessa categoria (mas) ser um novo tipo de presença global [...] A escolha do Brasil de não competir quando se trata de hard power na verdade aumenta seu trunfo: soft power. (O que torna o Brasil único é que ele) é diferente de tantos outros emergentes, porque não está buscando ascender à estatura global jogando o jogo do hard power¹¹ (Chatin, 2016, p. 370, tradução própria).

¹⁰ “In behavioral terms, soft power is attractive power. In terms of resources, soft power resources are the assets that produce such attraction. Whether a particular asset is an attractive soft power resource can be measured through polls or focus groups. Whether that attraction in turn produces desired policy outcomes has to be judged in each particular case. [...] This distinction between power measured in behavioral outcomes and power measured in terms of resources is important for understanding the relationship between soft power and public diplomacy. In international politics, the resources that produce soft power arise in large part from the values an organization or country expresses in its culture, in the examples it sets by its internal practices and policies, and in the way it handles its relations with others. Public diplomacy is an instrument that governments use to mobilize these resources to communicate with and attract the publics of other countries, rather than merely their governments. Public diplomacy tries to attract by drawing attention to these potential resources through broadcasting, subsidizing cultural exports, arranging exchanges, and so forth”

¹¹ “In this context, Brazil, which neither seeks nor exerts military power on a global level, and is not destined to play a prominent role on the strategic military road, owes its international projection above all to its soft power [...] In this sense, Green and Luehrmann (2016, p. 261) detailed: Brazil is modernizing its defences, but it is by no means a conventional military power (and it walked away from a nuclear capability) ... It is not seeking to compete in that category (but) to be a new kind of global presence ... Brazil’s choice not to compete when it comes to hard power actually augments its stronger suit: soft power. (What makes Brazil unique is that it) is different from so many other up-and-comers, because it is not seeking to rise to global stature by playing the hard power game ... Brazil thus wins with soft power.”

Para Grix, Brannagan e Houlihan (2015), o Brasil se tornou particularmente adepto da estratégia de alavancar seu *soft power*, em boa medida justamente pela limitada capacidade militar relativa. A realização de megaeventos esportivos, segundo ele, tem sido parte dessa estratégia em diversos países, ainda que com propósitos distintos: ao comparar a experiência das olimpíadas de Londres em 2012 com a de 2016 no Rio de Janeiro, os autores sustentam que o propósito do governo britânico na ocasião, no campo da política externa, tinha mais relação com o reposicionamento da visão internacional sobre o país, que havia se engajado em dezenas de conflitos armados nos últimos 100 anos; já o Brasil buscava projetar ao mundo a percepção de que tinha capacidades logísticas, técnicas e econômicas de realizar eventos daquele porte, dando suporte à busca por um outro status no sistema internacional: “No caso do Brasil [...] organizar megaeventos não é simplesmente uma forma de anunciar que está pronta ‘para sinalizar [sua] ‘graduação’ ao status de estado avançado’ – isto é, passar da periferia para o centro, mas para indicar sua mudança de um ator regional para um ator global em assuntos internacionais” (Grix; Brannagan; Houlihan, 2015, p. 475).

O esporte como fenômeno de interesse global, assim constituído e consolidado dentro da sociedade capitalista já no século XX mas com intensidade ainda maior no século XXI, como ilustra o trabalho de Grix, Brannagan e Houlihan (2015), passa a ser palco e instrumento para os atores estatais (mas não apenas esses) na difusão e amplificação de mensagens condizentes com a busca por *soft power*. Barry Smart (2007) sustenta que o esporte é uma manifestação cultural economicamente significativa, altamente popular e globalmente interligada. Em revisão sobre o assunto, o autor refere que:

[O esporte] ocupa um lugar de destaque em uma ‘área profunda da sensibilidade coletiva’ (Eco 1987: 160) e é capaz, como Nelson Mandela teria sugerido, de mobilizar os sentimentos das pessoas em todos os países de maneira incomparável (Carlin 2003). O secretário-geral das Nações Unidas subseqüentemente endossou essa visão quando comentou sobre um esporte, o futebol, que é “mais universal” do que a ONU e que a Copa do Mundo da FIFA reúne a ‘família de nações e povos’ ‘celebrando nossa humanidade’ de uma forma que poucos outros eventos culturais podem ser iguais (Annan 2006)¹² (Smart, 2007, p. 114, tradução própria).

Ao longo da primeira década do século XXI, os modelos que utilizam a lente do *soft power* para analisar a interface entre esportes, megaeventos esportivos e o campo das relações

¹² “It occupies a prominent place in a ‘deep area of the collective sensibility’ (Eco 1987: 160) and is able, as Nelson Mandela reportedly suggested, to mobilize the sentiments of people in all countries in an unrivalled manner (Carlin 2003). The Secretary General of the United Nations subsequently endorsed this view when he remarked of one sport, football, that it is ‘more universal’ than the UN and that the FIFA World Cup brings the ‘family of nations and peoples’ together ‘celebrating our common humanity’ in a way that few other cultural events can equal (Annan 2006).”

internacionais passaram a ser empregados de forma recorrente. Almeida, Marchi Júnior e Pike (2014) sustentam que tanto a Copa do Mundo de 2014 quanto os Jogos Olímpicos de 2016 foram concebidos dentro de uma estratégia mais ampla de posicionar o Brasil entre os grandes líderes globais, e que o *soft power* foi um dos principais instrumentos usados, fazendo menção à “diplomacia da bola”: “[As] embaixadas brasileiras aumentam o número de interlocutores; o esporte, e principalmente o futebol, tem apelo social; e as ações têm visibilidade na mídia nacional e internacional” (Almeida; Marchi Júnior; Pike, 2014, p. 280; Resende, 2010, p.41).

Lekakis explica que a diplomacia pública é um instrumento que os *governos* utilizam para *mobilizar* esses recursos (cultura, valores, políticas) para se comunicar com e atrair os *públicos* dos outros países. Conforme o autor, o conceito de *soft power* apareceu pela primeira vez na literatura sobre esportes e relações internacionais a partir da segunda metade dos anos 2000 e início dos anos 2010. Desde então, passou a ser empregado com regularidade. Com efeito, na obra de Nye em que ele desenvolve o conceito, publicada em 2004, ele mesmo se refere ao fato de que a China, naquele momento, já se preparava para usar os Jogos Olímpicos de Beijing de 2008 como recurso de *soft power* (a sede já havia sido escolhida na ocasião da publicação do livro). Ele também menciona que o esporte (talvez até mais do que o cinema) tem sido importante para que os EUA transmitam ao mundo uma imagem de seus valores, como sendo um país em que o esforço e a dedicação eram recompensados com o sucesso:

Mesmo os esportes populares podem desempenhar um papel na comunicação de valores. ‘É criada uma América que não é *hegemon* militar nem *leviathã* corporativa - um lugar mais solto, menos rígido e mais livre, onde qualquer um que trabalhe duro arremessando uma bola ou manuseando um disco pode se tornar famoso e (sim) rico.’ E os números são grandes. Os jogos nacionais de basquete são transmitidos para 750 milhões de lares em 212 países e 42 idiomas. [...] O Super Bowl da National Football League atraiu cerca de 800 milhões de espectadores em 2003. O número de espectadores de esportes rivaliza com os 7,3 bilhões de espectadores em todo o mundo que foram assistir a filmes americanos em 2002¹³ (Nye, 2004, p. 47, tradução própria).

O conceito do *soft power* ganhou espaço na literatura sobre as relações internacionais, no escopo do paradigma liberal, e vem sendo particularmente utilizado no campo de estudo de que o presente trabalho trata, razão pela qual é empregado aqui. Há, porém, limitações teóricas e conceituais importantes, que serão tratadas a seguir.

¹³ “Even popular sports can play a role in communicating values. “An America is created that is neither military hegemon nor corporate leviathan—a looser place, less rigid and more free, where anyone who works hard shooting a ball or handling a puck can become famous and (yes) rich.” And the numbers are large. National Basketball games are broadcast to 750 million households in 212 countries and 42 languages. [...] The National Football League’s Super Bowl attracted an estimated 800 million viewers in 2003. The number of sports viewers rivals the 7.3 billion viewers worldwide who went to see American movies in 2002.”

O uso do conceito de *soft power* no estudo das relações internacionais encontra algumas limitações. Uma delas, referida por Nye, é o fato de que o conceito não pode ser analisado de forma desconectada do *hard power* (“poder duro”) do estado em questão. Em outras palavras, o *soft power* só tem possibilidade de cumprir seus propósitos, enquanto ferramenta de política externa, uma vez que esteja acompanhado de poder militar e econômico correspondentes. Em conjunto, *hard power* e *soft power* constituem o que Nye chamou de *smart power* (“poder inteligente”). O termo foi introduzido em 2003, após a Guerra do Iraque, ao identificar que em determinadas situações um dos componentes deveria ser usado com mais assertividade, e em outras, o outro.

Outra limitação no uso do modelo é a dificuldade de sua mensuração. Como adverte Lekakis (2019):

Os estudos fundamentados nos modelos de soft power-diplomacia esportiva se deparam com desafios adicionais essenciais. [...] os governos de todo o mundo continuam a manifestar interesse em tais campanhas e programas, incluindo o monitoramento e avaliação de seu desempenho. Portanto, para tornar os estudos úteis na análise de políticas, os trabalhos que usam o modelo de soft power precisam incorporar avaliações de políticas concretas, ou seja, fornecer evidências sobre o resultado de iniciativas de campanha relacionadas. Essa proposição levanta a complexa questão ‘como medimos o poder brando e a diplomacia esportiva?’. Acima de tudo, precisamos saber exatamente o que devemos medir [...] De acordo com a definição de diplomacia pública de Nye, a progressão lógica sustenta que a diplomacia esportiva converte recursos de soft power em soft power. Programas específicos de diplomacia esportiva utilizam recursos de soft power, com o objetivo de criar os resultados desejados nas relações internacionais¹⁴ (Lekakis, 2019, tradução própria).

Ao contrário do poder militar e do econômico, que possuem variáveis mensuráveis (como efetivo das forças armadas e capacidade nuclear, no primeiro caso, e produto interno bruto ou reservas internacionais, no segundo), não há variáveis consolidadas o suficiente para mensurar o *soft power* de um estado nacional de forma clara. Algumas iniciativas têm apresentado esforços notáveis na criação de métricas nesse sentido, como o *SoftPower30*, estudo realizado por Jonathan McClory entre 2015 e 2019 que avaliou 30 países considerando métricas que incluíam alguns dados objetivos das áreas de governo, educação e tecnologia, com métricas subjetivas que incluíam culinária, cultura, simpatia (“*friendliness*”) e até “itens de luxo” (McClory, 2019, p. 11). Um dos problemas verificados com a metodologia, no entanto, é

¹⁴ “Studies grounded on the soft power-sports diplomacy templates are faced with additional essential challenges [...] governments around the world continue to express interest in such campaigns and programmes, including their performance monitoring and evaluation. Therefore, to become studies useful in policy analysis, works using the soft power template need to incorporate concrete policy assessments, i.e. provide evidence on the outcome of related campaign initiatives. This proposition raises the complex question ‘how we measure soft power and SD’. Foremost, we need to know what exactly we should be measuring [...] According to Nye’s definition of PD, the logical progression holds that SD converts soft power resources into soft power. Specific SD programmes use soft power resources, aiming to create desired IR outcomes.”

a mensuração de recursos de *soft power* não necessariamente corresponde à avaliação dos resultados (McClory, 2019, p. 34).

Manzenreiter (2010) estudou as percepções, por parte de países de diversas regiões do mundo, a respeito da China após a realização dos Jogos Olímpicos de Beijing, em 2008. Seu estudo observou que as opiniões a respeito do país, avaliadas pelo BBC World Service Poll com base em pesquisas realizadas pelo instituto Gallup nos anos de 2005, 2007 e 2009, variaram amplamente conforme o país avaliado. A título de exemplo, a percepção positiva em relação à China entre cidadãos do Egito aumentou de 38% para 62% entre 2007 e 2009, enquanto no mesmo período a percepção positiva entre a população do país caiu de 46% para 31%. Evidentemente, há outras variáveis envolvidas, que dificilmente podem ser isoladas, mas esses dados sugerem que o efeito de políticas visando ao incremento do *soft power* variam conforme o receptor das mensagens, e não apenas do emissor. Para o autor, a construção da imagem positiva da China no contexto daquele evento teve relevância muito maior internamente do que no exterior, especialmente aos olhos dos países ocidentais.

Grix, Brannagan e Houlihan (2015), cientes das dificuldades de se avaliar os resultados da realização de megaeventos esportivos em relação ao *soft power* e seus resultados, estudaram relatórios do executivo e do parlamento do Reino Unido, após os Jogos Olímpicos de Londres em 2012, para concluir que a diplomacia esportiva relacionada ao evento teve resultados contraditórios:

O que está claro, no entanto, é que, embora o uso de megaeventos esportivos pareça ter se tornado parte integrante dos pacotes de *soft power* da maioria dos estados, os benefícios que dizem derivar de sediar esses eventos permanecem superestimados, superinflados e sub-pesquisados¹⁵ (Grix et al, 2015, p. 478, tradução própria).

Lekakis (2019), analisando os achados de Grix, Brannagan e Houlihan (2015), sustenta que a diplomacia pública é um processo continuado, e que o *soft power* é um desfecho cumulativo. Assim, eventos pontuais (como os megaeventos esportivos) teriam efeito limitado no processo. Dessa forma, o ferramental teórico disponível atualmente seria insuficiente para isolar as variáveis representadas por cada ativo (evento ou estratégia) isoladamente, de forma a oferecer subsídios suficientes para o estudo da correlação entre intervenções e desfechos esperados. Adicionalmente, Lekakis argumenta que os países que possuem maior *soft power* (conforme o relatório *SoftPower30*, por exemplo), correspondem aos mesmos países que

¹⁵ "What is clear, however, is that while the use of sporting mega-events appears to have become part and parcel of most states' soft power packages, the benefits that are said to derive from hosting them remain overstated, over-inflated and under-researched."

possuem maior *hard power*, e que o *soft power* serviria apenas para reforçar seus objetivos. O autor critica o uso exagerado dos modelos de *soft power*-diplomacia esportiva sob o argumento de que carecem de robustez teórica para o estudo do impacto do esporte e megaeventos no âmbito das relações internacionais, além de os termos haverem sido distendidos exageradamente a ponto de excederem a definição originalmente formulada por Nye.

De fato, o próprio autor, em artigos publicados subsequentemente quando retomou a ideia de *smart power*, refere que o termo foi adotado por diversos governos e grupos políticos nas últimas décadas. Ao ser convidado pelo governo chinês para assessorar explicar como o país poderia aumentar seu *soft power*, diante de uma escalada, visível internacionalmente, de seu *hard power*, Nye afirma ter explicado que isso teria pouca utilidade:

Meu conselho era sempre o mesmo. A China deve perceber que a maior parte do poder brando de um país vem de sua sociedade civil e não de seu governo. A propaganda não é credível e, portanto, muitas vezes não atrai. A China precisa dar mais liberdade aos talentos de sua sociedade civil, embora isso seja difícil de conciliar com o rígido controle partidário¹⁶ (Nye, 2021, p 10-11, tradução própria).

O conceito de *soft power* tem sido empregado amplamente tanto entre estudiosos da relação entre o esporte e as relações internacionais. Mas a carência de robustez teórica faz do conceito um termo menos próximo do meio científico do que de governantes e políticos, que o entendem como uma ferramenta relevante, especialmente em países que buscam construir uma imagem relacionada à ascensão pacífica e afastando a percepção internacional de beligerância e agressividade. Brannagan e Giulianotti (2018) sintetizam em quatro pontos as áreas nas quais o emprego do termo tem sido aberto a exame crítico:

Em primeiro lugar, a maior parte das pesquisas sobre soft power centrou-se em nações grandes e/ou desenvolvidas, nomeadamente na América do Norte, Europa, Leste Asiático e nos BRICs. Em segundo lugar, embora Nye ofereça exemplos de soft power do Estado em ação, os acadêmicos demandaram maior clareza e refinamento acadêmico do conceito, apontando uma falta de consideração dos diferentes resultados relacionados ao poder. Em terceiro lugar, dado o uso predominante de exemplos dos Estados Unidos por Nye, outros sugeriram que ele produz uma compreensão americanizada do poder brando e, portanto, uma descrição restrita do que constitui 'atração' em estados não-americanos¹⁷ (Brannagan; Giulianotti, 2018, p. 1141, tradução própria).

¹⁶ "My advice was always the same. China should realize that most of a country's soft power comes from its civil society rather than from its government. Propaganda is not credible and thus often does not attract. China needs to give more leeway to the talents of its civil society, even though this is difficult to reconcile with tight party control."

¹⁷ First, most research on soft power has centred on large and/or developed nations, notably in North America, Europe, east Asia and the BRICs (Brazil, Russia, India, China). Second, although Nye offers examples of state soft power in action, scholars have called for greater clarity and academic refinement of the concept, noting a lack of consideration of different power outcomes.¹² Third, given Nye's predominant use of

O quarto ponto citado pelos autores diz respeito ao que denunciam ser uma relativa carência de estudos referentes a como estratégias de *soft power* empregadas pelos governos podem gerar resultados negativos inesperados, no que chamam de “*soft disempowerment*”, ou “desempoderamento brando”. Pela relevância dessa ferramenta analítica para o presente estudo, trataremos dela com maior atenção a seguir.

Um problema relacionado à realização de megaeventos esportivos com objetivo de promover *soft power* não é de ordem teórico-conceitual, mas sim de caráter prático. Ao buscar projeção internacional por meio dessa estratégia, os países-sede procuram aproveitar justamente as atenções de públicos externos interessadas nos eventos esportivos para veicular imagens e mensagens de interesse dos organizadores e outros atores envolvidos. Essa atenção adicional ocasiona um escrutínio aumentado por parte de veículos de imprensa e outros órgãos e instituições internacionais, que direcionam suas atenções – em especial no período de preparação do evento – a temas frequentemente negativos em relação ao país anfitrião.

Esse fenômeno, chamado de *soft disempowerment* (“enfraquecimento brando”) foi descrito por Paul Michael Brannagan e Richard Giulianotti em artigo publicado em 2014, ao estudarem o caso da escolha, pela FIFA, do Qatar como sede da Copa do Mundo de 2022. Segundo os autores, o pequeno país árabe, situado junto ao Golfo Pérsico, já vinha buscando consolidar uma imagem internacional baseada em três eixos principais: *saúde e bem-estar*, *progresso e modernização* e *paz e segurança*, e o apoio ao esporte era uma ferramenta alinhada a esses objetivos de projeção internacional. O país, terceiro maior produtor de petróleo do mundo e com PIB *per capita* quase duas vezes maior do que o dos EUA já vinha diversificando sua economia por meio de investimentos em grandes empresas internacionais e na área de alta tecnologia (Brannagan; Giulianotti, 2014). O apoio a clubes e a realização de eventos esportivos já era política de estado havia anos¹⁸, e a expectativa com a realização da Copa do Mundo era de promover essa imagem adicionalmente, neutralizando estereótipos ocidentais em relação aos povos árabes que os retratavam como “irracionais, preguiçosos e desprovidos de senso de responsabilidade” (Brannagan; Giulianotti, 2014, p. 160).

examples from the United States, others have suggested that he produces an Americanized understanding of soft power, and hence a narrow account of what the ‘attractive’ features of non-American states may include.

¹⁸ O exemplo da Qatar Airways é ilustrativo: controlada pelo governo do país, a companhia aérea já patrocinou clubes de futebol como o Bayern de Munique (Alemanha), Paris Saint-Germain (França), A.S. Roma (Itália), Boca Juniors (Argentina), Barcelona (Espanha), além de torneios como a Euro 2020 da UEFA, a Copa Libertadores da América, o torneio de clubes da CONCACAF e a própria Copa do Mundo FIFA em 2018. O patrocínio também abrange outras modalidades, como o mundial de Atletismo de 2019 e competições de triatlo da marca Ironman, a equipe de basquete Brooklyn Nets, dos EUA, o campeonato mundial de ciclismo da Union Cycliste Internationale (UCI) de 2016 e a Formula E de automobilismo (OLSEN, 2022).

Já na ocasião da publicação do artigo, os autores alertavam para uma possível consequência indesejada dessa projeção internacional do país, com a deterioração da imagem junto a sociedades e governos estrangeiros, no que chamaram de “risco reputacional”. O *soft disempowerment* se refere “ao outro lado de uma estratégia de soft power; ou seja, a perda de influência, atratividade e prestígio, em termos absolutos ou relativos, que um Estado pode experimentar no contexto internacional” (Brannagan; Giulianotti, 2014, p. 155). Em estudo posterior, já durante a preparação do evento, Brannagan e Joel Rookwood identificaram alguns fatos que se enquadrariam no escopo do *soft disempowerment* do país, como as mortes de trabalhadores nas construções de estádios, acusações de subornos relacionadas à escolha da sede e o tratamento do país em relação a mulheres e homossexuais (Brannagan; Rookwood, 2018).

Ainda sem usar a terminologia do *soft disempowerment*, Manzenreiter (2010) adverte quanto ao fenômeno, tratando dos Jogos de Beijing 2008:

Megaeventos esportivos como os Jogos Olímpicos parecem ser uma ocasião apropriada para aumentar o soft power de suas nações anfitriãs, principalmente por causa da fácil associação com as imagens positivas de excelência, justiça, amizade universal e troca mútua dos Jogos. A significância global faz dos megaeventos uma poderosa plataforma de transmissão de informações e representações. No entanto, essas plataformas são extremamente difíceis de controlar. O significado nunca é livre de disputas, e ‘free riders’ ou intrusos se esforçam para aproveitar a oportunidade de atuar em um teatro global de representação¹⁹ (Manzenreiter, 2010, p. 31, tradução própria).

Ao examinar os efeitos e consequências da experiência da China em promover o *soft power* com os Jogos de Beijing 2008, quando os preparativos para o evento chamar atenção da audiência ocidental para situações de desrespeito a direitos humanos, da atuação do país no Tibete e da restrição a liberdades individuais, Giulianotti sintetiza:

Assim, o *soft disempowerment* pode ocorrer quando a tentativa de ganhar *soft power* sai pela culatra, de modo que a influência e o prestígio são prejudicados em vez de aumentados. O conceito de *soft disempowerment* garante que devemos ir além de pensar apenas em como o *soft power* é acumulado positivamente; em vez disso, esse termo nos permite avaliar como as ações sociais têm resultados positivos e negativos

¹⁹ “Sports mega events like the Olympic Games seem to be an appropriate occasion to enhance the soft power of their hosting nations, particularly because of the easy association with the Games’ positive images of excellence, fairness, universal friendship and mutual exchange. The global significance turns the mega events into a powerful platform for the transmission of information and representations. However, these platforms are extremely difficult to control. Meaning is never uncontested, and free riders or interlopers are striving to seize the opportunity to perform in a global theatre of representation.”

que são empoderadores e desempoderadores, respectivamente²⁰ (Giulianotti, 2015, p. 290, tradução própria).

Giulianotti ainda observa que há uma influência do fator temporal sobre a concorrência entre os dois fenômenos: no período que antecede os eventos, o *soft disempowerment* tende a ser mais evidente, com as expectativas sendo aguçadas pela preparação e aspectos negativos ganhando mais visibilidade; com o início do evento e depois de sua realização, no entanto, ativos de *soft power* tendem a ganhar maior destaque (Giulianotti, 2015, p. 291). No caso brasileiro, esse fenômeno pôde ser identificado, ao menos de forma parcial, como se verá mais adiante.

Ao analisar a visão de veículos de imprensa dos Estados Unidos e Europa sobre a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016, Bettine, Gutierrez e Graeff (2018) identificaram outra limitação no conceito de *soft power* para a análise do impacto desses fenômenos sobre o sistema internacional: mesmo com a conquista pelo direito e a realização desses eventos, as nações periféricas são observadas a partir de uma perspectiva de superioridade das nações centrais do sistema capitalista. Em outras palavras: mesmo diante da comprovação das capacidades, que a conquista dos megaeventos representa, a cobertura da mídia tende a privilegiar aspectos negativos do país-sede. A partir dessa percepção, os autores propõem a categoria de “*soft power heterodoxo*”, que guarda correspondência com o *soft power* mas é vista a partir do olhar do colonizado, do dominado, do país que almeja ingressar no círculo dos poderosos mas não deixa de exercer um poder de forma controlada, com alinhamento e dependência (Bettine; Gutierrez; Graeff, 2018, p. 1356).

Como discutido no início do capítulo, a relação entre esporte e relações internacionais ainda procura um referencial teórico consistente e que dê conta dos fenômenos que a compõem. Apesar de ser com frequência visto como uma manifestação social de importância secundária entre os estudiosos, a verdade é que o esporte mobiliza paixões e interesses dos atores sociais, bem como vultosos montantes de recursos públicos e privados, e em última análise, emula e sublima disputas sociais e interestatais. A opção pelo referencial teórico utilizado neste trabalho busca, por um lado, contemplar na análise as relações de poder interestatais que ocorrem ao largo das disputas militares e econômicas, por isso emprega-se o *soft power*. Por outro lado,

²⁰ “Thus, soft disempowerment may occur when the attempt to gain soft power backfires, so that influence and prestige are undermined rather than enhanced. The concept of soft disempowerment ensures that we should move beyond thinking only of how soft power is positively accumulated; instead, this term enables us to evaluate how social actions have positive and negative outcomes that are empowering and disempowering respectively.”

busca-se dar conta da heterogeneidade das categorias de atores envolvidos e dos eventos e fenômenos sociais implicados para além do exercício de poder (“brando”) associado aos megaeventos – daí o emprego da interdependência complexa.

4 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA

A sequência de grandes eventos que o Brasil realizou, nos dez anos que vão de 2007 a 2016, esteve inserida em uma estratégia mais ampla dos dois primeiros mandatos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ainda que os principais eventos de que este trabalho trata, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, tenham sido realizados durante os mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016) e de Michel Temer (2016-2018), todo o processo de concepção, apresentação e aprovação das candidaturas esteve relacionado à gestão Lula, razão pela qual se examinará neste capítulo a política externa brasileira naquele período, situando-a em relação ao contexto mundial e a condicionantes internos e externos do período.

Com o final da Guerra Fria, na transição entre os anos 1980 e 1990, terminava a divisão bipolar do mundo, tendo como centros de poder as duas superpotências daquele período, EUA e URSS. O mundo unipolar que nascia ali, em torno dos EUA, principalmente, mas também da Europa Ocidental, consolidava também a concepção de modelo de economia, com a preponderância do modelo neoliberal a partir dos anos 1990 – que, afinal, havia sido o modelo vencedor daquele conflito ideológico que se encerrava. Marcado por expectativas otimistas em relação à globalização e ao livre mercado, com desregulamentação da economia e livres fluxos de capitais, também defendia um papel reduzido do estado na sociedade, a diminuição de impostos e a austeridade fiscal.

O chamado Consenso de Washington, conjunto de regras econômicas estabelecidas em 1989 e que sistematizava esse pensamento, era apresentado como o único caminho possível, especialmente para os países emergentes, tendo sido formalmente adotado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1990 como recomendação a esses países como forma de promover o ajuste necessário para países que enfrentavam dificuldades. Consolidava-se a alegação consagrada na frase dita uma década antes pela então primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, ao defender a posição de que o neoliberalismo era o único caminho possível: *“there is no alternative”* (“não há alternativa”). Nas palavras de Dani Rodrik (2011):

Emaranhada com essas mudanças estava uma importante transformação ideológica. A década de 1980 foi a década das revoluções Reagan-Thatcher. A economia de livre mercado estava em ascendência, produzindo o que tem sido chamado de Consenso de Washington, fundamentalismo de mercado ou neoliberalismo. Seja qual for o nome, esse sistema de crença combinava otimismo excessivo sobre o que os mercados poderiam alcançar por conta própria com uma visão muito sombria da capacidade dos governos de agir de maneiras socialmente desejáveis. Os governos estavam no caminho dos mercados em vez de serem indispensáveis ao seu funcionamento e, portanto, tiveram que ser reduzidos. Essa nova visão elevou a defesa simplista do comércio — aquela que os professores de economia apresentam aos jornalistas — em

detrimento da versão apropriadamente qualificada. Considerava qualquer obstáculo ao livre comércio como uma abominação a ser removida; advertências que se danem¹ (Rodrik, 2011, p. 77, tradução própria).

É ilustrativo também o sucesso do livro de *O fim da história e o último homem*, publicado em 1992, no qual o economista nipo-estadunidense Francis Fukuyama sustentava que a humanidade havia atingido o estágio final de sua evolução ideológica, e que a universalização da democracia liberal nos moldes ocidentais seria a forma final dos governos da humanidade. “O triunfo do Ocidente sobre o comunismo foi a prova, como Francis Fukuyama argumentou [...] de que a democracia liberal combinada com a economia de mercado representava a direção na qual o mundo inevitavelmente evoluiria” (Kurlantzick, 2016, p. 54).

Esse modelo, contudo, começou a dar sinais de ineficiência e esgotamento ainda nos anos 1990. No lugar de promover o desenvolvimento e a prosperidade econômica, se observou o aumento das desigualdades e a estagnação em diversos setores da economia. Ainda que países centrais do sistema capitalista observassem a melhoria das condições econômicas materiais no período, os chamados emergentes viam com frustração as expectativas de avanços econômicos. Em 2008, a crise financeira global colocou em evidência as limitações do ideário vigente, expondo as vulnerabilidades da lógica de desregulamentação dos mercados e da redução do papel do estado na economia. O colapso teve intensidade variável sobre as diferentes economias, tendo os países emergentes sofrido comparativamente menos do que EUA e Europa ocidental. Paralelamente, a China surgia como grande consumidor de matérias primas, se consolidando como potência industrial e assumindo dimensão cada vez mais relevante na economia mundial, num movimento em que era acompanhada dos demais países emergentes. Como explica Xinbo (2010):

Vista através de uma lente macropolítico-econômica, a turbulência financeira global [de 2008] formalmente pôs fim à era unipolar pós-Guerra Fria, na qual a preponderância do poder dos EUA, seu alegado modelo político-econômico universal de desenvolvimento (muitas vezes referido como o Consenso de Washington), e sua influência internacional esmagadora foi uma característica definidora. A iminente nova era é caracterizada pelo surgimento de uma estrutura de poder multipolar,

¹ Entangled with these changes was an important ideological transformation. The 1980s were the decade of the Reagan-Thatcher revolutions. Free market economics was in the ascendancy, producing what has been variously called the Washington Consensus, market fundamentalism, or neoliberalism. Whatever the appellation, this belief system combined excessive optimism about what markets could achieve on their own with a very bleak view of the capacity of governments to act in socially desirable ways. Governments stood in the way of markets instead of being indispensable to their functioning, and accordingly had to be cut down to size. This new vision elevated the simplistic case for trade—the one that economics professors dole out to journalists—over the appropriately qualified version. It regarded any obstacle to free trade as an abomination to be removed; caveats be damned.

modelos político-econômicos plurais e múltiplos atores no cenário internacional² (Xinbo, 2010, p. 155, tradução própria).

O autor explica ainda que “a crise financeira pode ser apenas um episódio na mudança de longo prazo da economia mundial [...] a crise não iniciou uma nova tendência, mas sim acelerou uma anterior, expondo a profundidade e a amplitude das mudanças³” (Xinbo, 2010, p. 156). Em outras palavras, as tendências de pulverização do poder mundial já estavam presentes naquele breve período, a crise financeira apenas as teria colocado em evidência.

Se houve um momento unipolar na década de 1990, agora ele se foi e o mundo está rapidamente se afastando dele. Quer a nova estrutura de poder mundial seja multipolar, não polar ou outra coisa, uma coisa é certa: a liderança da governança global será reestruturada. Os países em desenvolvimento, ou o mundo não-ocidental, vão ocupar uma posição mais proeminente na nova liderança e terão uma voz mais forte na governança global. A ascensão econômica dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento já era evidente bem antes da crise. Mas foi a crise que abriu a oportunidade para que seu crescente peso econômico se traduzisse em influência político-econômica⁴ (Xinbo, 2010, p. 161, tradução própria).

Stuenkel (2016), vê esse movimento de alteração na configuração do arranjo mundial de poder como a ascensão do que chama de *mundo pós-ocidental*, com a superação da lógica “ocidentocêntrica”, não apenas nos aspectos econômicos e na distribuição do poderio militar (ainda hoje vastamente dominado pelos EUA, mas com crescente participação de outras potências), mas também no que diz respeito à construção de uma ordem institucional que supere o arcabouço estabelecido após o fim da II Guerra Mundial. A disseminação da produção científica e cultural dos países de regiões historicamente apartadas dos centros tradicionais, bem como o estabelecimento e fortalecimento de relações diretas entre esses países, sem a mediação daqueles centros, faz parte desse fenômeno.

² “Viewed through a macro político-economic lens, the global financial turmoil formally put an end to the unipolar post—Cold War era, in which the U.S. power preponderance, its alleged universal politicoeconomic model of development (often referred to as the Washington Consensus), and its overwhelming international influence had been a defining feature. The looming new era is characterized by the emergence of a multipolar power structure, plural político-economic models, and multiple players on the international stage”

³ “Broadly speaking, however, the financial crisis may be only an episode in the long-term change of the world economy. It can be argued that the crisis did not start a new trend, but rather expedited a preceding one, exposing the depth and breadth of the changes that have been brought about.”

⁴ “If there was a unipolar moment in the 1990s, it is now gone and the world is rapidly moving away from it. Whether the new world power structure is multipolar, non-polar, or something else, one thing is clear: the leadership of global governance will be restructured. The developing countries, or the non-western world, are going to occupy a more preeminent position in the new leadership and will have a louder say in global governance. The economic rise of the emerging markets and developing countries was already evident well before the crisis. Yet, it was the crisis that brought about the opportunity for their growing economic weight to be translated into político-economic influence”

Era nesse ambiente de transição da configuração geopolítica mundial que se inseria a política externa do Brasil no período. Apresentada pelo chanceler Celso Amorim como “*ativa e ativa*”, a política externa do governo Lula (2003-2010) foi marcada por um novo entendimento do papel do Brasil no sistema internacional. Para isso, buscava-se a elevação do patamar em que se davam as relações com os demais países: em vez de se subordinar aos interesses hegemônicos, mantendo-se em situação de alinhamento automático e de submissão às nações centrais, o país passaria a propor sua própria agenda, identificando seus interesses e buscando protagonismo nas relações.

Essa leitura, sustenta Amorim, encontrava fundamento na percepção de que aquele otimismo inicial em relação ao mundo pós-Guerra Fria – com aumento da interdependência política entre os países e perspectivas positivas em relação à globalização – rapidamente passou a ser afetado por uma hegemonia norte-americana pouco interessada em seguir regras internacionais de coexistência, como prova a invasão unilateral do Iraque em 2003, desrespeitando a decisão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU) (Amorim, 2010, p. 215).

Em lugar da consolidação de um mundo unipolar após o esfacelamento da URSS, o que se passou a ver foi a ascensão de um mundo em que o poder de fato passava a se diluir:

A ascensão de grandes países em desenvolvimento – Brasil, China, Índia, África do Sul, Indonésia, México, Egito, Turquia, entre outros – é o fenômeno mais importante do pós-Guerra Fria. Essa tendência ficou mais evidente após a crise econômica de 2008. As chamadas nações emergentes têm maior peso político e econômico nos assuntos globais. Esse realinhamento de forças no sistema internacional está abrindo caminho para uma ordem mais multipolar. Já foi dito que a metáfora que melhor ilustra como o mundo está organizado hoje não é mais o “hub-and-spoke”, em que todas as unidades devem se referir ao centro para se comunicarem umas com as outras, mas sim o “mapa do metrô” com suas linhas entrelaçadas e rede de estações, algumas das quais, é claro, permanecem mais importantes do que outras⁵ (Amorim, 2010, p. 215, tradução própria).

O crescimento do peso político e da relevância econômica desses países no sistema internacional não tem sido acompanhado pelo respectivo reconhecimento na forma de aumento de representatividade, nas instituições multilaterais como a própria ONU. Nesse cenário, o Brasil intensificou a campanha por uma reforma no Conselho de Segurança, de forma a

⁵ “The rise of big developing countries – Brazil, China, India, South Africa, Indonesia, Mexico, Egypt, Turkey, among others – is the most important phenomenon of the post-Cold War period. This trend became more evident after the economic meltdown of 2008. The so-called emerging nations enjoy greater political and economic weight in global affairs. This realignment of forces in the international system is paving the way for a more multipolar order. It has been said that the metaphor that best illustrates how the world is organized today is no longer the “hub-and-spoke”, in which all the units must refer to the centre in order to communicate with one another, but rather the “subway map” with its intertangled lines and network of stations, some of which, of course, remain more important than others.”

contemplar a nova correlação de forças dos países emergentes em relação aos antigos países centrais. Desse esforço, fez parte também a atuação do Brasil junto a missões de paz, como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), onde as tropas de paz lideradas pelo país atuaram de 2004 a 2017.

Fez parte do mesmo esforço, em busca de maior presença e relevância no sistema internacional, a criação do BRICS, e a diversificação de parceiros comerciais, com ênfase nos países em desenvolvimento (Amorim, 2010, p. 218). A abertura de novas embaixadas, especialmente em países emergentes, também ocorreu no mesmo sentido:

Durante o Governo do Presidente Lula, a rede de nossas relações bilaterais ampliou-se consideravelmente. Em 2002, o Brasil tinha 150 postos no exterior. Esse número agora é de 2.307. As novas postagens incluíram 52 embaixadas, 6 missões em Organismos Internacionais, 22 consulados e um escritório diplomático, na Palestina. Entre eles estão 23 na África, 15 na América Latina e Caribe, 13 na Ásia e 6 no Oriente Médio⁶ (Amorim, 2010, p. 226, tradução própria).

O universalismo, o multilateralismo e a busca pela solução pacífica dos conflitos já eram, pelo menos desde meados do século XX, marcas da Política Externa Independente (PEI), adotada pelo Brasil em contraposição à pressão por alinhamento a um dos blocos liderados pelas superpotências (EUA e URSS) durante a Guerra Fria. Com o início do governo Lula, se reedita a PEI, desta vez reforçada com novos eixos táticos, que passam a incluir democracia e multilateralismo, comércio internacional, cooperação Sul-Sul e justiça social, como sustenta Mello (2009, p. 4-5). Ao mesmo tempo em que procurava construir um papel de projeção no sistema internacional, com a busca pelo reconhecimento de sua dimensão geopolítica entre os países centrais, o país também almejava uma posição de liderança entre os países em desenvolvimento.

Se até poucas décadas antes, o Brasil adotava uma postura de liderança regional, condizente com suas dimensões e forma de conduzir a política externa no contexto da América do Sul, a partir daquele novo cenário as aspirações ganhavam dimensões planetárias: as agendas de paz e segurança globais passavam a ocupar espaço central na política externa do país, inclusive na atuação, com autonomia e protagonismo, em situações que até pouco tempo antes estavam distantes do foco diplomático brasileiro. Exemplos dessa atuação diplomática para além do contexto geopolítico regional incluem a mediação do acordo nuclear assinado pelo Irã,

⁶ “During President Lula’s Government, the network of our bilateral relations expanded considerably. In 2002, Brazil had 150 postings overseas. That number is now at 2307. The new postings included 52 embassies, 6 missions to International Organizations, 22 consulates and one diplomatic office, in Palestine. Among them are 23 in Africa, 15 in Latin America and the Caribbean, 13 in Asia and 6 in the Middle East.”

em 2010, no qual Brasil e Turquia, assumindo a liderança das negociações, propuseram e aprovaram um instrumento que contrariava os interesses norte-americanos e de outros países centrais, dando sustentação à tese do caráter de autonomia e altivez da política externa no período.

No campo econômico, o país buscou atuar junto a fóruns internacionais de governança, com vistas a promover mudanças institucionais em favor dos países em desenvolvimento. Já em 2003, na conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Cancun, no México, o Brasil inovou ao adotar uma postura ativa na defesa da formulação das políticas regulatórias do comércio internacional:

Os países em desenvolvimento, depois chamados de países emergentes, eram no máximo espectadores das mesas de negociação e certamente cumpririam as regras. Tudo isso foi visto como natural. Depois de Cancún, na visão da diplomacia brasileira, ou os países emergentes participariam da formulação das regras ou o processo pararia. Para criar um contraponto de poder, essa diplomacia funcionou na ocasião e também depois, formando coalizões no Sul, sendo a primeira delas o G-20, um grupo de países formado por ocasião da Conferência de Cancún para tratar de questões comerciais⁷ (Cervo, 2010, p. 9, tradução própria).

Cervo (2010) sustenta que a política externa do Brasil no século XXI passou a operar através da lógica de multilateralismo recíproco. Sem refutar completamente as regras vigentes, o país defendia um maior equilíbrio: “Nós queremos livre mercado, mas livre mercado com reciprocidade”, disse Lula em Davos em 2003. Na busca por relações mais igualitárias entre os países, o Brasil se apresentava como liderança do movimento.

A presença internacional do país também se dava por meio das grandes empresas, em especial na área da construção civil. No período, o país realizava obras de infraestrutura em países da África e América Latina com empreiteiras “campeãs nacionais” financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), enquanto as Forças Armadas estabeleciam relações com novos parceiros, dentro do conceito de *Entorno Estratégico Nacional*, como Angola e Namíbia, no escopo da defesa do espaço do Atlântico Sul e da chamada Amazônia Azul. A criação do IBAS, em 2003, foi um exemplo da cooperação Sul-Sul buscada pelo Brasil, buscando garantir a segurança do entorno estratégico do Oceano Índico e Atlântico Sul ao tempo em que financiava projetos de desenvolvimento em países

⁷ “Developing countries, later called emerging countries, were at the most spectators at negotiation tables, and would certainly abide by the rules. All of this was seen as natural. After Cancún, in the view of Brazilian diplomacy, either the emerging countries would participate in the formulation of the rules or the process would stop. To create counterpower, this diplomacy worked then and thereafter to form coalitions in the South, the first of which was the G-20, a group of countries established on the occasion of the Cancún Conference to address trade issues.”

pobres como Burundi, Camboja, Guiné-Bissau, Haiti, Laos e Serra Leoa, além da Palestina (Amorim, 2010, p. 231-232).

Não obstante os investimentos na área militar, o Brasil preservava o histórico de nação pacífica e que defende a busca negociada pela solução dos conflitos, bem como a característica de não intervenção e de respeito à autodeterminação dos povos. Ao analisar a ascensão do país como um paradigma do conceito de *soft power* em artigo publicado em 2016, Mathilde Chatin observa que:

Atuando como um construtor de pontes, o Brasil se abriu para parceiros não tradicionais e regiões em desenvolvimento, ampliando a capacidade de manter relações diplomáticas com todos os tipos de estados e regimes políticos; de fato, o Brasil é um dos poucos países do mundo a manter relações com todos os membros da ONU e seus observadores. Assim, o raciocínio por trás da ideia de que 'a grande habilidade do Brasil é ser amigo de todos' é que, ao valorizar o estabelecimento de parcerias não excludentes, o país pode ser flexível o suficiente em sua política externa para buscar laços indiscriminadamente e engajar e aprofundar os laços com atores de todo o espectro de atores internacionais⁸ (Chatin, 2016, p. 377, tradução própria).

Exemplo do que refere a autora foi a aproximação com os países árabes e do Oriente Médio. Lula foi o primeiro chefe de estado a visitar a região oficialmente, tendo ido à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito, Argélia, Catar, Líbia, Arábia Saudita, Jordânia, Israel, Palestina e Irã, além de ter sido o primeiro líder da América do Sul a participar de uma conferência da Liga Árabe.

Uma anedota que circulava no período da transição entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula mencionava que aquele era “o último entre os primeiros” — alusão ao fato de ser recebido com honras no restrito círculo da chamada *terceira via* dos anos 1990, incluindo Reino Unido, França e Estados Unidos — enquanto Lula teria decidido colocar o Brasil como o “primeiro dos últimos”, referência ao papel de liderança que pretendia assumir entre os países do Sul Global, dos emergentes, dos países em desenvolvimento ou de qualquer outro termo que se venha a utilizar para se referir a esse grande conjunto de nações que passavam a defender uma reconfiguração da ordem política, econômica, social e ambiental globais (Freixo; Pedrone, 2014). E ao Brasil que era pensado pelo governo Lula cabia a função de liderar esse grande e heterogêneo grupo.

⁸ “Enabling the country to act as a bridge-builder, Brazil has opened itself to nontraditional partners and developing regions, expanding the ability to maintain diplomatic relations with all kinds of states and political regimes; in fact, Brazil is one of the few countries worldwide to maintain relations with all UN members and its observers. Hence, the rationale behind the idea that ‘it is the great skill of Brazil to be everybody’s friend’ is that, by valuing the establishment of non-excluding partnerships, the country can be flexible enough within its foreign policy to pursue ties indiscriminately and to engage and deepen ties with players from the entire spectrum of international actors.”

Em outras palavras, a posição relativa do Brasil no ranking entre esses dois mundos não mudava, mas mudavam a orientação e as prioridades. O ideal de conciliação e diálogo foi representado já no primeiro mês do seu governo: na mesma semana, o presidente esteve presente no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, para em seguida participar do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Essa estratégia, de atuar em diversas frentes e muitas vezes com parceiros não-tradicionais, foi chamada de “autonomia pela diversificação” (Vigevani; Cepaluni, 2007, p. 283).

Em ambas as ocasiões, Lula frisou a importância da mobilização de atores para além dos estados nacionais e governos, incluindo a sociedade civil, organizações não-governamentais e movimentos sociais, bem como das ligações transnacionais entre esses grupos, evidenciando o caráter de interdependência complexa das relações daquele novo mundo multipolar cuja consolidação se iniciava, para além da ascensão de novos atores nacionais (países emergentes), mas também de organizações e instituições que transcendem a lógica da diplomacia estatal.

No Fórum Econômico Mundial de 2003, em Davos, Lula, como mensagem inicial de seu primeiro governo, deixou claro seu desacordo com o modelo neoliberal, que via como uma exaltação do deus-mercado. Para o chanceler Celso Amorim, a fé cega na abertura dos mercados e no recuo do Estado não pode induzir o desenvolvimento e a igualdade entre as nações. Os novos dirigentes desenvolveram, assim, uma consciência do papel do Estado e exigiram uma ação política que permitisse ao país penetrar nos processos globais como um agente ativo do sistema, sem se submeter ao jogo das forças tradicionais (Cervo, 2010, p. 10).

Na avaliação de Cervo e Lessa (2010), a política externa do governo Lula falhou em atingir os objetivos de conseguir resultados positivos tanto na reformulação das políticas da OMC, no sentido de promover uma inclusão mais justa tanto do Brasil como dos países em desenvolvimento na governança e na formulação de um acordo global de livre comércio, como na democratização do Conselho de Segurança da ONU, em que pese o crescente apoio de outros países em desenvolvimento nesse sentido. Por outro lado, em três outras áreas o país alcançou avanços notáveis, no campo da política internacional, até 2010.

Primeiro, a internacionalização da economia, tendo elevado tanto o recebimento de investimentos estrangeiros como também a participação nacional em investimentos no exterior, num amadurecimento da presença internacional durante o governo. Em segundo lugar, a busca pela solução negociada entre conflitos externos, superando a tradicional lógica pós-II Guerra Mundial adotada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de sanções ou intervenções. E finalmente, a promoção de coalizões envolvendo países do Sul global, alterando

a assimetria tradicional do sistema internacional do eixo Norte-Sul em direção a uma simetria entre o Norte e os países em desenvolvimento (Cervo; Lessa, 2010, p. 5-6).

Na visão de Amorim (2010), a política externa brasileira foi elevada, nos anos do governo Lula, a novos patamares, com renovado interesse e admiração por parte de diplomatas e interlocutores estrangeiros, o que, segundo ele, encontra respaldo nos numerosos artigos publicados na imprensa internacional sobre o tema. Esse fenômeno teria contribuído para a elevação da auto-estima da população brasileira:

Com efeito, tendo sido diplomata de carreira durante a maior parte da minha vida e ocupando o cargo de Ministro das Relações Exteriores pela segunda vez, posso afirmar, com toda a certeza, que em nenhum período anterior de nossa história o papel do Brasil no mundo foi objeto de tanto interesse e, ousado dizer – pelo menos em alguns casos – admiração.

Uma pesquisa recente realizada pelo Pew Research Institute atestou que 78% dos brasileiros apoiam a forma como nossa política externa tem sido conduzida. Ainda mais impressionante, a Pew Research detectou que 77% dos brasileiros acreditam que seu país já é ou eventualmente se tornará uma “superpotência”. Admitindo que ninguém saiba muito bem o que significa ser uma “superpotência”, não há dúvida de que está em curso uma profunda transformação na psicologia coletiva nacional⁹ (Amorim, 2010, p. 239, tradução própria).

Em novembro de 2009, meses após o presidente norte-americano Barack Obama haver dito, na cúpula do G20, em Londres, que Lula era “o cara”, complementando que era “o político mais popular do mundo” (Lula [...], 2009), a revista inglesa *The Economist* em sua capa, sob o título “*Brazil takes off*” (“O Brasil decola”), uma arte gráfica na qual a estátua do Cristo Redentor emulava um foguete decolando (Figura 3), reforçando esse clima de otimismo internacional em relação ao país. No texto, a revista comparava o país aos demais integrantes do BRICS, apresentando-o em situação vantajosa sob diversos aspectos, e apresentando uma perspectiva otimista para os anos que viriam, com base no histórico recente do país, e fazendo pouco caso daqueles que questionavam o potencial do país:

⁹ “Foreign policy has also been a motive for the Brazilian people’s renewed sense of self-esteem. As we approach the end of President Lula’s Administration, a great number of articles in the international press have been focusing on what our diplomacy has accomplished over the last eight years. Indeed, having been a career diplomat for most of my life and serving as Foreign Minister for the second time, I can say, with all certainty, that in no previous period of our History, Brazil’s role in the world has been the object of so much interest and, I dare say – at least in some cases – admiration.

A recent survey carried out by the Pew Research Institute attested that 78% of Brazilians support the way our foreign policy has been conducted. Even more impressive, Pew Research detected that 77% of Brazilians believe their country already is or will eventually become a “superpower”. Granting that nobody knows very clearly what being a “superpower” means, there is no doubt that a profound transformation in the national collective psychology is underway.”

Agora esse ceticismo parece equivocado. A China pode estar tirando a economia mundial da recessão, mas o Brasil também está em alta. Não evitou a recessão, mas esteve entre os últimos a entrar e os primeiros a sair. Sua economia está crescendo novamente a uma taxa anualizada de 5%. Deve ganhar mais velocidade nos próximos anos, à medida que novos campos de petróleo em alto mar entrarem em operação e os países asiáticos ainda tiverem fome de alimentos e minerais da vasta e abundante terra do Brasil¹⁰ (Brazil [...], 2009, tradução própria).

A publicação atribuía ao Brasil uma situação de vantagem em relação aos outros países do BRICS. O ambiente sociopolítico favorável e a consolidação de instituições democráticas, bem como a opção por uma ascensão geopolítica pacífica eram atributos que contribuíam para as expectativas positivas em relação ao país, e os megaeventos esportivos faziam parte da construção desse cenário:

E, de certa forma, o Brasil supera os outros BRICs. Ao contrário da China, é uma democracia. Ao contrário da Índia, não tem insurgentes, nem conflitos étnicos e religiosos, nem vizinhos hostis. Ao contrário da Rússia, ela exporta mais do que petróleo e armas e trata os investidores estrangeiros com respeito. Sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-líder sindical nascido na pobreza, seu governo agiu para reduzir as desigualdades que há muito o desfiguram. De fato, quando se trata de políticas sociais inteligentes e de incentivo ao consumo doméstico, o mundo em desenvolvimento tem muito mais a aprender com o Brasil do que com a China. Em suma, o Brasil de repente parece ter entrado no cenário mundial. Sua chegada foi marcada simbolicamente no mês passado pela confirmação das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro; dois anos antes, o Brasil sediará a Copa do Mundo de futebol¹¹ (Brazil [...], 2009, tradução própria)

¹⁰ “Now that scepticism looks misplaced. China may be leading the world economy out of recession but Brazil is also on a roll. It did not avoid the downturn, but was among the last in and the first out. Its economy is growing again at an annualised rate of 5%. It should pick up more speed over the next few years as big new deep-sea oilfields come on stream, and as Asian countries still hunger for food and minerals from Brazil's vast and bountiful land.”

¹¹ “And, in some ways, Brazil outclasses the other BRICs. Unlike China, it is a democracy. Unlike India, it has no insurgents, no ethnic and religious conflicts nor hostile neighbours. Unlike Russia, it exports more than oil and arms, and treats foreign investors with respect. Under the presidency of Luiz Inácio Lula da Silva, a former trade-union leader born in poverty, its government has moved to reduce the searing inequalities that have long disfigured it. Indeed, when it comes to smart social policy and boosting consumption at home, the developing world has much more to learn from Brazil than from China. In short, Brazil suddenly seems to have made an entrance onto the world stage. Its arrival was symbolically marked last month by the award of the 2016 Olympics to Rio de Janeiro; two years earlier, Brazil will host football's World Cup.”

Figura 3 - “O Brasil decola” - Capa da revista The Economist de 14 de novembro de 2009



Fonte: Brazil [...] (2009).

Em suma, os dois governos Lula foram marcados por uma postura ativa e engajada no âmbito da política externa, em busca de maior projeção no sistema internacional, de forma assertiva. A ampliação da pauta diplomática, bem como o estabelecimento de novas parcerias e a construção de novos fóruns e ambientes de debates, com ênfase no multilateralismo, foram fortalecidas com a reiteração de demandas antigas, como a ampliação do CS-ONU, e a inclusão de novas agendas, como o combate à fome em nível global. Sem buscar o caminho da ruptura com os países ricos, o Brasil buscou se posicionar como liderança entre os emergentes e, defendendo uma posição de busca pela solução negociada dos conflitos, se posicionou como moderador de conflitos. Esse papel, autoatribuído, obteve certo grau de reconhecimento internacional, ao mesmo tempo em que o país obteve avanços na área econômica no período.

A projeção internacional que se buscava para o Brasil no período teve, na busca pela realização dos megaeventos esportivos, uma ferramenta importante. O projeto olímpico brasileiro, ainda que tenha sido concebido em período anterior, ganhou consistência e impulso

durante o governo Lula, que enxergou nesse projeto um instrumento de amplificação das mensagens que o país buscava transmitir ao mundo, de potência pacífica, integrada, aberta, com anseios de liderança entre os emergentes e países historicamente afastados do protagonismo geopolítico. Em um mundo globalizado, dentro de um sistema internacional anárquico e em constantes disputas, uma interpretação que se pode fazer sobre a linguagem do esporte remete à competição saudável, ao acesso universal, e ao reconhecimento dos nacionalismos, mas dentro de sistemas de regras mutuamente acordadas. Nas palavras de Pascal Boniface: “Pode-se escrever que a definição tradicional de Estado – um povo, um governo, um território – não é mais completa. Devemos agora adicionar uma seleção nacional de futebol. O esporte é a face feliz e sorridente da globalização” (Boniface, 2017). Ao usar os megaeventos esportivos como ferramenta de projeção internacional, o Brasil atingiria não diplomatas ou governos estrangeiros, mas sim suas populações, os torcedores e entusiastas do esporte e dos espetáculos associados. A trajetória da consolidação desses megaeventos no Brasil será apresentada a seguir.

5 O ESPORTE E OS MEGAEVENTOS E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Neste capítulo, apresentamos o histórico da busca do Brasil pelo direito de sediar os megaeventos esportivos, levando em consideração os aspectos e motivações internas e as contingências internas e externas que determinaram inicialmente a dificuldade em atingir tais objetivos e posteriormente o sucesso das candidaturas. Sendo o escopo do trabalho o estudo das inter-relações entre o ciclo de megaeventos esportivos e a política externa, aspectos que não dizem respeito diretamente a essa dinâmica serão deixados de lado, a menos que sejam relevantes para a análise, lembrando que a lente da interdependência complexa, conforme tratado no capítulo 3, considera a analogia da “correia de transmissão” entre a política doméstica e a estrutura internacional, razão pela qual aspectos *a priori* aparentemente pouco relevantes para a política externa brasileira estão incluídos no texto.

Para fins de organização da estrutura do trabalho, proponho uma periodização, em que procuro acomodar os períodos da história sociopolítica brasileira em relação à busca e realização dos megaeventos no país. O primeiro período, que trata dos antecedentes históricos, vai dos anos 1950 até o final da ditadura militar, que coincide no cenário externo com o final da Guerra Fria. O segundo período vai do início dos anos 1990, com a primeira candidatura olímpica, sob o governo Collor, até o início dos anos 2000, quando o “sonho olímpico” passa de um plano amador e inconsistente a um projeto crescentemente estruturado, período que coincide aproximadamente com a última década do século XX. O terceiro período inicia com a proclamação, em 2002, do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, momento em que se inicia de fato o projeto olímpico, com amplo apoio popular e mobilização social, algo que se rompe com as jornadas de junho de 2013, razão pela qual esse é o marco final desse período. O quarto período vai do início da crise política daquele mês, passando pela efetiva realização da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, todos em um ambiente sociopolítico de instabilidade, até o início do governo Bolsonaro, que marcou a consolidação de um projeto político antagônico, em diversos aspectos, daqueles que o antecederam.

5.1 DO “COMPLEXO DE VIRA-LATAS” AO “PAÍS DO FUTEBOL”: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E O ESPORTE COMO INSTRUMENTO DA DITADURA MILITAR (DOS ANOS 1950 ATÉ 1988)

Dias antes de a seleção brasileira de futebol embarcar para a Suécia para disputar a Copa do Mundo de 1958, o jornalista e dramaturgo Nelson Rodrigues cunhou a expressão “complexo de vira-latas”. Publicado na revista *Manchete Esportiva*, o ensaio se referia à mentalidade derrotista que tomava conta do Brasil desde a traumática derrota para a seleção uruguaia, em casa, na Copa de 1950 (Rodrigues, 1993). Naquela ocasião, o Brasil ainda não havia vencido nenhum mundial, e a expectativa era grande, especialmente pelo fato de a competição estar sendo disputada em solo nacional e de o Brasil ser o franco favorito. Jogando pelo empate, e diante de quase 200 mil torcedores (maior público até hoje em uma partida de Copa do Mundo), a seleção brasileira perdeu de virada, por 2 a 1, no recém-inaugurado estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, num evento que entrou para a história esportiva do país como o “*Maracanazo*”.

A mentalidade autodepreciativa do brasileiro, conforme sustenta Amorim (2010), começou a se dissipar com a conquista da Copa do Mundo de 1958 após a vitória sobre a anfitriã Suécia, feito que se repetiria em 1962, no Chile, ao vencer a Tchecoslováquia. O futebol, que já era a principal modalidade esportiva do país havia décadas, passava a se consolidar popularmente com as conquistas, mas essa não era ainda uma posição absoluta, nem no domínio das atenções populares e nem no que diz respeito à instrumentalização política do esporte.

Em abril de 1963, poucos meses depois da crise dos mísseis cubanos, evento que representou um dos momentos de maior tensão da Guerra Fria, a cidade de São Paulo recebeu a quarta edição dos Jogos Pan-Americanos. Primeiro grande evento esportivo no país desde a Copa de 1950, o *Pan* seria a primeira oportunidade de um grande evento multiesportivo internacional em que a Cuba pós-revolução exibiria os resultados dos investimentos estatais no esporte como política pública e exibição de poder político¹. Já em agosto do mesmo ano, Porto Alegre organizava os Jogos Mundiais Universitários – a *Universiade* – que recebeu atletas de 27 países, inclusive diversos representantes do Leste Europeu, como Alemanha Oriental, Bulgária, Polônia, Tchecoslováquia e a URSS. Era a primeira vez que o evento, cuja

¹ “O programa nacional de esportes de Cuba, iniciado em 1961, visava a dois objetivos que se reforçavam mutuamente. Os triunfos esportivos internacionais destacariam a Revolução Cubana e simbolizariam seu sucesso. Isso significaria a liderança de Cuba para os países do Terceiro Mundo. E daria aos cubanos orgulho pela Revolução e um senso de nacionalismo. Aumentaria a legitimidade do governo revolucionário, especialmente durante períodos de terrível escassez e privação, como na década de 1960” (Pettavino; Brenner, 1999, p. 523).

participação de países do bloco comunista era tradicionalmente forte, acontecia fora da Europa, e sua realização no Brasil reforçava o posicionamento do país junto ao Movimento dos Países Não-Alinhados, inaugurado em 1961, na Iugoslávia, fruto dos acordos de Bandung, de 1955 (Spotlight [...], 2019).

Com o golpe de 1964, mas sobretudo a partir do governo Médici, a partir de 1969 (já sob a vigência, portanto, do Ato Institucional Nº 5, que endureceu a repressão do regime), o governo reforçava o emprego do futebol e da seleção brasileira com propósitos políticos. A campanha que antecedeu a Copa de 1970, no México, esteve impregnada de conteúdo político, como a transmissão de mensagens ufanistas, a exemplo do *slogan* “Ninguém segura este país” (A História [...], 2020).

O ditador gostava de futebol e, mais do que isso, enxergava na primeira Copa que seria transmitida ao vivo pela TV no país a oportunidade de ofuscar o endurecimento da repressão em seu início de Governo. Apropriando-se de campanhas ufanistas, sobretudo com o jingle ‘Pra frente Brasil’, Médici colou sua imagem no escrete nacional ao evocar o patriotismo de torcer pela seleção. Não satisfeito, forçou ingerências até mesmo no time. Fã do futebol de Dadá Maravilha, fez lobby público pela convocação do centroavante à Copa, episódio que ajudou a selar a queda de João Saldanha² (Pires, 2020).

Os versos do jingle, embalados por uma vibrante marcha de sonoridade militar, associavam o desempenho da seleção ao chamado “milagre econômico” do período, ao tempo em que buscavam solidificar uma ideia de unidade nacional: “Parece que todo o Brasil deu a mão / todos ligados num mesmo refrão / tudo é um só coração” (A História [...], 2020). A vitória do Brasil contra a seleção da Itália conferiu ao país o tricampeonato mundial, conquista que outorgava ao país vencedor o direito à posse definitiva da taça Jules Rimet – troféu que a FIFA entregava em caráter transitório, por quatro anos, a cada vencedor do mundial – e ressignificava a autoimagem do povo brasileiro, que passava a se orgulhar de ser o “país do futebol”. Essa representação se apoiava também no fato de o Brasil ser, já na época, o único país a participar de todas as edições da Copa do Mundo, mas que era reforçada pela instrumentalização política do futebol por parte do regime militar.

² João Saldanha era o treinador da seleção brasileira até poucas semanas antes do mundial do México. Jornalista e militante do Partido Comunista Brasileiro, vinha ganhando notoriedade também como treinador, e protagonizando um embate cada vez mais público com o governo ditatorial. Ao responder pela imprensa às demandas de Médici pela escalação de Dadá Maravilha, Saldanha declarou que: “Eu não escalo o ministério e o presidente não escala a seleção”. Duas semanas depois desse fato, Saldanha foi demitido e substituído por Mario Jorge Lobo Zagallo (GALLAS, 2021; PERES, 2020).

Figura 4 - Carlos Alberto Parreira, capitão da seleção tricampeã em 1970 (esq.), e o ditador Emilio Médici, erguem a Taça Jules Rimet. A vitória na Copa seria instrumentalizada pelo governo como forma de ofuscar o endurecimento do regime militar após o AI-5



Fonte: Pires (2020)

Amorim, ao interpretar aqueles fatos no contexto da realidade mais recente, interpreta a autoimagem do brasileiro concatenando-a com os resultados da seleção nos mundiais, mas vai além, para sustentar que esse orgulho, esse brio – essa *altivez* – não ultrapassara até recentemente o domínio esportivo. Algo que só viria a acontecer, segundo ele, décadas depois:

As vitórias nas Copas do Mundo [...] dissiparam esse sentimento [do “complexo de vira latas”]. Mas ele sobreviveu em outros campos da vida brasileira – inclusive na política. Vinte e um anos de ditadura, décadas de hiperinflação, o histórico duvidoso de ser um dos países com maior grau de desigualdade social, contribuíram para esse complexo de inferioridade, que finalmente está sendo superado³ (Amorim, 2010, p. 239-240, tradução própria).

A celebração de Amorim sugere uma conquista do governo do qual fazia parte na ocasião. Mas até que o país efetivamente conquistasse tal direito, diversas etapas precisaram ser superadas. Esse histórico será abordado nos subcapítulos a seguir.

³ “This is a far-cry from the self-demeaning mindset that was so common in Brazil. In the late 50s, the famous journalist, playwright and often football commentator Nelson Rodrigues coined the expression “stray dog complex” to describe the defeatist mentality that resulted from the frustration with the Brazilian national team almost among the finalists, but never a champion. The victories in the World Cups of 1958, 1962 and 1970 (and, further on, 1994 and 2002) totally dissipated that feeling. But it subsisted in other fields of Brazilian life – politics included. Twenty-one years of dictatorship, decades of hyperinflation, the dubious record of being one the countries with the highest degree of social inequality, all contributed to this complex of inferiority, which is finally being overcome.”

5.2 REDEMOCRATIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: O “SONHO OLÍMPICO” COMO PROJETO INCIPIENTE DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL (1989-2002)

A associação entre a política e o esporte tem, no Brasil, uma prosaica coincidência: desde a redemocratização, os anos de eleições presidenciais sempre coincidem com os de Copas do Mundo. Mas a performance da seleção dentro de campo não exerce grande influência sobre os resultados das urnas: após a conquista do tetracampeonato, em 1994 nos EUA, o Brasil elegeu Fernando Henrique Cardoso, então candidato da situação, sucedendo Itamar Franco. Já em 1998, mesmo com o Brasil eliminado nas semifinais para a Holanda, na Copa da França, Cardoso foi reeleito. Em ambos os casos, pesou muito mais na escolha dos eleitores o sucesso do plano Real no controle da inflação, que desde os anos 1980 era a principal preocupação da população na economia (Martino, 2022).

Esse desacoplamento entre performance esportiva e resultados eleitorais, no entanto, não impediu que a classe política brasileira retomasse a ideia de tratar como projeto de estado a questão do esporte e a expectativa por realizar grandes eventos esportivos. O projeto de colocar o país no restrito rol de anfitriões de grandes eventos esportivos começou de forma pouco organizada e hesitante: em 1991, o governo de Fernando Collor de Mello apresentou ao Comitê Olímpico Internacional um projeto de pré-candidatura para que Brasília sediasse os Jogos Olímpicos do ano 2000. Sob a presidência de Paulo Octavio, parlamentar e empresário do ramo da construção civil com atuação no mercado imobiliário da capital, o projeto já trazia em sua concepção a ideia de promover a projeção internacional do país.

Coincidindo com as comemorações dos 500 anos do “Descobrimento”, os jogos promoveriam a imagem de um Brasil que se modernizava e se rerepresentava ao mundo, após duas décadas de ditadura, num ambiente que era de otimismo em relação às reformas neoliberais e à abertura da economia. Instalações esportivas com projetos arquitetônicos assinados por Oscar Niemeyer e Ruy Ohtake ajudariam a promover a imagem de modernidade que o país construía (Couto, 2015; Rangel, 2007). No entanto, a articulação entre governo, setor empresarial e as entidades de governança esportiva foi insuficiente: sem o apoio do próprio Comitê Olímpico do Brasil (COB) e com inconsistências na elaboração da proposta (incluindo rasuras feitas a mão no dossiê de candidatura), a proposta foi retirada em 1992, tendo a escolha da sede ficado com Sydney, na Austrália.

Em 1995, o país voltava a tentar a candidatura, desta vez para os Jogos de 2004, e com o Rio de Janeiro como pretensa sede, após uma disputa interna com São Paulo. Já sob o governo Cardoso, a ainda dentro da mesma lógica de modernização e abertura do país, o projeto articulou

de forma mais intensa diversos atores, agora incluindo o COB, presidido por Carlos Arthur Nuzman, a classe política, com os então prefeitos da cidade, César Maia (até 1996) e Luiz Paulo Conde (a partir de 1997) e o governador Marcello Alencar. Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, na condição de ministro extraordinário dos Esportes, encarnava a união de esforços entre o meio esportivo e o político. Ainda era uma candidatura muito mais de um grupo de empresários e dirigentes do que de governo, mas o suporte estatal ganhava força: o vídeo que expunha a candidatura aos membros do COI era apresentado pelo próprio presidente da República, e o lobby contava também com o presidente da FIFA, o brasileiro João Havelange (Moreira, 1997).

A sociedade civil, por sua vez, passava a integrar o projeto de forma mais ampla: o enredo da Estação Primeira de Mangueira no carnaval daquele ano era “O olimpo é verde e rosa”, e os versos ajudavam a consolidar no imaginário popular a expectativa: “De braços abertos sou o Rio de Janeiro / 2004 é o sonho brasileiro [...] Graças ao barão de Coubertin / As olimpíadas voltaram / É o amor e a liberdade / Exaltando o valor e a igualdade” (Santos, 1996). No dia 3 de março de 1997, uma festa promovida pelo comitê organizador levou, segundo notícias da época, mais de um milhão de pessoas para a orla de Copacabana, como forma de mostrar ao COI o apoio da população – que era de mais de 80% dos cariocas (Medalha [...], 1997).

A candidatura novamente não prosperou, tendo o Rio de Janeiro sido eliminado na disputa preliminar com Buenos Aires, na Argentina (a vitória final, no entanto, ficaria com Atenas, capital da Grécia). Um dos motivos da derrota brasileira foi o fato de que o projeto apresentado previa a construção da maior parte das instalações esportivas e a vila olímpica, onde ficariam hospedados os atletas, na Ilha do Fundão, na Baía de Guanabara, o que rendeu críticas dos avaliadores em função da poluição, do mau cheiro e do barulho dos aviões, já que o local fica próximo do aeroporto do Galeão (Salles, 2016).

No retorno ao Brasil, após o anúncio oficial do COI em Lausanne, na Suíça, integrantes do comitê brasileiro já anunciavam a disposição de apresentar nova candidatura para a edição seguinte, enquanto Pelé manifestava a vontade de realizar a Copa de 2006 no país. O presidente Cardoso aproveitou a oportunidade para exercício da diplomacia, em defesa do parceiro regional e do bloco econômico do Cone Sul:

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que, como todo brasileiro, ficou decepcionado com a desclassificação do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos de 2004, mas afirmou ter tido uma satisfação. Segundo ele, o Mercosul continua na briga e o momento é de apostar em Buenos Aires [...] FHC ressaltou que os compromissos do governo federal em relação ao Rio de Janeiro devem ser mantidos. Para o

presidente, o Rio deve ser preparado como se a cidade viesse a ser sede das olimpíadas agora, para estar bem posicionado para uma próxima candidatura. Enquanto isso, devemos torcer por Buenos Aires, concluiu o presidente (Rio [...], 1997).

No ano 2000, o país retomava a construção da candidatura olímpica, mas com vistas aos Jogos de 2012, adotando uma estratégia de mais longo prazo em relação às tentativas anteriores. Na abertura da 12^a Assembléia Geral da Associação dos Comitês Olímpicos Nacionais, Cardoso declarava que o governo federal se empenharia para que a candidatura fosse finalmente vitoriosa. "Não tenho dúvidas: 2012 será a nossa vez", discursou o presidente, depois de garantir que "o governo brasileiro tudo fará para que essas candidaturas sejam vitoriosas". Ele se referia também à opção por buscar sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, vistos como uma etapa intermediária na busca pelo maior megaevento esportivo do mundo (FHC [...], 2000).

Reunindo mais de 5 mil atletas de 42 países do continente, que competiriam em 37 modalidades diferentes, o evento seria a oportunidade para a cidade construir arenas esportivas, instalações de hospedagem de atletas, comitativas e organizadores, bem como realizar as intervenções urbanas necessárias, dando as demonstrações práticas da capacidade do país de realizar esse tipo de evento, além de convencer os organismos internacionais de governança esportiva da capacidade do país de buscar as sinergias políticas, sociais e empresariais e de construir o arcabouço institucional necessário. Os Jogos Pan-Americanos são realizados pela Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA), entidade à qual são vinculados os comitês olímpicos nacionais da América do Sul, Central e do Norte, e que é vinculada ao COI. O sucesso da realização do "Pan", como é chamado coloquialmente o evento, elevaria o status de uma nova candidatura brasileira aos olhos dos avaliadores do COI.

A candidatura para sediar o Pan foi apresentada pelo COB em 2001, e tinha como única concorrente a cidade de San Antonio, nos EUA. Na apresentação realizada aos membros da ODEPA, a apresentação da candidatura da cidade norte-americana foi feita por David Robinson, pivô do time de basquete local da NBA, o San Antonio Spurs, enquanto o projeto brasileiro foi apresentado em vídeo gravado pelo presidente Cardoso, conferindo o caráter de projeto de estado à candidatura. Em agosto de 2002, a candidatura brasileira foi declarada vencedora, para o que contribuiu também o rodízio "informal" entre as regiões americanas (a edição de 2003 seria disputada em Santo Domingo, na República Dominicana, enquanto a de 1999 havia sido realizada em Winnipeg, no Canadá; Mar del Plata, na Argentina, havia sido a última cidade sul-americana a receber o evento, em 1995) (Rio [...], 2002a; Rio [...], 2002b).

O governo de Cardoso chegaria ao fim poucos meses depois, e para o convencimento dos integrantes da ODEPA, seria essencial que o próximo mandatário se comprometesse com a realização do Pan:

A candidatura do Pan 2007 teve o apoio formal de FHC, e também dos principais candidatos à sucessão presidencial que ocorreria no ano seguinte. De acordo com o Ministério dos Esportes (2007), FHC alertou que apenas o apoio dele não bastava, pois o país teria outro presidente a partir de 2003. Os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho, José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva também se comprometeram a apoiar os Jogos. A realização de megaeventos deixava de ser uma Política de Governo e passava a ser uma Política de Estado que viria ser seguida pelos próximos governantes (Morais; Teixeira, 2013).

Em junho de 2002, a seleção brasileira venceu a Alemanha na final da Copa do Mundo da Coreia e Japão, tornando-se tetracampeã mundial. Quatro meses depois, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva derrotou José Serra, apoiado pelo então presidente Cardoso. Mais uma vez, não se confirmava a tese de que a vitória da seleção determinaria o sucesso do governo nas urnas. Lula não apenas cumpriria o compromisso assumido meses antes em relação ao Pan como faria do esporte um tema importante no seu governo, como se verá a seguir.

5.3 A CONQUISTA DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: PLANEJAMENTO, OTIMISMO E CONSAGRAÇÃO (2003-2009)

Com a vitória nas eleições de outubro de 2002, o novo governo assumia com a tarefa de organizar e entregar o primeiro grande evento multiesportivo que o Brasil viria a realizar depois de um jejum de várias décadas. Unindo a ideia de utilizar o Pan como plataforma para a estreante política externa “ativa e ativa” com a de aproveitar o evento como forma de se preparar e de se habilitar para a realização dos Jogos Olímpicos, a preparação do Pan era tratada como projeto de governo. Já no primeiro dia de mandato, Lula criou o Ministério do Esporte, através da Medida Provisória N° 103/2003, mais tarde convertida na Lei N° 10.683/2003. O texto previa a desvinculação da área em relação à do Turismo, e ganhava pasta própria, sob o comando do então deputado federal Agnelo Queiroz, e tinha a organização do Pan como um dos objetivos centrais.

O esporte também foi usado como forma de aproximar o governante da população desde o início do mandato, o que ocorreu sobretudo por intermédio do futebol. Segundo análise de Mascarenhas, Silva e Santos (2014), esse esporte esteve presente de forma consistente nos discursos do presidente ao longo dos dois mandatos. Os autores identificam as matizes discursivas presentes nos pronunciamentos, e associam o uso do esporte como instrumento de

identificação do presidente com as massas, reforçando o caráter carismático de sua personalidade e do seu governo.

Essa estratégia teria o papel de atenuar o desgaste político resultante da uma opção do PT pelo distanciamento em relação a suas origens históricas: formado nos anos 1980 pela associação de interesses organizados em torno das contradições entre capital e trabalho, o partido, quando no governo, optou por um caminho de acomodação em vez de ruptura entre esses interesses, atendendo demandas do empresariado ao mesmo tempo em que buscava efetiva melhora (ainda que limitada) das condições materiais das classes trabalhadoras. Esse fenômeno foi percebido na trajetória do candidato Lula nas eleições de 1989, 1994 e 1998, até ser eleito em 2002 com abrandamento do discurso em relação à classe empresarial. A identificação do presidente com a população se dava, assim, não necessariamente através de recortes de classe, mas sim de forma relativamente independente, em outros campos discursivos. E aí entrava o futebol.

A presença do futebol no discurso de Lula foi marcante, algo que reflete sua formação cultural. Nunca nenhum presidente havia falado tanto de futebol, até porque, diferentemente dos antecessores, ele dominava seus códigos. Lula usou e abusou de sua linguagem para se comunicar, cultivando o sentimento do popular, do nacional e do moderno. Foi com estes sentidos que se pronunciou através do futebol e sobre o futebol, seja por meio da metáfora, pela paixão corintiana, traduzindo um discurso torcedor e opinativo, ou do registro de suas ações envolvendo a modalidade. Em termos gramscinianos, Lula comandou um imenso avanço orgânico do consentimento, nos dizeres de Ab'Sáber (2011), do carisma pop e da cultura anticrítica, e o seu “futebolês” ajudou (Mascarenhas; Silva; Santos, 2014, p. 514-515).

A organização dos megaeventos esportivos necessitaria de mobilização entre ambos os estratos sociais: o empresariado com o aporte de investimentos e as classes trabalhadoras com o apoio político. Outra questão a ser abordada seria a da segurança pública: o Rio de Janeiro já enfrentava a situação havia décadas, o que já era reconhecido como problema a ser resolvido mesmo na ocasião da primeira candidatura da cidade, no ano 2000, quando a vice-governadora, Benedita da Silva afirmou: "Não queremos esconder de forma nenhuma o que vemos acontecer no Estado do Rio de Janeiro, mas vemos que esses acontecimentos são fatos notórios também em outros países e nossa preocupação é combater a violência e assegurar que a Olimpíada aconteça" (FHC [...], 2000).

A solução para o problema passaria pela criação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em 2004 pelo Ministério da Justiça, então comandado por Márcio Thomaz Bastos. Sem se tratar de uma corporação policial propriamente dita, com previsão constitucional, a FNSP é oficialmente um programa de cooperação federativa, criado pelo

Decreto Nº 5.289/2004, e é composto pelas forças de segurança pública das unidades da federação (polícias militares, civis, corpos de bombeiros e polícias científicas), cujos quadros, após alinhamento doutrinário coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, ficam capacitados para atuação conjunta, em situações de alta complexidade e conforme demandas específicas, sob autorização e coordenação do governo federal (Brasil, 2004).

A decisão pelo emprego da FNSP no Pan se deu após embate entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa (Corrêa; Duarte; Borri, 2017, p. 40-44), e levou em consideração o impacto negativo, nacional e internacionalmente, da utilização de militares das Forças Armadas na operação de segurança da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Eco-92. Na ocasião, a cidade vivia uma onda de violência que colocava em dúvida a capacidade do Brasil de realizar um evento daquela magnitude, com delegações de 172 países, e a solução adotada foi a de colocar o Exército nas ruas, incluindo a ideia de estacionar blindados com canhões apontados para as favelas dos morros da zona sul da cidade durante os dias de realização do evento – o que em nada contribuiu para melhorar a imagem internacional do país a esse respeito. Para o Pan, o uso de policiais superaria essa lógica da participação de militares das Forças Armadas em atividades de segurança pública – o que não preveniu de todo a violência associada ao evento, já que às vésperas da abertura, um batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro invadiu o Complexo do Alemão, deixando 19 mortos (Gaffney, 2015).

O período de preparação para o Pan foi marcado por otimismo por parte do governo, associado aos bons resultados que a economia do país vinha apresentando. Ainda nesse período, o país apresentou a candidatura do Rio de Janeiro para mais um evento: os Jogos Mundiais Militares, que aconteceriam em 2011. Após uma disputa com a Turquia pelo direito, o projeto brasileiro foi anunciado como vencedor em maio de 2007, dois meses antes da abertura do Pan. O esporte os eventos multiesportivos internacionais passavam a integrar definitivamente a agenda do governo, e a preparação dos eventos seria usada também como fator de mobilização da população em torno do projeto, reafirmando aspectos de orgulho nacional, como no discurso na ocasião de apresentação da mascote do evento, um ano antes da abertura:

O Brasil já demonstra que não deve nada a ninguém na realização de eventos. Os Jogos Pan-Americanos são uma prova concreta de que o país pode organizar novamente uma Copa do Mundo em 2014, depois de ter feito uma em 1950, e sonhar com os primeiros Jogos Olímpicos na América do Sul (Brasil, 2006).

Durante a cerimônia de abertura do evento, no entanto, o cenário foi adverso para o presidente. Vaiado quatro vezes pelos espectadores presentes no estádio do Maracanã na noite de 13 de julho de 2007, Lula não conseguiu fazer a declaração oficial de abertura do Pan, como inicialmente programado, tarefa que coube, de forma improvisada, ao presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman (Lula [...], 2007). Já pesavam as denúncias da Ação Penal Nº 470 (o escândalo do “Mensalão”) e os custos das instalações esportivas. Além da reforma no Maracanã, foi construído o estádio Nilton Santos (o “Engenhão”), para receber provas de atletismo e partidas de futebol (posteriormente, foi convertido em estádio de futebol, sendo arrendado para o clube Botafogo de Futebol e Regatas). Também foram construídos para os Jogos o Parque Aquático Maria Lenk e a Arena Olímpica (mais tarde HSBC Arena), ambos na área do antigo autódromo de Jacarepaguá. O custo total do evento atingiu R\$ 3,7 bilhões, sendo R\$ 1,8 bilhão bancados pelo governo federal (Lula [...], 2013).

Durante o evento, o Brasil obteve o maior número de medalhas da história, terminando a competição na terceira posição, atrás dos EUA e de Cuba. A última vez que alcançara tal posição havia sido em 1967, e desde então sempre esteve atrás dos EUA e do Canadá no quadro de medalhas. A melhoria no resultado nas competições foi marcante: o número total de medalhas de ouro subiu de 29 para 52 (aumento de 79%), proeza que o COB atribui à destinação dos recursos da Lei Agnelo/Piva, sancionada ainda em 2001 pelo presidente Cardoso (mesmo período em que se preparava a apresentação da candidatura para o Pan) e que previa a destinação de 2% dos recursos de todas as loterias federais ao COB e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB):

Por ser o país-sede da competição, o Brasil participou de todas as 47 modalidades disputadas e conquistou medalhas em 40, atingindo 85% de aproveitamento. A maior Delegação Brasileira da história foi composta por 960 integrantes. A melhor participação brasileira foi um reflexo do primeiro ciclo pan-americano completo com os recursos da Lei Agnelo/Piva. A aplicação dos recursos da Lei proporcionou a melhor preparação dos atletas brasileiros de todos os tempos, com a criação de 30 equipes olímpicas permanentes, abrangendo 710 atletas (Comitê Olímpico do Brasil, 2007).

Os bons resultados dentro de campo e o sucesso na organização do evento ajudaram na consolidação, finalmente, do projeto olímpico brasileiro. A maior preocupação do governo e dos organizadores envolvia a segurança pública e o dano à imagem ao país que eventuais cenas de violência urbana durante o período do Pan poderiam causar. A realização do Pan, contudo, foi avaliada positivamente, dando fôlego à busca pelos grandes eventos. Na simbólica data de 7 de setembro de 2007, dias após o encerramento do evento, o Brasil formalizava mais uma vez a candidatura olímpica, para os Jogos de 2016, agora com as credenciais da experiência bem-

sucedida. A cidade competia com Chicago (nos EUA), Praga (República Tcheca), Tóquio (Japão), Baku (Azerbaijão), Doha (Qatar) e Madri (Espanha). No dossiê de candidatura apresentado ao COI, o país ressaltava o legado que o evento proporcionaria para a população da cidade, bem como as expectativas de crescimento econômico do país e a projeção do Brasil e da América do Sul no mundo:

Comprometemo-nos a remover o risco da entrega dos Jogos e desenvolvemos um poderoso modelo financeiro que se beneficiará do financiamento já aprovado de US\$ 240 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Todos os investimentos resultarão em legados substanciais, tangíveis e significativos para os cariocas e para o Brasil e são consistentes com nossos planos de desenvolvimento de longo prazo. Mesmo no atual cenário econômico global difícil, podemos garantir que o financiamento para o Rio 2016 está seguro e que a economia brasileira está estável. Já somos a décima maior economia do mundo e temos previsão de ser a quinta até 2016, o Brasil será capaz de suportar todos os requisitos projetados para os Jogos (Comitê Rio2026, 2009).

Paralelamente, a candidatura do Brasil para receber a Copa do Mundo de futebol masculino de 2014 havia sido lançada em 2006, e já era praticamente uma vitoriosa por antecipação: anos antes, a FIFA havia adotado a política de rodízio de continentes na escolha pela sede, e os outros dois países pré-candidatos, Argentina e Colômbia, haviam saído da disputa e anunciado apoio ao Brasil. Naquele mesmo ano, o presidente da entidade, Joseph Blatter, havia visitado o Maracanã, no Rio de Janeiro, o Morumbi, em São Paulo, o Mineirão, em Belo Horizonte, e o Beira-Rio, em Porto Alegre, e declarou que o país não tinha nenhum estádio em condições de receber o torneio naquele momento. O “padrão FIFA”, imprescindível para os estádios, se transformou em termo que se disseminaria nas notícias de imprensa e no jargão popular, como se verá adiante, com repercussões muito além das pretendidas para o torneio.

Mas as questões da segurança pública e das dúvidas em relação à capacidade de realizar grandes eventos esportivos estava superada, tendo a FIFA anunciado, em outubro de 2007 (três meses após o encerramento do Pan) o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. Já no discurso na cerimônia de anúncio do país sede, Lula exaltava o caráter de reafirmação da imagem nacional perante o mundo daquele projeto, com apelos à busca pela autoestima da população:

Eu quero tranquilizar os dirigentes da Fifa. Essa não é uma responsabilidade do atual presidente – que já não serei mais em 2014 –, não é apenas responsabilidade do presidente da Confederação, não é apenas responsabilidade dos governadores que estão aqui. No fundo, no fundo, nós estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com a sua estabilidade conquistada. Somos um país que tem muitos problemas, sim, mas somos

um país com homens determinados a resolver esses problemas. e tantos outros que apareceram na televisão. Vocês verão no Brasil coisas maravilhosas produzidas pela natureza, vocês verão no Brasil a capacidade que teremos de construir bons estádios. Mas [...] a coisa que mais irá empolgar os jogadores, os jornalistas e os dirigentes de futebol do mundo, mais os torcedores [...] será o comportamento extraordinário do povo brasileiro (BRASIL, 2007).

Garantida a Copa de 2014, dava-se início à disputa entre as cidades que iriam sediar o mundial. Por exigência da FIFA, poderiam ser entre 8 e 12 sedes. Além da reforma e construção de novos estádios – estavam todos distantes do “padrão FIFA” – eram necessárias também, por exigência da entidade, obras de infraestrutura urbana, hotelaria e melhoria nos transportes. O conceito de *legado* dos megaeventos passou a ganhar atenção na medida em que os custos – econômicos e políticos – da preparação dos megaeventos apresentavam obstáculos para a apresentação de candidaturas. Com as altas cifras envolvidas, a mera realização dos torneios, com duração de apenas algumas poucas semanas, não encontraria apoio da sociedade e classe política. Assim, a partir dos anos 1990, se começa a destacar a relevância desses legados. A partir de uma concepção inicial de legado *tangível*, como as obras públicas nos centros urbanos, cujos impactos econômicos transcendem o período dos eventos, se busca mobilizar a opinião pública de forma favorável aos eventos. A demanda por infraestrutura em países emergentes, inclusive, é um dos argumentos usados pelas entidades de governança esportiva para levar os eventos para esses locais, como a África do Sul em 2010, e o Brasil em 2014 (Preuss, 2007; Cornelissen; Bob; Swart, 2011).

No Brasil, esse argumento também pesou na opção por realizar o evento em 12 sedes, ao invés de oito, conforme a concepção inicial: com mais cidades, os benefícios econômicos – o *legado* – alcançariam parcela maior da população. A Copa do Mundo foi, com efeito, o catalisador para a realização de diversas obras que eram vistas como necessárias para o desenvolvimento econômico das cidades-sede, mas que havia décadas não passavam de promessas. A geração de empregos com as obras se somaria à da indústria do turismo, do comércio, dos serviços e de todos os setores envolvidos.

Pesquisa do instituto Datafolha realizada em novembro de 2008 mostrou que 79% da população brasileira apoiava a realização da Copa no Brasil, com apenas 10% contrários (Apoio [...], 2014). O início das obras de estádios e de melhorias urbanas reforçava a confiança de que o Brasil seria capaz de entregar um evento no “padrão FIFA” e reafirmar sua capacidade de estar entre os grandes países do mundo. Essa convicção ganhou força no ano seguinte: em outubro de 2009, na cidade de Copenhague, na Dinamarca, o COI realizava a rodada final do processo de escolha da sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Após a eliminação, nas etapas

iniciais, das outras candidatas, permaneciam na disputa Madri, Chicago e Tóquio, além do Rio de Janeiro. No relatório de em que avaliavam as quatro cidades candidatas, elaborado pela Comissão de Avaliação do COI para subsidiar os votos dos delegados que escolheriam a sede, os avaliadores fizeram as seguintes observações a respeito da candidatura brasileira:

As autoridades brasileiras consideram a candidatura do Rio de Janeiro uma ‘autoafirmação’ do povo brasileiro e consideram um ponto de honra trazer os Jogos para o país e para a América do Sul, continente com 400 milhões de habitantes, dos quais 180 milhões são jovens. Assim, as autoridades confirmaram à Comissão que consideram que o investimento em infraestrutura necessário para os Jogos vale a pena como um investimento no futuro do país⁴ (Report [...], 2009, p. 46, tradução própria)

O mesmo relatório ainda trazia os resultados de pesquisas de opinião realizadas pelo próprio COI junto às populações das cidades e países candidatos, mostrando que a candidatura tinha apoio de 85% dos cariocas e de 69% dos brasileiros (Report [...], 2009, p.48). A experiência com a organização do Pan de 2007 e dos Jogos Mundiais Militares também era mencionada como ponto a favor da candidatura, assim como o amadurecimento da capacidade de enfrentamento à violência urbana, com referência expressa ao trabalho da SENASP (Report [...], 2009, p. 58).

Na sessão em que se faria o anúncio da vencedora, mesmo com a presença do presidente norte-americano, Barack Obama, Chicago foi a primeira eliminada entre as finalistas. Depois foi a vez de Tóquio, que já havia recebido os Jogos em 1964 e vinha de uma experiência bem-sucedida com a Copa de 2002, realizada juntamente com a Coreia do Sul. Por fim, Madri, cuja candidatura contava com o apoio de 85% da população local e que contava com boa infraestrutura esportiva, além da experiência positiva de Barcelona, em 1992, foi eliminada. Na presença de Lula, Pelé e Nuzman, além do governador do estado Sérgio Cabral e do prefeito Eduardo Paes, o Rio de Janeiro foi anunciado como a sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Na praia de Copacabana, uma multidão comemorou a decisão. O foguete representado pelo Cristo Redentor na capa da *The Economist*, mencionado no capítulo anterior, se preparava para decolar.

⁴ “The Brazilian authorities believe that Rio de Janeiro’s bid is a ‘self affirmation’ of the Brazilian people and consider it a point of honour to bring the Games to the country and to South America, a continent with a population of 400 million of which 180 million are young people. As such, the authorities confirmed to the Commission that they consider the investment in infrastructure required for the Games to be worthwhile as an investment in the country’s future.”

5.4 O BRASIL SE PREPARA PARA OS MEGAEVENTOS: A BUSCA POR MEDALHAS EM MEIO A OBRAS, QUESTIONAMENTOS E A TURBULÊNCIA MUNDIAL (2009-2013)

A realização dos megaeventos esportivos representava uma face da projeção internacional que o Brasil buscava, mas essa conquista estaria incompleta se não viesse acompanhada de melhores resultados nas competições internacionais. Ao contrário de competições como a Copa do Mundo, que termina com a consagração de uma única seleção nacional, que leva para casa o troféu de campeã e é recebida com a glória da população local, os Jogos Olímpicos não têm um único campeão. Cada modalidade tem seu vencedor, de fato, mas não há algo próximo de uma declaração, ao final do evento, de um único vencedor, o que, pelo menos na disputa entre os países que ali competem, corresponde à declaração do Barão de Coubertin, quando dizia que “o importante é competir”.

A métrica mais próxima, que é adotada informalmente pela imprensa, por entusiastas e torcedores, é o quadro de medalhas. Mesmo assim, não há um padrão: há quem use a metodologia do número total de medalhas, e há quem prefira o ordenamento dos países conforme o número total de medalhas de ouro, usando as de prata e bronze, subsequentemente, como critério de desempate, sendo este último o método mais usual. Há, claro, limitações importantes, como o fato de a vitória no futebol ou no basquete olímpico, por exemplo, render ao país apenas uma única medalha, mesmo peso conferido a modalidades de apelo popular muito menor, como, digamos, o tiro com arco. Outro problema é o fato de que em alguns esportes há apenas uma medalha em disputa, enquanto em outros, as diversas modalidades do mesmo esporte rendem muitas medalhas diferentes⁵.

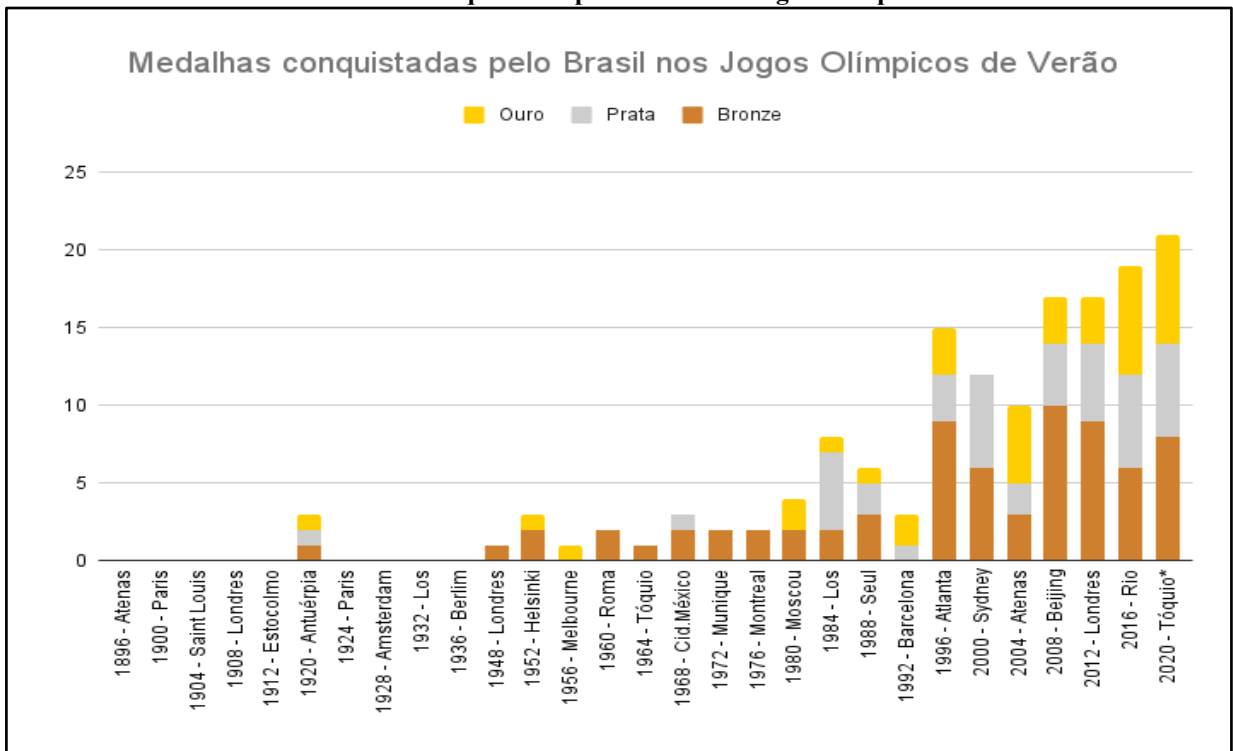
Por qualquer uma dessas forma de aferição, porém, o Brasil nunca teve desempenho de grande destaque, ao menos quando se leva em consideração a dimensão geográfica e populacional do país: a melhor colocação que o país havia alcançado até 2012 era o 16º lugar, nas olimpíadas de Atenas, em 2004, posição impulsionada pelas cinco medalhas de ouro, sendo duas no vôlei masculino (quadra e praia), duas na vela (Robert Scheidt na classe laser e Torben

⁵ Os casos clássicos nos Jogos Olímpicos são o da natação, onde há 37 medalhas em disputa, e o do atletismo, com 48. A possibilidade de o mesmo atleta participar de mais de um evento da mesma modalidade é o que permite, nesses esportes, o surgimento de supercampeões multi medalhistas, como Michael Phelps, que conquistou 28 medalhas em quatro edições do evento (2004 a 2016), competindo nos 100m, 200m e 400m e nos revezamentos 4x100m e 4x200m, nadando nos estilos borboleta, livre e medley. No atletismo, o finlandês Paavo Nurmi acumulou um total de 12 medalhas olímpicas, nos Jogos de 1920, 1924 e 1928, competindo nas provas de 1.500m rasos, 5.000m, 10.000m, cross country individual, cross country por equipes, e nos 3.000m com obstáculos.

Grael e Marcelo Ferreira na classe star) e uma no hipismo (com Rodrigo Pessoa na prova de saltos individual). Além de potências tradicionais do esporte como EUA, Rússia e China, o Brasil também ficou atrás de países de desempenho mais modesto, como Romênia, Hungria e Grécia.

A histórica falta de um projeto nacional para a busca por uma performance esportiva que correspondesse às aspirações internacionais do país era um empecilho no projeto olímpico brasileiro. Em 2005, o Ministério do Esporte criou o programa do Bolsa Atleta, para patrocinar individualmente atletas e para-atletas de alto rendimento em competições nacionais e internacionais. A iniciativa se deu, segundo Guimarães (2009), após vagarosa tramitação legislativa, que foi finalmente incitada com a frustração com os resultados obtidos pela delegação brasileira nos Jogos de Sydney, em 2000, que voltou ao país sem nenhuma medalha de ouro (vide Gráfico 1). O autor, no entanto, sustenta que o programa, até 2008, sofria diversas limitações, sendo ineficiente para a finalidade a que se propunha, tais como a falta de informações e de transparência sobre atletas beneficiados, a falta de continuidade de apoio financeiro aos atletas contemplados, a falta de critérios claros de inclusão de atletas e modalidades no programa (inclusive com modalidades não-olímpicas como kung fu e punhobol) e a desvinculação do programa a metas objetivas (Guimarães, 2009, p. 31-40).

Gráfico 1 - Medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Olímpicos de Verão



Fonte: elaboração do autor.

Nota: para quantidades e posição do Brasil em cada edição, vide Tabela 1.

Já Teixeira e colaboradores (2017) verificaram que o Bolsa Atleta também sofria com a descontinuidade do apoio a atletas (um número bastante reduzido dos contemplados recebia o benefício por mais de três anos consecutivos), e com a desconexão entre objetivos e resultados do programa: apenas 50% dos atletas classificados para os Jogos Olímpicos eram beneficiários do programa, e somente 0,11% obtiveram pódios nas três edições pesquisadas dos Jogos Olímpicos. “O foco do Bolsa Atleta é no investimento de atletas já prontos, e que compõem o programa olímpico, em detrimento da formação [...] principais resultados obtidos nas últimas três olimpíadas oscilam consideravelmente, ora com melhora, ora com piora em alguns esportes” (Teixeira *et al.*, 2017, p. 104). Também são registrados como pontos negativos a irregularidade nos pagamentos, com eventuais atrasos e a ausência de previsão de estrutura completa para treinamento dos atletas, que seguiam vinculados a seus clubes ou treinando por conta própria (Corrêa, 2014; Guimarães, 2009; Teixeira *et al.*, 2017).

Tabela 1 - Medalhas conquistadas e posição do Brasil nos Jogos Olímpicos de Verão

Medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Olímpicos de Verão					
Edição	Ouro	Prata	Bronze	Total	Posição
1896 - Atenas					Não participou
1900 - Paris					Não participou
1904 - Saint Louis					Não participou
1908 - Londres					Não participou
1912 - Estocolmo					Não participou
1920 - Antuérpia	1	1	1	3	15
1924 - Paris	0	0	0	0	
1928 - Amsterdam					Não participou
1932 - Los Angeles	0	0	0	0	-
1936 - Berlim	0	0	0	0	-
1948 - Londres	0	0	1	1	34
1952 - Helsinki	1	0	2	3	25
1956 - Melbourne	1	0	0	1	25
1960 - Roma	0	0	2	2	39
1964 - Tóquio	0	0	1	1	35
1968 - Cid.México	0	1	2	3	35
1972 - Munique	0	0	2	2	41
1976 - Montreal	0	0	2	2	36
1980 - Moscou	2	0	2	4	17
1984 - Los Angeles	1	5	2	8	19
1988 - Seul	1	2	3	6	24
1992 - Barcelona	2	1	0	3	25
1996 - Atlanta	3	3	9	15	25
2000 - Sydney	0	6	6	12	53

Medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Olímpicos de Verão					
Edição	Ouro	Prata	Bronze	Total	Posição
2004 - Atenas	5	2	3	10	16
2008 - Beijing	3	4	10	17	23
2012 - Londres	3	5	9	17	22
2016 - Rio	7	6	6	19	13
2020 - Tóquio*	7	6	8	21	12

Fonte: Elaboração do autor.

Essa percepção de ineficiência do Bolsa Atleta fundamentou a criação, em 2008, do Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR), uma parceria do Ministério da Defesa (MD) com o Ministério do Esporte (ME). Tendo como foco a preparação de atletas militares, com o objetivo de fortalecer a equipe brasileira que competiria nos Jogos Mundiais Militares, em 2011, o programa também seguia a criticada lógica do Bolsa Atleta de buscar atletas “prontos”, com as Forças Armadas realizando a seleção de atletas já consagrados em suas modalidades (um dos critérios era a comprovação de resultados expressivos em competições nacionais e internacionais) para que fossem incorporados, na condição de militares temporários, às fileiras da Marinha, Exército ou Aeronáutica.

O alistamento é feito de forma voluntária e o processo de seleção leva em conta os resultados dos atletas em competições nacionais e internacionais. Dessa forma, as medalhas já conquistadas na carreira transformam-se em pontuações nos concursos para preenchimento das vagas (BRASIL, 2013).

Além da incorporação dos atletas na condição de militares, o PAAR tinha outras diferenças em relação ao Bolsa Atleta, como a possibilidade de recebimento de patrocínio adicionalmente à renda do programa. Além disso, a incorporação permitia um vínculo mais duradouro do atleta: enquanto o Bolsa Atleta tinha duração média de um ano, nem sempre havendo renovação, o PAAR permitia incorporação por até oito anos, e os atletas militares também passavam a contar com estrutura física e apoio profissional especializado para o treinamento:

Os atletas têm à disposição todos os benefícios da carreira, como soldo, 13º salário, férias, direito à assistência médica, incluindo nutricionista e fisioterapeuta, além de disporem de todas as instalações esportivas militares adequadas para treinamento nos centros da Marinha (Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes - CEFAN), do Exército (Centro de Capacitação Física do Exército e Complexo Esportivo de Deodoro) e da Aeronáutica (Universidade da Força Aérea - UNIFA) (Brasil, 2013).

Mesmo criticado por beneficiar “atletas prontos” e ignorar o trabalho de base, o PAAR tem sido bem avaliado por seus participantes, num país em que os atletas são tradicionalmente carentes de estrutura, apoio e continuidade. Pesquisa realizada por Almeida, Oliveira e Almeida Rego (2021) com participantes do programa revelou que 96,46% deles concordaram que o PAAR é ou foi importante para a melhoria de seu desempenho esportivo, e que 84,4% estavam muito satisfeitos e 12,0% estavam satisfeitos com o programa, somando 96,4% dos atletas.

O ano de 2011 seria de teste para a preparação brasileira: a realização dos Jogos Mundiais Militares (JMM) no Rio de Janeiro avaliaria novamente a capacidade do país de realizar um grande evento multiesportivo, agora de nível mundial, ao mesmo tempo em que submetia à prova a preparação da delegação. Reunindo 6 mil competidores de 88 países participantes, que se enfrentaram em 20 modalidades, os JMM são considerados o quarto maior evento multiesportivo do mundo, atrás dos Jogos Olímpicos, dos Paralímpicos e da Universíade. A primeira edição dos JMM foi realizada em 1995, naquele período de otimismo com a globalização e do “fim da história”, mas que também carregava um simbolismo a mais, como esclarece o texto de apresentação do evento, publicado no *site* do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM, na sigla do original em francês *Conseil International du Sport Militaire*), entidade responsável pelos JMM:

“Os Jogos Mundiais Militares de Verão do CISM são um evento multiesportivo organizado a cada quatro anos, um ano antes do ano em que os Jogos Olímpicos são organizados [...] Em 1995, o CISM decide quebrar sua tradição de organizar todos os anos de quinze a vinte campeonatos mundiais por ano, reunindo todas as nações membros durante seus primeiros Jogos Mundiais Militares em Roma, de 4 a 16 de setembro de 1995.

Esses primeiros Jogos aconteceram para comemorar os 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e da ratificação da Carta da Organização das Nações Unidas. Ao organizar esses Jogos, o CISM lançou a mais explícita e espetacular mensagem de paz para o mundo inteiro.

De fato, não há mensagem de paz mais significativa e bonita do que aquela enviada ao mundo pelos representantes de mais de uma centena de Forças Armadas. Aqueles que pareciam estar para sempre divididos por barreiras ideológicas e políticas se uniram sob a bandeira do CISM em nome da amizade⁶ (CISM, s.d. , tradução própria).

⁶ The CISM Military World Summer Games are a multisports event organised every four years, one year before the year the Olympic Games are organised. It is an event that is based on the CISM and Olympic spirit, without political, religious and racial consideration nor discrimination. Furthermore it must be organised in a dignified manner.

In 1995, CISM decides to break its tradition of organising every year fifteen to twenty world championship per year by gathering all its member nations during its first Military World Games in Rome from 4 to 16th September 1995.

These first Games took place to celebrate the 50th anniversary of the end of the second World War and of the ratification of the United Nations Organisation Charter. By organising those Games, CISM has launched the most explicit and spectacular message of peace to the whole world.

There is indeed no better meaningful and beautiful message of peace than the one sent to the world by the representatives of more than one hundred Armed forces. Those who had seemed to be forever divided by ideological and political barriers came together under the CISM flag in the name of friendship.”

A organização do evento esteve a cargo das Forças Armadas, não apenas na preparação das instalações esportivas como também nas atividades de comando e controle, através da criação de um sistema integrado de logística, esportiva e de segurança, com base nos conceitos de Centros Integrados (CI), e da própria execução da operação de segurança. A estrutura utilizada contou com as instalações do Pan, como o Engenhão, a HSBC Arena e o Parque Aquático Maria Lenk, e também o Complexo Esportivo de Deodoro, localizado junto à Vila Militar, na zona oeste da cidade, região que abriga o maior contingente de militares das Forças Armadas de todo o Brasil.

Após o final do evento, o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) publicou uma revista fazendo um balanço da experiência, em cujo editorial o General Carlos Alberto Neiva Barcellos, chefe do Centro, atribuiu às Forças Armadas a capacidade de o Brasil dar uma demonstração ao mundo da capacidade brasileira, bem como o estabelecimento de um referencial para a organização dos megaeventos que viriam a acontecer nos próximos anos:

Os Jogos da Paz, conduzidos de forma impecável pelos militares brasileiros, servirão como referência para a realização dos megaeventos esportivos no Brasil nos próximos anos: a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014, e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Muitos ensinamentos e um grande legado foram construídos e consolidados pelas Forças Armadas brasileiras e servirão de farol para os comitês organizadores desses eventos. [...] Tudo isso permitiu às Forças Armadas brasileiras dar uma demonstração ao mundo da capacidade de o nosso País organizar um grande evento esportivo com extrema competência e profissionalismo, proporcionando, ainda, um enorme legado, material e imaterial, que servirá de modelo e estímulo não somente aos militares, mas ao esporte e à sociedade nacional (Barcellos, 2011, p. 3).

Além do sucesso na organização do evento esportivo, a estratégia dos militares de apostar no PAAR mostrou seu êxito: pela primeira vez, o Brasil terminaria uma competição dessa magnitude em primeiro lugar no quadro de medalhas, tanto no critério de medalhas de ouro (o país teve 45, enquanto a China, segunda colocada, conquistou 37), quanto de medalhas totais (114 do Brasil contra 99 da China). Na mesma publicação, o Exército exalta a formação militar, ainda que condensada, a que são submetidos os atletas integrantes do programa:

Depois de rigoroso processo de seleção e posterior ingresso na Força Terrestre, os atletas frequentaram o EBST (Estágio Básico de Sargentos Temporários), demonstrando empenho e dedicação para conquistar as divisas de sargento do Exército Brasileiro.

O EBST tem por finalidade proporcionar os conhecimentos básicos indispensáveis e ambientá-lo à vida militar, pela aquisição de novos hábitos adequados à condição de militar e atleta.

Durante três semanas consecutivas, foram submetidos à rotina da caserna, recebendo, diariamente, instruções teóricas e práticas. Nesse período, obedeceram a um quadro

de atividades com: café da manhã, formatura matinal, treinamento físico militar, ordem unida, almoço, formatura da tarde, instruções diurnas e noturnas e jantar (Brasil, 2011, p. 6-7).

A formação militar básica à qual são submetidos os atletas inclui também, conforme a publicação, a preparação e introjeção das regras referentes ao uso de uniformes, treinamento de ordem unida, armamento e tiro e o básico do adestramento militar. O perfil condensado dessa formação, no entanto, tem a carga horária suficiente para que os profissionais adquiram o senso de pertencimento ao ambiente castrense, mas sem que esse treinamento chegue a interferir na preparação física própria do treinamento de suas respectivas modalidades.

Já no primeiro dia, os alunos sentiram que não seria fácil. Bem cedo tinham que ficar prontos – fardados e com muito boa apresentação – para a aula inaugural. Na sequência, passaram para a instrução de ordem unida, a primeira de muitas que ainda iriam ocorrer. [...]

Ao final do estágio, nas dependências do Centro de Capacitação Física do Exército, foi realizada a formatura de entrega de boinas aos novos sargentos. Cada sargento recebeu sua “Boina Verde Oliva”, ingressando, assim, no seletivo grupo de “Sargentos Temporários do Exército Brasileiro”.

Segundo o depoimento do 3º Sargento Técnico Temporário Anderson de Oliveira Rodrigues, atleta de voleibol, a formatura foi a concretização de seu sonho de um dia representar o Exército Brasileiro [...]. Com relação ao ambiente da caserna, disse estar bastante satisfeito, porque a cada dia aprende mais sobre o Exército Brasileiro, que considera uma Instituição séria e com uma história linda (Brasil, 2011, p. 6-7).

O apoio que os novos militares recebem no PAAR em relação ao treinamento físico, se soma ao incentivo que percebem receber dos comandantes, como evidenciam as declarações de dois atletas olímpicos participantes do programa, que conquistaram medalhas olímpicas. Para Alison dos Santos, medalha de bronze nos 400m com barreiras nos Jogos de 2020, “[O PAAR] me dá o suporte para que eu possa focar no esporte e não me preocupar com outras coisas [...] fazer tudo o que eu preciso para estar focado no esporte [...] entrar para as Forças Armadas foi algo gratificante para mim” (Brasil, 2021). Em matéria jornalística divulgada pelo canal Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), o General Décio Brasil explica: “Nós não formamos os atletas: os atletas já vêm formados” (Brasil, 2016). A matéria ainda explica que os atletas só precisam comparecer aos quartéis uma vez ao ano.

Os JMM foram realizados já durante o governo de Dilma Rousseff, que havia tomado posse em janeiro de 2011. Eleita em outubro do ano anterior, na esteira da alta popularidade do final do governo Lula, de quem era companheira no Partido dos Trabalhadores, Dilma assumiu com certa resistência de setores da direita política, em especial dos militares, haja vista seu histórico de envolvimento com a resistência armada à ditadura militar, na VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária), tendo sido torturada e presa pelo regime militar por quase

três anos, na década de 1970. Na condição de presidente, no entanto, exaltou a realização dos JMM como a “união entre forças civis e militares” na preparação para a Copa do Mundo e as Olimpíadas (Lourenço, 2011), tendo participado da solenidade de abertura do evento e recebido os atletas medalhistas no Palácio do Planalto posteriormente.

O êxito dos militares nas competições e na organização dos JMM, no então, não acarretaria o retorno às Forças Armadas da atribuição de planejar e realizar a operação de segurança dos megaeventos esportivos dos próximos anos. Para dar conta dessa missão, a presidente Dilma criou, em agosto de 2011, por meio do Decreto nº 7.538, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, vinculada ao Ministério da Justiça (SESGE/MJ). Com a atribuição de liderar todo o processo de segurança dos grandes eventos⁷, incluindo planejamento, coordenação, implementação, avaliação e a realização de investimentos. A execução das ações de segurança integrada seguiria a estrutura do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), articulando as diversas instituições de segurança pública e defesa civil, bem como outros atores envolvidos nas ações de segurança (Rodrigues, 2020).

Os altos índices de aprovação relacionados aos grandes eventos acompanhavam a avaliação positiva do governo: no final do mandato, em dezembro de 2010, Lula tinha aprovação de 87%, segundo pesquisa conduzida pelo Ibope (Bonin, 2010). Herdeira política de Lula, Dilma manteve boa parte dos projetos do antecessor, embora passasse a adotar, sob o ponto de vista da política externa, postura mais discreta e menos expansiva. Exemplos dessa postura são as reduções no número de viagens internacionais, nos encontros bilaterais e multilaterais e na quantidade de novos diplomatas formados no Instituto Rio Branco já a partir de 2011. Segundo Cornetet (2014), Dilma conduziu a política externa brasileira de forma a manter a continuidade em relação a seu antecessor, mas de forma mais contida. Isso se deve, em parte, a mudanças no cenário externo que se observaram já desde o início do seu governo.

Nos dias em que Dilma se preparava para assumir a presidência, já eleita e conduzindo a transição de governo, o mundo conheceu um fenômeno novo: a partir de dezembro de 2010, uma onda revolucionária de manifestações passou a tomar conta de países do norte da África e do Oriente Médio. Com a disseminação de dispositivos móveis que permitiam o acesso instantâneo à internet, os *smartphones*, a dimensão de “praça pública” virtual das redes sociais se encontrava com os ambientes das ruas propriamente ditas. O fenômeno tinha causas

⁷ Conforme o art. 5º, § 1º do Decreto 7.538/2011, os grandes eventos cuja segurança estava sob responsabilidade da SESGE/MJ eram a Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo FIFA (2014), Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

múltiplas, evidentemente, mas o ambiente de repressão política dos países da região e a crise econômica continuada, com a demora do mundo em se recuperar da crise financeira global de 2008, foram o terreno fértil para a onda de protestos que se iniciou com a autoimolação de um manifestante na Tunísia. Rapidamente, novas manifestações passaram a ocorrer na Argélia, Egito, Jordânia e Iêmen. Começava a Primavera Árabe.

Em poucos meses, praticamente todos os países da região estavam enfrentando manifestações, com graus diferentes de intensidade e desfechos variados: no Egito, foi deposto o presidente Hosni Mubarak, depois de um governo de três décadas; na Tunísia, caiu o presidente Zine El Abidine Ben Ali e o país adotou uma nova constituição em 2011, na Líbia, o bombardeio da OTAN contra o país e a derrubada e posterior assassinato de Muamar Khadafi; e na Síria, o início de uma guerra civil que perdura até hoje, mas na qual o presidente Bashar Al-Assad tem conseguido permanecer no poder. A crise de refugiados, que envolveu também líbios e iemenitas, entre pessoas de outras nacionalidades, buscando melhores condições de vida na Europa, nos anos seguintes, é fruto desse contexto.

A Primavera Árabe teve repercussões que transcenderam a região. Em maio, milhares de manifestantes, os chamados *indignados* tomaram as ruas de diversas cidades da Espanha, em protestos com demandas heterogêneas contra o sistema político, com motivações que iam desde a demanda por democracia direta até a alteração do sistema econômico. Também chamado de 15-M, por ter iniciado no dia 15 de maio, o movimento era difuso na pauta, mas se assemelhava à Primavera Árabe na metodologia: manifestantes se mobilizando por redes sociais e ocupando as ruas, e se somava aos protestos que vinham ocorrendo na Grécia contra as medidas de austeridade fiscal que vinham sendo impostas por conta da crise econômica relacionada à situação do país na União Europeia, situação similar à da Irlanda, que teve um acampamento de manifestantes em frente ao banco central do país durante semanas. Em Portugal, a *Geração à Rasca* foi considerada o maior conjunto de protestos no país desde a Revolução dos Cravos, em 1974, desencadeados por um evento criado no *Facebook* por um grupo de blogueiros em um movimento que se dizia “apartidário, pacífico e laico” e que demandava, entre outras coisas, melhores condições de trabalho.

Em setembro, também após mobilização pela internet, começava o movimento *Occupy Wall Street* (OWS), em que centenas de manifestantes acamparam no parque Zuccotti, no distrito financeiro de Nova Iorque, pedindo democracia real, justiça social e distribuição de renda. O slogan “*we are 99%*” (“Nós somos os 99%”), uma alusão à assertiva de que o 1% da população situado no topo da pirâmide social deteria a mesma quantidade de riqueza dos outros 99%, tomou conta das ruas e das redes sociais, e em poucos dias protestos com esse mesmo

mote aconteciam em dezenas de países, o chamado *Movimento Occupy*. O clima de indignação chegou à Rússia em dezembro, quando milhares foram às ruas de Moscou e São Petersburgo em protesto contra a decisão do parlamento de permitir que Vladimir Putin concorresse a mais um mandato.

As demandas eram as mais diversas, e às vezes tão difusas que havia dificuldade para as identificar. Mas o governo, o sistema político, os banqueiros e as corporações eram os alvos mais frequentes, e o ponto em comum em todos os casos era a mobilização via redes sociais. O jornal inglês *The Guardian*, em dezembro, comparava os protestos de 2011 com aqueles ocorridos em maio de 1968 na França e com os de 1989 no Leste Europeu (Harris, 2011). Já a revista *Time* escolheu “o manifestante” como personalidade do ano de 2011 (Andersen, 2011), enquanto o britânico *Financial Times* definiu 2011 como “o ano da indignação global”, ao tempo em que chamava a atenção para a heterogeneidade dos eventos e para os riscos de tentar identificar explicações simples:

Claro, também existem grandes diferenças entre as várias revoltas ao redor do mundo. Por que dignificar as ações de um moleque britânico que desaba na vitrine de uma loja de departamentos, comparando-o a um líbio que arrisca a vida pela liberdade? A ligação entre uma dona de casa chinesa protestando contra uma fábrica de produtos químicos em Dalian e um trabalhador de escritório israelense exigindo moradia acessível também pode parecer tênue.

As conclusões tiradas diante de eventos tão díspares devem ser cautelosas. Mas há traços comuns. Muitas das revoltas de 2011 colocam uma elite conectada internacionalmente contra cidadãos comuns que se sentem excluídos dos benefícios do crescimento econômico e irritados com a corrupção⁸ (*The Year [...]*, 2011, tradução própria).

A interconexão entre a diversidade de pautas, os grupos envolvidos, as demandas apresentadas e as ferramentas utilizadas pelos manifestantes naquele momento é representativa daquilo que Nye e Keohane apresentaram como características da interdependência complexa: a ausência de uma hierarquia entre os assuntos, a relativa perda de importância das questões militares nas relações internacionais e a multiplicidade de canais. O fenômeno, mundial, se desenrolava em cada país, em cada cidade, conforme aspectos muito particulares do contexto local.

⁸ Of course, there are also big differences between the various upheavals around the world. Why dignify the actions of a British hoodie caving in the window of a department store, by comparing him to a Libyan risking his life for freedom? The link between a Chinese housewife demonstrating against a chemical plant in Dalian and an Israeli office worker demanding affordable housing might also seem tenuous.

Conclusions drawn in the face of such disparate events do have to be cautious. But there are common traits. Many of the revolts of 2011 pit an internationally-connected elite against ordinary citizens who feel excluded from the benefits of economic growth, and angered by corruption.

A raiva contra a riqueza e a corrupção da elite dominante alimentou as revoltas na Tunísia e no Egito. Alegações de corrupção e improbidade oficial têm sido centrais para os protestos populares na Índia e na China. A raiva pela falta de oportunidades para os jovens e a erosão dos padrões de vida da classe média são temas comuns nas manifestações na Espanha, Grécia, Israel e Chile. [...]

Muitos dos manifestantes de Israel condenam as políticas de livre mercado do governo de Benjamin Netanyahu e falam nostalgicamente das tradições socialistas do movimento kibutz. Os indignados de Madri, Atenas e Paris exigem apoio a um “modelo social europeu”, que promete educação e saúde gratuitas e uma renda digna para todos.

É tentador ver todas essas convulsões ligadas a uma globalização que aumentou a renda dos ricos, ao mesmo tempo em que criou um mercado de trabalho internacional que mantém baixos os salários dos não qualificados, pelo menos no Ocidente. A globalização também fomentou as redes de comunicação que permitem que ideias e imagens de revolta circulem pelo mundo⁹ (The Year [...], 2011, tradução própria).

Naquele mesmo ano, o Brasil seguia os preparativos para os eventos que viriam. Com o andamento das obras dos estádios, começavam a aparecer também os custos envolvidos. As expectativas de ampla melhoria nos serviços públicos e na infraestrutura urbana foram aos poucos sendo frustradas pelos altos custos envolvidos, pelo cancelamento de obras e melhorias urbanas inicialmente previstas e pelos prazos descumpridos. Em Porto Alegre, a antiga ideia de se implantar um metrô cedeu lugar a um projeto de BRT (*Bus Rapid Transit*, sistema integrado de ônibus em vias exclusivas), e que até hoje não foi implementado. Em São Paulo, a linha 17-ouro do monotrilho (sistema similar ao metrô, mas com via elevada), prevista para a Copa, até hoje não foi inaugurada. Em Brasília, um sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) ligando o centro da cidade ao aeroporto chegou a ser iniciado, inclusive com a exposição de um modelo do veículo na avenida W3 Sul, mas foi interrompido, mesmo após investimento de R\$ 20 milhões (Shalders; Machado; Franco, 2018).

⁹ Of course, there are also big differences between the various upheavals around the world. Why dignify the actions of a British hoodie caving in the window of a department store, by comparing him to a Libyan risking his life for freedom? The link between a Chinese housewife demonstrating against a chemical plant in Dalian and an Israeli office worker demanding affordable housing might also seem tenuous. Conclusions drawn in the face of such disparate events do have to be cautious. But there are common traits. Many of the revolts of 2011 pit an internationally-connected elite against ordinary citizens who feel excluded from the benefits of economic growth, and angered by corruption. Rage at the wealth and corruption of the ruling elite fuelled the revolts in Tunisia and Egypt. Allegations of corruption and official misdoing have been central to the popular protests in India and China. Anger about lack of opportunity for the young and the erosion of middle-class living standards are common themes in the demonstrations in Spain, Greece, Israel and Chile. [...] Many of Israel’s demonstrators decry the free-market policies of Benjamin Netanyahu’s government and speak nostalgically of the socialist traditions of the kibbutz movement. The indignados of Madrid, Athens and Paris demand support for a “European social model”, which promises free education and healthcare and a decent income for all. It is tempting to see all these upheavals as linked by a globalisation that boosted the incomes of the wealthy, while creating an international labour market that holds down the wages of the unskilled, at least in the west. Globalisation has also fostered the communications networks that allow ideas and images of revolt to skip around the world.

Em 2011, já havia críticas, ainda incipientes, a respeito dos custos envolvidos. Em dezembro, numa declaração quando assumia um cargo no conselho de administração do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo 2014, o ex-jogador Ronaldo Nazário causou polêmica ao responder a questionamento sobre se o povo não preferia hospitais e segurança ao invés de estádios. Ronaldo respondeu: “acho que se gasta com tudo. Está sendo gasto muito dinheiro em saúde, em segurança, mas vamos receber a Copa. Sem estádio não se faz Copa, amigo. Não se faz Copa do Mundo com hospital. Tem que fazer estádio” (Marques, 2011).

Naquele período, já haviam começado os protestos relacionados à realização da Copa no Brasil. Ainda sem absorver o efeito e a metodologia daquelas manifestações internacionais antissistema, eram inicialmente movimentos com questionamentos bastante específicos, como o que ocorreu em julho, durante o sorteio das eliminatórias:

Horas antes do evento do sorteio das eliminatórias da Copa no Rio de Janeiro neste sábado, enquanto uma marcha protestava contra a administração Ricardo Teixeira no centro da cidade, poucos manifestantes ousavam mostrar a cara na frente da Marina da Glória, palco do evento da Fifa que recebe delegações de várias partes do mundo. Um pequeno grupo de manifestantes reivindicava melhoria de condições de trabalho para os bombeiros do Rio de Janeiro, através de faixas e cartazes com palavras de ordem contra o governador Sergio Cabral Filho. Na mesma entrada, um isolado manifestante esperava a chegada do grupo que prometia caminhar do Largo do Machado até a Marina da Glória. Equipado com um nariz de palhaço, Juciê Rodrigues perguntava através de um cartaz onde estavam os R\$ 30 milhões que saíram dos cofres públicos para custear a festa do sorteio das eliminatórias (Evento [...], 2011).

Já em dezembro, ganhava força a articulação entre coletivos que questionavam aspectos específicos relacionados aos grandes eventos, mas principalmente a Copa, como era o caso da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa:

As cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 terão manifestações neste final de semana e na segunda-feira para protestar contra a legislação especial para a Copa do Mundo de 2014. Também servirão para marcar o lançamento de um dossiê com dados sobre violações de direitos humanos por causa das obras e transformações urbanas para o Mundial, como a remoção de 160 mil famílias. [...]. Elaborado pela Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa, o dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos está dividido em seis capítulos. Lista situações específicas de desrespeito à direitos nas áreas de moradia, trabalho, informação, participação e representação popular, meio ambiente, acesso a bens públicos, além de mobilidade. Será protocolado em órgãos municipais, estaduais, federais e em organismos internacionais (Cidades-sede [...], 2011).

Das 12 sedes anunciadas para a Copa em 2009, sete tiveram que construir estádios novos¹⁰, enquanto as outras cinco reformaram estádios já existentes para colocá-los no “padrão FIFA”, atendendo a uma série de exigências da entidade para que o país se adequasse às exigências do evento internacional. Mesmo o Maracanã, no Rio de Janeiro, que havia sido reformado recentemente para o Pan e depois para os JMM, teve que passar por nova reforma. Em Brasília, cidade sem tradição futebolística, o antigo estádio Mané Garrincha foi totalmente demolido e reconstruído, ao custo de R\$ 1,4 bilhão de reais. Se por um lado a Copa promoveu uma efetiva modernização na infraestrutura esportiva do país, como jamais se vira, por outro lado os altos custos envolvidos começaram a ser objeto de questionamento cotidiano na sociedade.

A insatisfação social pode ser explicada, em parte, pela economia. O Brasil cresceu a uma média de 4,5% ao ano no período entre 2004 e 2010, chegando a 7,53% naquele último ano. Já em 2011, o ritmo de crescimento caiu, para 3,97% e em 2012, chegou a 1,92%. O encerramento do chamado superciclo das *commodities* teve impacto significativo na economia, ainda muito dependente das exportações de produtos primários; o dólar subiu mais de 30%, entre julho de 2011 e o mesmo mês de 2012.

A economia em desaceleração e as expectativas com as obras da Copa sendo gradativamente frustradas formaram um terreno fértil para o acirramento das críticas da população ao projeto. Inicialmente como manifestações *online* em comunidades e postagens do *Facebook*, os pedidos de hospitais e escolas que também seguissem o “padrão FIFA” passaram a ocupar também as ruas. Em setembro, a FIFA apresentou a mascote da Copa, um tatu-bola, batizado de “Fuleco”, numa representação em que convergia a fauna nacional com o objeto central do futebol. Bonecos infláveis de vários metros de altura foram instalados em locais centrais das cidades-sede, como ação de marketing do evento, mas em poucos dias manifestantes já danificaram (ou simplesmente esvaziaram), o que evidenciava que o apoio à Copa já não era unanimidade, como mostra matéria publicada no jornal *Correio do Povo* em outubro de 2012:

A mascote da Copa do Mundo de 2014 não voltará ao Largo Glênio Peres no Centro de Porto Alegre. O prefeito recém-reeleito da Capital, José Fortunati, garantiu [...] que o boneco inflável do tatu-bola não será substituído. Conforme Fortunati, são apenas 12 em todo o País e a empresa fabricante não quis fornecer um novo exemplar. ‘Infelizmente para a população, para a imagem da nossa cidade, devido a alguns vândalos vamos ficar sem o símbolo maior da Copa, que é o tatu-bola’, afirmou.

¹⁰ São Paulo, que inicialmente utilizaria o estádio do Morumbi, acabou construindo a Arena Corinthians, após gestões que envolveram inclusive o presidente Lula; Cuiabá, Manaus e Natal, cidades sem grande tradição de times de futebol, construíram estádios novos; Brasília demoliu o Mané Garrincha e o reconstruiu totalmente; o mesmo aconteceu com a Arena Pernambuco, em Recife, e com a Fonte Nova, em Salvador.

[...]

‘Não será com atos de vandalismo que nós vamos terminar com a Copa do Mundo’, ressaltou. O mascote inflável foi retirado após ser alvo de manifestantes na quinta-feira. Sobre as manifestações, Fortunati não viu grandes problemas, alegando que vem do movimento social e compreende os protestos. Segundo ele, no entanto, há uma "minoría barulhenta" que não se manifesta apenas democraticamente, mas também via atos de vandalismo (Mascote, 2012).

A insatisfação difusa, que se inspirava nos movimentos que tomaram conta do mundo nos meses e anos anteriores, ganhou força com pautas que incluíam também a privatização de espaços públicos, a precariedade do transporte e outros serviços públicos, além dos lucros bancários, mas naquele momento em que o Brasil se preparava para receber os megaeventos, a Copa do Mundo assumiu posição central como alvo. O evento esportivo se constituiu na liga que amalgamava e dava sentido àquela incipiente contrariedade coletiva, que tinha inspiração no movimento *Occupy* e na Primavera Árabe, mas que ainda não tinha um direcionamento. E a Copa era também o fator catalisador para que esse descontentamento transcendesse o ambiente virtual e ocupasse as ruas. Como explica Castells:

Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores, criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (Castells, 2017, p. 19).

Ao longo do final da primeira década dos anos 2000 e dos primeiros anos da seguinte, as redes sociais se constituíram como fenômeno definidor das características da sociedade. Inicialmente restritas a dispositivos como computadores pessoais (*desktops* e *laptops*), as redes sociais passaram a contar com aplicativos próprios para dispositivos móveis na transição entre as duas décadas. O Instagram, por exemplo, foi lançado em 2011 como um aplicativo nativamente dedicado aos dispositivos móveis, ajudando a consolidar uma tendência que seria acompanhada por Twitter e Facebook, entre outros. O desenvolvimento tecnológico dos dispositivos, que passaram a ter câmeras incorporadas e maior qualidade de vídeo, foi essencial para que as discussões que ocorriam nas redes sociais passassem a ganhar o espaço público propriamente dito.

Esse é apenas um componente do processo comunicativo pelo qual os movimentos sociais se relacionam com a sociedade em geral. Eles também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço

público institucional, o espaço constitucionalmente designado para a deliberação, está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos. [...]. Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (Castells, 2017, 19-21).

Em 2013, a preparação para a Copa do Mundo ganhava mais uma etapa concreta. De 15 a 30 de junho, seria disputada a Copa das Confederações, evento preparatório, organizado pela FIFA. Trata-se de torneio que tem por finalidade testar a organização e as instalações do país-sede, com número reduzido de partidas e de participantes. No caso do Brasil, as partidas aconteceram em Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Conforme o evento se aproximava, recrudesciam as manifestações de rua.

No início de 2013, protestos contra o aumento das passagens do transporte público ganharam as ruas de diversas cidades pelo país. Convocados inicialmente pelo movimento Passe Livre, que reivindicava a gratuidade das passagens, os protestos passaram a abranger pautas envolvendo outras questões de mobilidade urbana, além do direito à cidade e aos espaços públicos. As primeiras manifestações contavam com presença significativa de movimentos sociais de esquerda, incluindo o movimento estudantil, cicloativistas e coletivos que lutavam pelo direito à moradia.

Conforme iam se espalhando por diversas cidades do Brasil, os protestos foram ganhando intensidade e complexidade: novos públicos passaram a compor as massas, com alguns grupos rechaçando a participação de partidos políticos, especialmente da esquerda, e substituindo as bandeiras desses partidos por bandeiras do Brasil; ao mesmo tempo em que famílias de classe média passaram a ocupar as ruas, também ocorriam casos de violência nas manifestações, ataques a vitrines de estabelecimentos comerciais e agências bancárias, e ônibus foram queimados.

A repressão policial se intensificava, e as pautas eram cada vez mais amplas: desde a reiteração dos pedidos de “hospitais e escolas padrão FIFA” e pelo fim da violência policial, com o fim do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro, após o desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza, até a contrariedade em relação à Proposta de emenda Constitucional 37/2011 (PEC 37), que pretendia retirar do Ministério Público Federal a prerrogativa de realizar investigações criminais. Mas em todos os casos, a Copa do Mundo estava no alvo. Surgia ali, também, o movimento “Não vai ter Copa”.

Figura 5 - Manifestante durante as jornadas de junho de 2013



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil. Fonte: Manifestantes [...] (2014).

Nota: A preparação para a Copa do Mundo e o transporte público catalisaram, no Brasil, um processo que no mundo iniciou com a Primavera Árabe. O uniforme da seleção brasileira de futebol se tornou símbolo do grupo que marcaria a política nos anos seguintes.

No dia 15 de junho, data da partida de abertura da Copa das Confederações, uma violenta manifestação ocorreu nas imediações do estádio Mané Garrincha, onde acontecia o jogo entre Brasil e Japão. A polícia militar do DF usou gás lacrimogêneo e gás de pimenta, e a manifestação acabou com 29 pessoas presas¹¹ (Protesto [...], 2013). Dentro do estádio, a presidente Dilma Rousseff foi vaiada quando foi anunciada para declarar aberto o torneio. Ao seu lado, o presidente da FIFA, Joseph Blatter, chegou a pedir respeito aos torcedores: “Amigos do futebol brasileiro, onde está o respeito e o fair play, por favor?”, tendo sido vaiado também (Dilma [...], 2013).

A combinação entre o cenário externo, de turbulência consubstanciada na Primavera Árabe e nos movimentos *Occupy*, e de insatisfação no cenário doméstico, com as demandas de serviços públicos nos mesmos patamares dos estádios da Copa do Mundo, contribuiu para a eclosão das dos protestos de junho de 2013, os quais determinaram um novo padrão de funcionamento da política e da sociedade brasileira a partir de então.

¹¹ No mesmo local, no dia anterior, manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) haviam bloqueado o Eixo Monumental e queimado pneus, colaborando para acirrar os ânimos. O secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, já manifestava a preocupação com a imagem negativa que o país passaria ao mundo ao justificar a postura enérgica que a PMDF passaria a adotar: “Vamos agir com o rigor necessário, para que seja um dia de paz, de festa. O mundo está todo nos observando. [...] Prisões, se tiver que serem feitas, serão feitas.” (Protesto [...], 2013)

5.5 MEGAEVENTOS COMO FATOR CATALISADOR DA INFLEXÃO POLÍTICA: CRISE, MILITARES NO PÓDIO E NO PODER, E O BRASIL COMO “PÁRIA” NO MUNDO (2013-2018)

As chamadas Jornadas de Junho de 2013 foram um momento de inflexão política sob vários aspectos. O apoio ao governo federal foi um deles: até então poupada das críticas em relação aos custos do evento, a presidenta Dilma Rousseff viu sua taxa de aprovação cair de 65%, em março daquele ano, para 30% no final de junho, conforme pesquisa Datafolha (Datafolha [...], 2015). Os protestos, cujas pautas iniciais poupavam em grande medida o governo federal, acabaram por resultar na deterioração da sua aprovação. Se a política externa sob Dilma já vinha numa trajetória de discreta retração em relação ao governo anterior, apresentando um “baixo perfil de ação, colocando em xeque os projetos em andamento” (Pecequillo; Carmo, 2017, p. 15), a preparação do país para os megaeventos amplificava para públicos estrangeiros justamente as mensagens negativas que o governo buscava evitar.

Ao longo do mês de junho, o caráter dos protestos foi se alterando. Os manifestantes de esquerda passaram a conviver com uma direita que havia décadas não ocupava as ruas. Bandeiras vermelhas começavam a dar espaço também as do Brasil, empunhadas em exaltação a um suposto fim da letargia característica do brasileiro, com os cânticos de “o gigante acordou”. O pesquisador e filósofo Pablo Ortellado sustenta que houve uma radical reorientação do discurso dos meios de comunicação de massa, e que, “no meio do processo, buscaram ressignificar a luta contra o aumento, apoiando a ampliação da pauta das manifestações e operando uma separação entre manifestantes pacíficos, imbuídos de valores cívicos, e vândalos oportunistas com motivação política” (Ortellado, 2015).

O mesmo autor avalia que o próprio PT teve dificuldades em identificar, ao longo das jornadas, que a extrema direita passava a disputar a liderança e mesmo o legado das manifestações:

O PT, muito insensatamente, convocou seus militantes para a manifestação [do dia 20], a despeito do forte sentimento anti-institucional e antipartidário que vinha sendo expresso e a despeito do fato de que um dos principais alvos dos protestos, o prefeito Fernando Haddad, era do próprio partido; a extrema direita, demonstrando agudo discernimento tático, apareceu pela primeira vez nas manifestações de maneira organizada, mas disfarçada, insuflando a população contra o PT e buscando converter o sentimento anti-partidário num sentimento anti-comunista e o espírito de cuidado com o bem público num nacionalismo chauvinista (Ortellado, 2015).

Ortellado registra que os protestos estudantis contra os aumentos de passagens de transporte público já eram frequentes nas capitais brasileiras pelo menos dez anos antes de

2013, mas mereceram atenção limitada de pesquisadores e do meio acadêmico. O que havia de diferente naquele ano era a inspiração nos movimentos da Primavera Árabe e *Occupy*. Além, claro, da preparação para a Copa do Mundo. Em Salvador, no dia 21, dois ônibus que eram usados por integrantes da FIFA foram apedrejados por manifestantes, e um terceiro foi queimado (Ônibus [...], 2013).

O final da Copa das Confederações, no dia 30, com a vitória da seleção brasileira sobre a Espanha, também coincidiu com o arrefecimento dos protestos. Mas o ambiente político estava definitivamente diferente. A partir daquele mês de junho, ficava patente o clima de polarização política que passava a definir a sociedade brasileira pelos anos seguintes. No mês seguinte, Castells voltou a escrever sobre o tema, analisando o caso brasileiro no contexto mundial e identificando a Copa como estopim:

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades. dinheiro e seus votos tem consequências em todos os âmbitos da vida.

[...]

Por exemplo, a alegria de ter a Copa do Mundo de futebol no Brasil e de que a seleção canarinho volte a vencer converteu-se num negócio mafioso de corrupção em grande escala, do qual participam empresas de construção, federações esportivas nacionais e internacionais, e administrações públicas de diversos níveis, utilizando em boa medida fundos públicos sem controle de contas. “Trocamos dez estádios por um hospital decente”, dizia um cartaz em Belo Horizonte (Castells, 2017).

O receio de repetição de novos protestos pautou a preparação das forças de segurança pública entre aquele junho de 2013 e o torneio do ano seguinte: se antes a grande preocupação dos organizadores e autoridades públicas era com a violência urbana que era tradicional, depois daquele mês, a repetição de cenas de vandalismo e da atuação de *black blocks* passaria a fazer parte do planejamento, especialmente das polícias militares. A pressão que vinha das ruas passava a colocar no mesmo campo atores políticos de matizes diferentes, a exemplo do que aconteceu em São Paulo, onde o prefeito Fernando Haddad, do PT, e o governador do Estado, Geraldo Alckmin, do PSDB, se aproximaram na condução da repressão aos protestos. O novo caráter das manifestações já não colocava frente a frente esquerda e direita, mas sim esses dois campos tradicionais contra um novo ator político, que só se apresentaria de forma mais clara anos depois: a extrema direita, com discurso contra a política tradicional e matizes antissistema.

A súbita alteração dos ânimos no ambiente doméstico e a brutalidade das imagens geradas teve repercussão internacional, tendo a visibilidade da preparação para os megaeventos

contribuído como caixa de ressonância daquele fenômeno. Em junho de 2013, a mesma revista *The Economist* que elogiou o Brasil na edição de 2009, fez uma nova capa, aludindo àquele momento, mas reavaliando negativamente o cenário daquele momento. Atribuindo a insatisfação da população brasileira à corrupção, aos altos custos de vida, aos serviços públicos deficientes e, em suma, à constatação de que o otimismo de quatro anos antes havia se dissipado com a percepção de que o esperado crescimento se transformara em um “voo de galinha” (o texto da revista traz exatamente essa expressão), a revista dessa vez trazia na capa a mesma estátua do Cristo Redentor, mas em um voo desorientado e imprevisível, com o questionamento: “*Has Brazil blown it?*” – ou “O Brasil estragou tudo?”, em tradução livre.

Figura 6 - “O Brasil estragou tudo?” - Capa da revista *The Economist* de 26 de junho de 2013



Fonte: Has [...] (2013)

Em março de 2014, nesse mesmo ambiente de crise, a deflagração da Operação Lava Jato adicionou complexidade ao cenário. Embora o foco da investigação, naquele momento, era suposto contratos fraudulentos celebrados entre grandes empreiteiras e a Petrobras, várias

dessas mesmas empresas eram responsáveis pela construção ou reforma de estádios que iriam receber jogos da Copa ou de obras de infraestrutura urbana nas cidades-sede. As notícias veiculadas sobre a operação ajudavam a consolidar no imaginário popular a ideia de que os megaeventos esportivos estavam ligados a um suposto esquema de corrupção endêmica no país, que abrangia todo o espectro político, representado pelas diversas colorações partidárias de presidente, governadores e prefeitos das cidades-sede. A Lava Jato se somava às já existentes denúncias de superfaturamento nas contratações de obras públicas e de estádios, bem como insinuações de envolvimento direto e deliberado do governo, como era o caso de uma suposta “caixa preta do BNDES”, que abrangeria os financiamentos do banco às mesmas empresas nacionais na execução de obras em outros países.

O início da Copa, em junho de 2014, dissipou em parte a crise que o país enfrentava, ao desviar o foco da política para o esporte. Na partida de abertura do torneio, entre Brasil e Croácia, um notável avanço da ciência e tecnologia brasileiras seria exibido ao mundo, aproveitando os holofotes e atenções que o evento trazia consigo: um exoesqueleto criado pela equipe do neurocientista Miguel Nicolelis possibilitaria que uma pessoa paraplégica desse o chute inicial da partida, com os membros e articulações do mecanismo sendo acionados por dispositivos elétricos não-invasivos conectados ao sistema nervoso central do paciente. A falha na organização e no alinhamento com as equipes de televisão, no entanto, fez com que a apresentação durasse apenas dois segundos, em lugar dos 30 segundos acordados inicialmente, frustrando a expectativa não apenas dos pesquisadores como do próprio país em exibir o avanço científico ao mundo. O projeto, batizado de *Andar de Novo*, havia recebido financiamento de R\$ 33 milhões da FINEP, órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (Por que [...], 2014).

A derrota por 7 a 1 na semifinal para a Alemanha, em Belo Horizonte contribuiu, ao menos no campo simbólico, para deteriorar ainda mais o apoio ao governo. O “Mineirão” de 2014 se tornaria um episódio ainda mais humilhante para o Brasil internacionalmente do que o “Maracanazo” de 1950. Mais uma vez, porém, os resultados em campo não foram determinantes sobre o pleito eleitoral, e Dilma se reelegeu em outubro. A vitória, no entanto, foi contestada pelo candidato derrotado, Aécio Neves, que pediu recontagem de votos e em seguida passou a defender o *impeachment* de Dilma.

Em 2015, enquanto a crise política se aprofundava, aconteciam em Toronto, no Canadá, os Jogos Pan-Americanos. Naquela edição, o Brasil levou 510 atletas, sendo 123 integrantes do PAAR. O país terminou o evento em terceiro lugar, atrás de EUA e Canadá, sendo os atletas militares responsáveis pela conquista de 67 das 141 medalhas da delegação brasileira,

perfazendo um total de 47,5% dos pódios alcançados pelo país (Atletas [...], 2019). O percentual representava um incremento em relação ao resultado nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, quando os militares obtiveram cinco das 17 medalhas para o país (29%) (Brasil, 2012), e confirmaram a efetividade do PAAR na busca de mais bem resultados em competições internacionais multiesportivas para o Brasil.

No Pan de Toronto, se consolidou também a prática, pelos atletas, de prestar continência à bandeira durante as cerimônias de entrega de medalhas. Mais do que simbolizar o dinamismo e a qualidade da preparação esportiva do Brasil perante os competidores e espectadores de outros países, o gesto marcial simbolizava, junto ao público doméstico, a eficiência dos militares naquilo a que se propunham – neste caso, formar atletas de alto rendimento. A conduta gerou opiniões divergentes na sociedade, como ilustram matérias jornalísticas publicadas na ocasião.

A atitude de alguns atletas brasileiros nos Jogos Pan-Americanos de Toronto vem chamando a atenção durante a entrega de medalhas, no pódio. Na solenidade, os esportistas vêm prestando continência, que é um gesto de saudação militar em sinal de respeito [...] Os esportistas militares brasileiros afirmam que a continência durante o hasteamento da bandeira nacional é um agradecimento ao apoio dado pelas Forças Armadas (Saiba [...], 2015).

Na época, os protestos de rua, embora sem o mesmo grau de violência de 2013, seguiam frequentes e tinham sua pauta redirecionada. Em lugar de escolas e hospitais no “padrão FIFA”, já havia pedidos explícitos de intervenção militar, e era cada vez menos razoável desvincular as manifestações “patrióticas” dos atletas dos acontecimentos das ruas.

Uma cena pouco usual em outras competições de repercussão como Jogos Pan-Americanos e Olímpicos tem chamado a atenção nos pódios brasileiros em Toronto 2015. Saem de cena o choro espontâneo acompanhado da mão na altura do coração e entra a palma da mão esticada na altura da testa e continência a postos para o hino nacional. [...] Foi assim em competições de judô e natação (carros-chefes do Brasil na busca por medalhas), tiro esportivo, entre outras. [...] A dúvida que fica é: a atitude tem sido espontânea ou houve um pedido dos militares para que o gesto ganhasse repercussão nacional? O assunto gera polêmica, já que acontece em um momento conturbado da política nacional, com protestos nas ruas em algumas cidades pedindo intervenção militar. Alguns podem levar para o lado político da situação, e outros, como se fosse um agradecimento pelo apoio financeiro recebido pelas Forças Armadas. Claramente, os atletas mostram que o discurso não está afiado e divergem quando o tema é perguntado (Dorini; Paiva; Ribeiro, 2015).

A declaração da atleta do Judô Mayra Aguiar, participante do PAAR e medalhista de prata no Pan, evidencia a ambiguidade que alimentava a polêmica:

Na verdade, eles pediram para fazer, mas é uma coisa que vem da gente. Ficamos na parte de iniciação um mês lá dentro, aprendemos muita coisa, pegamos o espírito do militarismo e isso ajudou muito a gente. É um orgulho poder estar prestando essa homenagem e lembrando as pessoas o quanto eles estão nos ajudando com isso (Dorini; Paiva; Ribeiro, 2015).

O Ministério da Defesa buscava tratar de forma natural a questão:

Somos ensinados que, sempre que o hino toca, o militar, por respeito, tem de prestar continência e ficar em posição de sentido. É uma forma de respeito pela minha bandeira e meu país', disse o nadador Léo de Deus, campeão dos 200m borboleta, em declaração divulgada pelo Ministério da Defesa (Costa; Kawaguti; Guimarães, 2015).

No mesmo sentido, iam as manifestações do COB, parceiro do Ministério da Defesa no PAAR¹²:

O Comitê Olímpico do Brasil (COB) emitiu uma nota oficial nesta quarta-feira para explicar o caso. Nela, alega que a continência é 'um sinal de respeito que deve ser prestado, estando ou não com a cabeça coberta. Reza ainda que o militar da ativa deve, em ocasiões solenes, prestar continência à Bandeira e Hino Nacional Brasileiro e de países amigos. É bom notar que esses atletas não são militares apenas quando estão fardados, mas sim, todo o tempo. [...] O COB também diz em sua nota que 'entende, portanto, que a continência, além de regulamentar, quando prestada de forma espontânea e não obrigatória, é uma demonstração de patriotismo, sem qualquer conotação política, perfeitamente compatível com a emoção do atleta ao subir no pódio e se saber vencedor. Segundo muitos deles, representa também um reconhecimento pelo apoio que recebem das Forças Armadas e uma manifestação do orgulho que têm em representar o país' (Continência [...], 2015).

A turbulência política que o país enfrentava atingiu o ápice no primeiro semestre de 2016, quando a admissibilidade do pedido de *impeachment* de Dilma foi aprovada na Câmara e depois no Senado, levando ao seu afastamento, no dia 12 de maio, até que o processo fosse concluído. O fato se deu a menos de três meses da cerimônia de abertura dos Jogos Rio 2016. Mesmo mantendo o desenho da operação de segurança nos moldes que vinham sendo elaborados pela SESGE/MJ em coordenação com forças de segurança pública dos três níveis de governo, Temer optou por também empregar as Forças Armadas na operação de segurança. O decreto de Garantia da Lei da Ordem (GLO) emitido dias antes da abertura dos Jogos determinava que os militares realizassem patrulhamento ostensivo nas quatro áreas olímpicas, vias expressas, aeroportos e regiões turísticas (Brasil, 2016). A alternativa era vista como uma solução, ainda que parcial, para os transtornos causados pela crise econômica do Rio de Janeiro: em junho, o estado havia decretado calamidade pública por conta da crise financeira. Com a

¹² Entre 1º de agosto de 2011 e 9 de novembro de 2017, conforme Castro (2021), o COB tinha em seu quadro de funcionários o general Augusto Heleno, que havia passado recentemente para a reserva. No Comitê, Heleno ocupou cargo de "diretor de comunicação e educação corporativa do COB", o que ajuda a explicar o tom e o alinhamento da nota oficial mencionada com as manifestações do Ministério da Defesa.

queda da receita dos *royalties* do petróleo e da arrecadação de ICMS, o estado alegava "severas dificuldades na prestação de serviços essenciais" e a possibilidade de um "total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental" (Puff, 2016). A 50 dias da abertura dos Jogos Olímpicos, profissionais da segurança pública fizeram protestos nos aeroportos da cidade, com uma faixa dizendo, em inglês: "Bem-vindos ao inferno - policiais e bombeiros não recebem salários. Quem vier ao Rio de Janeiro, não estará seguro" (Ridge, 2016).

Figura 7 - Protesto de forças de segurança no Rio de Janeiro dias antes do início dos Jogos



Fonte: Ridge (2016)

A abertura dos Jogos Olímpicos ocorreu na noite do dia 5 de agosto. Temer, na condição de presidente em exercício, compareceu à cerimônia e foi vaiado, mesmo tendo pedido para não ter seu nome anunciado, numa quebra de protocolo (Michel [...], 2016). A abertura do evento mesclou elementos de tradição, reforçando alguns estereótipos, com mensagens de modernidade. As mensagens relacionadas a questões ambientais, como o plantio de 11 mil exemplares de espécies vegetais nativas durante a cerimônia (cada um dos atletas presentes recebeu uma semente e a plantou durante o roteiro) procuraram transmitir a ideia de nação comprometida com a liderança na agenda ambiental.

A tocha olímpica, que semanas antes havia percorrido o país inteiro, numa estratégia de mostrar ao mundo pontos turísticos e belezas naturais, chegou ao Estádio Maracanã e foi levada até a pira olímpica pelo maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima (que em 2004 liderava a maratona de Atenas quando foi atacado por um espectador e perdeu posições até chegar em

terceiro lugar), o que remetia à resiliência do atleta que repetia o percurso do soldado grego que dois milênios e meio antes fez o mesmo percurso. Numa apresentação que misturava tecnologias visuais e de engenharia, uma réplica do 14-bis de Santos Dumont voava sobre diversos pontos da cidade olímpica, reforçando aos olhos do mundo a posição brasileira disputa pela paternidade da aviação com os irmãos Wright, dos EUA. Para além da controvérsia histórica, a mostra reforçava a imagem do Brasil como ator importante na indústria aeroespacial, sob a liderança da Embraer. Para Malanski (2020), a cerimônia buscava ajuda a consolidar a imagem do Brasil como uma democracia racial multicultural, numa “narrativa nacionalista progressista” (p. 18), e o *slogan* dos Jogos, “Um novo mundo” (“*A new world*”) remetia à superação tanto da lógica eurocêntrica (o “Velho Mundo”), com a ascensão dos emergentes, no cenário geopolítico, e de novas agendas na pauta mundial, como a ambiental.

Sajna (2018) analisou as visões de 30 veículos de imprensa *online* de países de diferentes continentes a respeito da cerimônia de abertura dos Jogos, e concluiu que o enfoque dado foi heterogêneo: enquanto a maior parte mencionou as questões ambientais mostradas no evento, nem todos deram importância a essa temática. A imagem do Brasil era exibida de forma positiva de maneira geral, entre elogios à cultura e diversidade do país, mas com diversas críticas, como foi o caso do New York Times, que viu o evento como um “exercício de relações públicas” em meio à crise política e sanitária provocada pelo Zika vírus. Alguns, como o The Guardian na sua edição nigeriana, sequer mencionava a questão ambiental na matéria analisada, enquanto o chinês China Daily dava o principal destaque para a exibição dos fogos de artifício (Sajna, 2018).

Já Bettine, Gutierrez e Graeff (2018) analisaram as notícias publicadas por nove veículos de imprensa dos Estados Unidos e Europa (*BBC, CNN, New York Times, The Guardian, El País, El Mundo, Le Figaro, Le Monde, Daily Mail*) relacionadas aos megaeventos no Brasil, comparando a cobertura midiática da Copa do Mundo com a dos Jogos Olímpicos. Os autores identificaram uma maior frequência de temas positivos no momento da Copa do Mundo – atribuindo isso ao fato de que as expectativas em relação à organização do evento eram inicialmente negativas, com os jornalistas antecipando a repetição dos episódios de violência de 2013, sendo que o que se viu efetivamente, quando a Copa começou, foi o sucesso do evento¹³. Já no momento dos Jogos Olímpicos, o olhar da imprensa internacional teria sido

¹³ Os autores citam uma passagem ilustrativa: “A BBC, em 16 de junho, dois dias depois de começada a Copa, faz o seguinte comentário: ‘Então, todos nós [imprensa] que passamos o ano passado informando sobre o caos, atrasos e manifestações, estávamos errados? O Brasil provou aos duvidosos e críticos que este país está pronto para hospedar um evento dessa magnitude’” (Bettine; Gutierrez; Graeff, 2018, p. 1357).

mais impiedoso, ao incorporar na cobertura do megaevento temas nos quais o Brasil apresentava grande vulnerabilidade de imagem institucional:

A festa de abertura não foi suficiente para apaziguar as críticas, discutiu-se: (a) para quem era a abertura?, (b) como um país extremamente desigual fala de igualdade de direitos?, (c) como um país que tem níveis alarmantes de violência sexual, feminicídio, ataque a homossexuais vai discursar sobre o respeito à diversidade?, (d) como um país que está destruindo a floresta amazônica vai discutir mudanças climáticas? (Bettine; Gutierrez; Graeff, 2018, p. 1359)

É nesse artigo que os autores propõem a mencionada ideia do “*soft power* heterodoxo” para sustentar a tese de que a lente do *soft power* tradicional, conforme a definição original de Nye, não é suficiente para a análise desse fenômeno quando seu agente é um país periférico, já que o olhar sobre esses países a partir dos países centrais sempre se dará a partir de um ponto de superioridade (Bettine; Gutierrez; Graeff, 2018, p. 1362).

Sob o ponto de vista da segurança, os Jogos foram marcados pela morte de um soldado da FNSP, dias antes da abertura do evento, ao entrar por engano em uma rua na Vila do João, comunidade na zona norte da cidade, quando foi morto por criminosos. Apesar do fato, a principal preocupação da imprensa, autoridades e turistas estrangeiros durante os Jogos Olímpicos já não era mais a violência urbana, como historicamente se constatava, e nem os protestos violentos, como os das jornadas de junho. Em dezembro de 2015, os ataques terroristas promovidos pelo ISIS/Daesh (“Estado Islâmico”) em Paris deixaram 130 mortos, sendo 90 no teatro Bataclan. Naquela noite o primeiro foco de ataque havia sido o Stade de France, em Saint-Denis, durante uma partida amistosa entre França e Alemanha, onde se encontrava o presidente francês François Hollande (Explosions [...], 2015). Somando-se à onda de atentados que o ISIS/Daesh vinha perpetrando em meses anteriores (como o do Charlie Hebdo, em janeiro), o ataque a uma instalação esportiva trazia um alerta adicional à preparação da segurança para os Jogos Rio 2016, que teria o terrorismo como principal preocupação dos organizadores a partir de então.

A dupla pressão – externa pelo crescimento do ISIS/Daesh, e interna pela demanda de tratamento nos termos dessa mesma categoria criminosa de manifestantes violentos – e a iminência da realização dos Jogos Olímpicos, pressionou o Congresso a aprovar a Lei 13.260, em março de 2016, que regulamenta o crime de terrorismo, atribuindo à Polícia Federal a investigação e repressão a esses crimes. A gestão das ações de prevenção e enfrentamento ao terrorismo, ao final, foi definida em protocolos de atuação conjunta, elaborados por diversos órgãos dos três níveis de governo e liderados pela PF no âmbito da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 no estado do Rio de Janeiro -

COESRIO2016 (Brasil, 2016). Ao longo dos Jogos, apesar de dezenas de acionamentos dos grupamentos de bombas e explosivos das forças de segurança pública após identificação de objetos abandonados, não houve registros de ataques ou outras situações que tenham oferecido esse tipo de risco a delegações ou espectadores.

Nas competições, o COB havia anunciado a meta de figurar entre os dez primeiros colocados no quadro de medalhas, o que não foi atingido (Curro, 2016). Mesmo assim, o Brasil conseguiu a melhor colocação de sua história, ficando em 13º lugar, e o maior número de medalhas de todos os tempos, um total de 19. Mais uma vez, tiveram sucesso os atletas do PAAR, que ganharam 13 dessas (um total de 68%), e mais uma vez, as continências voltaram aos pódios, reforçando as imagens de 2015.

Figura 8 - Campeões do Vôlei de Praia nos Jogos Rio 2016, Alison e Bruno Schmidt integravam o PAAR



Fonte: Olimpíada [...] (2016)

Após o final dos Jogos, Rocha (2017) realizou pesquisa através de questionário aplicado a diplomatas em atuação em postos no exterior com o objetivo de aferir a percepção das representações brasileiras sobre o legado diplomático resultante dos megaeventos, em particular os Jogos Olímpicos 2016. Diferentemente do legado *tangível*, na forma de estádios, instalações e obras de infraestrutura urbana, por exemplo, dito legado diplomático é, por natureza, *intangível*, e necessariamente requer uma avaliação subjetiva. As respostas aos questionários aplicados, em que pese representarem a visão de funcionários a serviço do

governo brasileiro, evidenciaram uma percepção de positividade em geral em relação ao país após o evento, mas com deficiências tanto na prevenção e mitigação de crises de imagem relacionadas especialmente à crise sanitária da dengue e do zika vírus, e à crise econômica. A falta de uma estratégia bem definida de alavancagem de mensagens positivas, bem como de aproveitamento do impulso inicial proporcionado pelos megaeventos para a implementação de programas sociais e de redução da desigualdade (como se pretendia que fosse o programa *Segundo Tempo*, que levaria alunos de baixa renda da rede pública para atividade esportivas nas instalações olímpicas no turno oposto ao do colégio, após os Jogos Olímpicos) foi reportada pelo autor como um problema (Rocha, 2018, p. 14-15).

A falta de continuidade nos programas governamentais é um problema notório na condução das políticas públicas no Brasil. Mas a crise política, que em 2016 culminou na deposição de Dilma Rousseff, levou o país a um patamar ainda mais elevado dessa falta de continuidade. O governo Temer efetivou, no campo da política interna, uma guinada sensível à direita, na condução das políticas de estado. Esse movimento, de fato, já vinha ocorrendo desde o início do governo Dilma 2, mas se aprofundou com reformas como a trabalhista e a proposta de reforma previdenciária, além da PEC do teto de gastos. Na política externa, o redirecionamento não esteve tão claro, havendo contradições internas no modelo, conforme sustentam Berringer e Forlini (2018). Para Silva (2019), porém, a nomeação de José Serra como chanceler por Temer indicou um realinhamento ativo da política externa, em contraposição ao período de “passividade e inércia” que teria caracterizado o governo anterior. Segundo o autor, Serra assumia com a proposta de implementar “10 diretrizes de ação”, com viés pragmático, comercialista e logístico, embora a crise política continuada durante o mandato de Temer tenha impedido a implementação de boa parte dessa agenda. Para o autor, a busca por apoio externo, se constituindo como um “defensor das regras do jogo” ajudaria seu governo a ganhar legitimidade internamente.

Outra característica do governo Temer foi a ampliação da agenda de securitização da segurança pública e do papel e da presença dos militares no governo. Em fevereiro de 2018, o presidente decretou a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, em resposta à crise de segurança pública que o estado enfrentava. A decisão, segundo o Instituto Paraná Pesquisas realizada à época, era apoiada por 74% da população brasileira e por 67% nos seus municípios (67,1% dos brasileiros [...], 2018). Para a função de interventor, foi nomeado o general Walter Braga Netto, que posteriormente, sob o governo Bolsonaro, assumiria o cargo de ministro-chefe da Casa Civil e depois ministro da Defesa. Sob Braga Netto, a intervenção, que se estendeu até

o final daquele ano, não obteve êxito, tendo as mortes causadas por policiais mais do que dobrado em relação aos cinco anos anteriores (Número [...], 2018).

Mesmo assim, os militares seguiram ganhando espaço no governo, a ponto de nomear um general, Joaquim Silva e Luna, para o ministério da Defesa, fato inédito desde a redemocratização.

O protagonismo exercido por militares no governo de Michel Temer tem gerado incômodo nos corredores do Palácio do Planalto. [...] A reação, ainda velada, vem de auxiliares e aliados, que argumentam não ser bom para o presidente ter a sua imagem atrelada à dos militares [...] Temer, porém, tem afirmado em resposta às desconfianças que é preciso acabar com o "preconceito" em relação às Forças Armadas. Argumenta que eles deveriam "estar mais presentes na administração do País (Militares [...], 2018).

Ao longo do governo, outras áreas foram sendo conquistadas por militares, como a presidência da FUNAI, a recriação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) com o comando sobre a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Ao tentar entender o porquê da aproximação do presidente com os militares e da crescente projeção deles na política nacional, Arias (2018) questiona:

Eu me perguntava [...] o que o Exército estava insinuando com os vários artigos de gerais publicados na imprensa nacional exortando a que as eleições presidenciais de outubro próximo “sejam tranquilas”. [...] Ou poderia ser que o presidente, ao abrir as portas do Governo aos militares, esteja enviando a mensagem de que as Forças Armadas andam inquietas com os rumos do país e podem ter começado a soar os sinos de alerta de uma instituição com a qual é preferível colaborar para evitar tentações piores (Arias, 2018).

A campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018, foi marcada pela ascensão do conservadorismo político, iniciada nas jornadas de junho de 2013. O discurso anticorrupção e anti-sistema esvaziou a política tradicionalmente conduzida pelos partidos e deu espaço a *outsiders*, a exemplo do que a eleição de 2016 nos EUA demonstra, com a eleição de Donald Trump. Representada no Brasil tradicionalmente pelos três B's (“boi, bíblia e bala”), a tríade foi responsável por boa parte do apoio a Bolsonaro. A campanha, realizada em boa medida em redes sociais, também prescindiu dos canais de televisão, bem como do apoio dos partidos tradicionais. Paralelamente, o candidato obteve apoio massivo de profissionais das forças de segurança pública e de militares, tendo, inclusive, tido apoio de diversos oficiais, velada ou ostensivamente, durante a campanha.

Para Leirner (2021), o lançamento da campanha de Bolsonaro à presidência foi um projeto dos generais, num movimento que havia iniciado em 2007, com a politização do Exército em reação à homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e intensificado em

2010, quando Lula enviou ao Congresso o projeto de lei que criaria a Comissão Nacional da Verdade (CNV) (“Projeto [...], 2021). Já Penido (2021) propõe o termo “Partido Militar” para buscar entender relações que ajudam a explicar o sistema político brasileiro:

Reconhecer segmentos militares atuando como um Partido não implica em institucionalizá-lo no Tribunal Superior Eleitoral, ou em classificá-lo como um partido de quadros ou de massas conforme a literatura corrente na ciência política. Por outro lado, significa identificar o Partido Militar como mais um participante do jogo político, atuando proativamente orientado por interesses particulares e corporativos. [...] O Partido Militar une as diferentes vontades individuais em um discurso coletivo partidário fortemente ideológico e para isso, cuida da educação política dos seus quadros. Não é monolítico, ou homogêneo, mas é bastante coeso ideologicamente. O partido representa os interesses corporativos de membros das forças armadas, priorizando políticas públicas e a ocupação de cargos pela sua própria base, mas também participa de eleições e interpreta a Constituição segundo seus interesses, desejando massificar na sociedade seus entendimentos sobre o país. Seu núcleo duro é permanente, e não ocasional ou reflexo de regimes políticos, sendo responsável por estabelecer alianças e fazer articulações políticas que, em algum momento, aumentam seu poder. Seus aliados principais, e a ele subordinados, pertencem ao Partido Fardado (Penido, 2021).

Segundo a autora, a estrutura organizativa do “Partido Militar” repete a das Forças Armadas, baseada na hierarquia e disciplina, e se aproveita de estruturas estatais para o seu funcionamento. A lógica da hierarquia e disciplina, própria da caserna, se repete nas estruturas políticas que os integrantes do “Partido Militar” implementam ou sustentam nos partidos convencionais. Os processos decisórios são comandados por militares mais graduados, entre os quais os generais da reserva gozam de especial liberdade de ação e protagonismo. Diferentemente dos partidos políticos convencionais, no entanto, o “Partido Militar” mantém relações diretas com relações diretas com os integrantes das instituições militares propriamente ditas, influenciando seu pensamento e posicionamento e atuando como canal de externalização de demandas.

Segundo José Murilo de Carvalho, estudioso das relações civis-militares no Brasil desde a época da Independência, o governo Bolsonaro chegou a ponto de colocar em risco a consolidação da democracia brasileira, que desde 1985 vinha conseguindo governar sem a tutela militar.

Para Carvalho, a maior intervenção das Forças Armadas tem sido realizada pelo Exército que, em suas palavras, “vê a República como uma obra deles e acham que é perfeitamente legítimo a sua interferência”, uma vez que foram fundadores da República, com um golpe de Estado em 1889. “A presença expressiva dos militares é uma ameaça à nossa democracia, se nós não conseguirmos mais um governo que evite crises, polarizações e que dêem margem à interferências”, concluiu. Por isso, ele acredita que vivemos em uma república tutelada (Rocha; Carvalho; Viana, 2021).

Durante o governo Bolsonaro, a política externa foi marcada por uma disputa entre a ala pragmática, representada pelos setores empresariais, e a chamada ala “ideológica”, em que predominavam concepções alinhadas ao dito pensamento “olavista” e à postura do chanceler Ernesto Araújo. Com grande poder de mobilização dos apoiadores, a ala ideológica buscou pautar a agenda externa com base em concepções que reiteradamente iam em sentido contrário às tradições do Itamaraty e da própria sociedade brasileira, como o questionamento em relação às mudanças climáticas e a defesa de teses chamadas de “globalistas”, em que supostas conspirações internacionais estariam agindo para interferir na política doméstica brasileira. Os avanços dessa corrente foram contidos, em boa medida, pela postura dos grupos pragmáticos, em que acordos bilaterais e multilaterais e a promoção do comércio e negócios se sobrepujam às ideologias (Gomes Saraiva; Costa Silva, 2019).

Para Lima e Albuquerque (2019), a política externa no governo Bolsonaro foi marcada por uma disputa entre os responsáveis pela formulação e implementação da política externa brasileira (PEB) no âmbito do Itamaraty e o componente altamente ideologizado de seu governo, especialmente pela constante necessidade, segundo sustentam, que Bolsonaro tinha de manter uma base de apoio fidelizada e radicalizada (Lima; Albuquerque, 2019). Nesse espectro, a implementação de uma política externa mais ideologizada, ou “olavista”, enfrentou também a resistência de grupos que incluíam os próprios militares, defensores de uma postura mais pragmática e condizente com o histórico diplomático do país. A ideologização e radicalização do discurso chegou ao ponto, impensável até pouco antes, de o presidente mencionar a possibilidade de o Brasil promover uma invasão à Venezuela (Bolsonaro [...], 2019).

Analisando o hipotético cenário de transição hegemônica que o mundo vivencia, em que a China se posiciona para crescer no espaço geopolítico, alterando o papel dos Estados Unidos, Vidigal e Bernal-Meza (2020) comparam o comportamento do Brasil do tempo de Bolsonaro com aquele da transição hegemônica do pós-Guerra, quando a política externa concebida pelo Barão de Rio Branco proporcionou a aproximação do Brasil à então potência ascendente, os EUA, ao mesmo tempo em que construía uma trajetória de pragmatismo e independência. Essa tradição, mantida e aprofundada no governo Lula, quando aprofundou o caráter de universalismo, seria radicalmente redirecionada por Bolsonaro. Rejeitando os princípios de universalismo, Bolsonaro atuou no sentido de deteriorar relações com diversos parceiros históricos, como os vizinhos da América do Sul e países da Europa que não tivessem governos ideologicamente alinhados (Bolsonaro chegou a zombar da esposa do presidente Emmanuel Macron). E indo no sentido inverso à história da política externa brasileira e dos

preceitos de Rio Branco, Bolsonaro rejeitou a parceria com a potência ascendente, a China, preferindo manter um alinhamento acrítico e automático com os Estados Unidos de Trump (Vidigal; Bernal-Meza, 2019).

Lula e Bolsonaro, se por um lado compartilham da capacidade de mobilizar seus apoiadores de forma efusiva e apaixonada, têm muito mais diferenças do que similaridades. O modelo universalista e a busca por diálogo com os mais diferentes atores mundiais, que marcou o governo Lula, contrasta com a política de alinhamento automático que Bolsonaro adotou em relação ao governo Trump e outros de extrema-direita no mundo, como Viktor Orbán na Hungria. Se Lula marcou sua política externa pelo diálogo e conciliação inclusive com líderes de países com os quais não tinha afinidades políticas, Bolsonaro mobilizava seus apoiadores ao rechaçar os vínculos com quem não tivesse alinhamento incondicional. O próprio *slogan* que marcou a campanha e o governo de Bolsonaro – “*Brasil acima de tudo*” – é praticamente o oposto conceitual da ideia, transmitida através da realização dos megaeventos esportivos, de que a busca do Brasil por um lugar no mundo passava pela conquista do reconhecimento dos demais países.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dos megaeventos esportivos pelo Brasil foi um fenômeno idealizado desde os anos 1990, e que precisou passar por um processo de amadurecimento institucional e de preparação até que as candidaturas efetivamente tivessem sucesso. Inicialmente com planejamento deficiente e falta de amplo apoio na sociedade, só passaram a ser considerados como projeto potencialmente viável quando o governo Cardoso adota uma postura gradualista e apresenta o Rio de Janeiro como candidata para os Jogos Pan-Americanos de 2007. A realização do evento com sucesso pavimentou o caminho para a efetivação da candidatura do país como sede dos megaeventos Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

A adoção desses megaeventos como projeto de governo foi uma das marcas dos dois primeiros governos Lula, e esteve associada de forma intensa à política de elevação do patamar em que se pretendia colocar as relações internacionais do Brasil, como parte integrante da diplomacia *ativa e altiva* que marcou a política externa do período. Conjugando interesses internos, como o desenvolvimento da infraestrutura urbana das grandes cidades, e a implementação de um modelo de segurança pública baseado em um sistema integrado de comando e controle, com a promoção da imagem do país no sistema internacional como protagonista em questões de integração, de liderança entre países em desenvolvimento e como forma de comprovar o que Resende (2010) chamou de “confiabilidade de capacidades” – se há, notoriamente, um componente de jogo político nos processos de escolha dos países-sedes dos megaeventos pela FIFA e pelo COI, também existe a necessidade de que essas entidades supranacionais estejam convencidas de que os países escolhidos sejam capazes de entregar eventos com exigências cada vez maiores em termos de organização.

A escolha de ambos os eventos, em sequência, era a chancela que havia anos o Brasil buscava junto à comunidade internacional. Para um país que historicamente pautou sua atuação internacional pela resolução pacífica de conflitos e tem na Constituição Federal o princípio da não-intervenção, realizar os dois maiores eventos esportivos do mundo em sequência seria a estratégia perfeita de consolidação do *soft power* brasileiro. Se por um lado a histórica demanda pela democratização de entidades como o CS-ONU seguia enfrentando resistência das nações centrais, por outro as entidades de governança esportiva reconheciam a relevância e as capacidades do Brasil. É fato que os últimos anos têm sido marcados pela maior frequência da realização desses megaeventos em países do sul global e do BRICS, mas mais do que diluir a relevância do Brasil nesse contexto, atesta a crescente significância do país no cenário global.

Os fenômenos que o mundo presenciou a partir do início dos anos 2010, no entanto, levaram a um distanciamento significativo entre os objetivos e expectativas inicialmente definidos e os desfechos que se observaram a partir de então. Dentro da lógica da interdependência complexa, que contempla a inter-relação, na forma de “correia de transmissão”, da política interna com a política externa, as manifestações da Primavera Árabe e dos movimentos *Occupy* tiveram seus reflexos violentos na política interna do Brasil. As motivações difusas das manifestações – sem a hierarquia definida de pautas, como sustenta nosso referencial teórico – chegaram ao Brasil de forma similar, mas ganharam tração e adesão massiva da população a partir do momento em que se concentraram em torno da crítica aos gastos públicos com a organização dos megaeventos. Para os olhares externos, a iminente realização dos megaeventos ampliava a repercussão das violentas manifestações, tornando o Brasil, naquele momento, talvez o mais bem acabado exemplo de *soft disempowerment* que o mundo testemunhava.

Há quem sustente que as Jornadas de Junho de 2013 tenham sido *causadas* pelos gastos exorbitantes. Um olhar que contemple a interconexão entre as dinâmicas internas e o contexto externo, no entanto, não pode deixar de considerar que os protestos eram um fenômeno global. Ainda que tenham tido desfechos de características políticas variadas ao redor do mundo, no Brasil se consolidou consenso suficientemente robusto de que as manifestações de 2013 abriram o caminho para o retorno da direita às ruas e à subsequente consolidação de uma extrema direita, algo impensável até pouco anos antes. A eleição de Bolsonaro, em 2018, foi resultado de uma conjunção muito peculiar de fatores, entre os quais se pode citar a associação conceitual de seu projeto com o de Donald Trump, nos Estados Unidos, e ao uso massivo de redes sociais e *fake news* – ambos condicionantes externos da campanha eleitoral.

Mas aquela eleição também teve uma característica muito relevante sob o ponto de vista da política interna, que foi o retorno dos militares ao poder. Ao final da ditadura militar nos anos 1980, a crise econômica, a hiperinflação e os casos de tortura, execuções e desaparecimentos deterioraram a imagem dos militares como classe política, a ponto de ser praticamente impensável seu retorno ao poder. A reabilitação do “partido militar” junto à sociedade, porém, se deu por conta uma diversidade de aspectos, entre os quais a consolidação da imagem dos militares como eficientes naquilo a que se propunham fazer. A criação de um programa de atletas militares de alto rendimento, conquistando a maior parte das medalhas do país no Rio de Janeiro em 2016 e prestando continência à bandeira, em imagens transmitidas para literalmente bilhões de espectadores pelo mundo, é componente evidente dessa estratégia.

O retorno dos militares ao poder dessa vez se deu através do voto, o que evidenciava que a estratégia de reabilitação da imagem das Forças Armadas junto à sociedade, ao menos até aquele momento, havia sido bem-sucedida. Mais do que a chapa composta por militares como presidente e vice, o governo se caracterizou pelo grande número de militares em funções e cargos de confiança, contingente maior do que o que havia na própria ditadura militar. Já nas primeiras semanas do governo, Mourão foi perguntado se não corria o risco de repetir os erros na condução da política e economia que levaram, nos anos 1980, o presidente Ernesto Geisel a reconhecer que “a tarefa de governar não era para as forças armadas” e a iniciar o processo de abertura política. O vice-presidente foi direto: “O general Geisel não foi eleito. Eu fui.” (“O General [...], 2019)

A disputa pelo poder no Brasil, que em todas as eleições de 1994 até 2014 foi definida em torno da disputa entre o PSDB e o PT, no ano de 2018 foi marcada pelo embate entre a esquerda e uma “nova” direita. A chapa Bolsonaro-Mourão reuniu dois partidos sem tradição consistente na disputa presidencial, e que foram escolhidos poucos dias antes do término do prazo para a homologação das candidaturas, o PSL e o PRTB. Mais do que defender os conteúdos programáticos dos estatutos daqueles partidos, os candidatos representavam uma antiga agremiação política que transcende a dimensão partidária convencional, e que em 2018 retornou ao poder: o partido militar. A análise em perspectiva histórica que se buscou empreender neste trabalho nos leva a concluir que a campanha eleitoral de 2018 iniciou, efetivamente, muito antes dos prazos formalmente estabelecidos pela justiça eleitoral. A “polêmica” das continências nos pódios e os resultados positivos nos quadros de medalhas dos atletas militares na Rio 2016 já fazia parte de uma campanha cujos objetivos só ficariam claros mais adiante. A indicação de generais que haviam ocupado postos-chave durante os Jogos Olímpicos para ministérios importantes do governo Bolsonaro indica um encadeamento entre a estratégia de atuação do “partido militar” no megaevento com os propósitos políticos subsequentes¹.

¹ Augusto Heleno, que comandou a comunicação corporativa do COB de 2011 a 2017, foi ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo Bolsonaro. Walter Braga Netto, que foi coordenador-geral da Assessoria Especial para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Comando Militar do Leste de 2013 a 2015 e em 2016 foi coordenador-geral de Defesa da Área dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, assumiu o Ministério da Defesa em 2018, e posteriormente a Casa Civil, em 2020. Fernando Azevedo e Silva, que comandou a Defesa de 2019 a 2021, havia presidido a Autoridade Pública Olímpica, de 2013 a 2015. Luiz Eduardo Ramos, que alternou períodos como ministro chefe da Casa Civil e da Secretaria de Governo, entre 2019 e 2022, havia sido o comandante da 1ª Divisão de Exército no Rio de Janeiro, responsável pela Vila Militar e pelo Complexo Esportivo de Deodoro, uma das quatro áreas onde eram realizadas as competições olímpicas de 2016.

Embora os megaeventos esportivos tenham sido um projeto que vinha sendo gestado desde os anos 1990 no Brasil, o amadurecimento da preparação para o Pan-Americano no final do governo Cardoso ofereceu uma oportunidade que seria muito bem aproveitada – imaginava-se – pelo governo Lula. Ao associar a Copa, mas especialmente os Jogos Olímpicos, a uma estratégia de busca pela elevação do status do país no cenário internacional, com apelo à ideia de uma ascensão pacífica, Lula aproveitava uma sincronicidade de fatores domésticos e internacionais que indicava um cenário apoteótico para o país no momento do acendimento da pira olímpica em 2016. As atenções internacionais que o evento esportivo atrai seriam aproveitadas para enaltecer as qualidades do país, da sociedade e das mensagens que o país buscava transmitir para o mundo. A sequência de megaeventos não era apenas uma sequência que acontecia no Brasil, mas sim nos países emergentes, indicando às diferentes populações do mundo uma ascensão do Sul global, e que no caso brasileiro, país com tradição de busca pela paz, era a ferramenta perfeita de *soft power*.

A intrincada cadeia de eventos ocorrida no mundo a partir de 2010, e seus ecos no Brasil de 2013, mobilizando diferentes grupos, agendando diferentes pautas e atacando diferentes alvos, mas quase sempre utilizando estratégias similares, é demonstração da adequação da lente teórica e da pertinência analítica da *interdependência complexa*. O direcionamento das insatisfações populares aos megaeventos e a degradação do apoio a um bloco político que se mantinha no poder havia treze anos indica que o *soft disempowerment* – o aumento da visibilidade dos problemas, e não das virtudes – acometeu não apenas o país, mas também aquele grupo político que havia feito dos megaeventos um ponto importante do seu projeto político. Tanto isso é verdade que o bloco que se constitui a partir dali é justamente o que se propõe a “acabar com tudo isso que está aí”, ainda em coro com os discursos que ganham corpo a partir de 2013. Em outras palavras: os megaeventos que serviriam para coroar o sucesso de um projeto de governo acabaram por catalisar uma complexa cadeia de acontecimentos que culminaram na sua derrota e na ascensão de um projeto que era seu oposto nos mais variados sentidos. A “vitrine” simbólica, na qual o Brasil se pretendia apresentar ao mundo se transformou em uma “vidraça”, estilhaçada justamente por patriotas que, ironicamente, usavam o uniforme da seleção brasileira de futebol.

REFERÊNCIAS

- 67,1% DOS BRASILEIROS aprovariam intervenção federal em seus municípios. **Poder360**, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/671-dos-brasileiros-aprovariam-intervencao-federal-em-seus-municipios/>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- A HISTÓRIA da música “Pra frente, Brasil”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/webstories/entretenimento/2020/06/a-historia-da-musica-pra-frente-brasil/> Acesso em: 29 maio 2023.
- ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley; PIKE, Elizabeth. The 2016 Olympic and Paralympic Games and Brazil's soft power. **Contemporary Social Science**, London, v. 9, n. 2, p. 271-283, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21582041.2013.838291>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- ALMEIDA, Marcelo de; OLIVEIRA, Leonardo Perdigão de; ALMEIDA REGO, Ricardo Costa de. A importância do Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) das Forças Armadas para o desempenho de atletas brasileiros: um estudo transversal. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 90, n. 2, p. 104-117, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37310/ref.v90i2.2765>. Acesso em: 21 maio 2023.
- ALLEN, Douglas W.; LANTINOVA, Vera. The ancient olympics as a signal of city-state strength. **Economics of Governance**, Heidelberg, v. 14, p. 23-44, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10101-012-0119-5>. Acesso em: 12 maio 2023.
- AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p. 214-240, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300013>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- APOIO à Copa do Mundo no Brasil segue em queda e alcança o índice mais baixo. **Datafolha**, São Paulo. 04 abr. 2014. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/04/08/copa-do-mundo.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.
- ANDERSEN, Kurt. The Protester. **Time**, 14 dez. 2011. Disponível em: https://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132,00.html. Acesso em: 16 abr. 2023.
- ARIAS, Juan. Por que tantos mimos de Temer aos militares? **El País Brasil**, 26 fev. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/27/opinion/1519689207_346590.html Acesso em: 06 jun. 2023.
- ATLETAS militares ganharam 54% das medalhas do Brasil no Pan. **Terra**, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/atletas-militares-ganharam-54-das-medalhas-do-brasil-no-pan,9730c1d496304214868da4ae0b9c8b31h8wzfbis.html>. Acesso em: 07 jun. 2023.
- BARCELLOS. Carlos Alberto Neiva. **Verde-Oliva**: Exército Brasileiro. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b78e84d5-189e-428d-a9fa-de5c7cdaa728&groupId=52610. Acesso em: 13 abr. 2023.

SEPP Blatter: Russia will host 2018 World Cup despite Crimea. **BBC Sport**, 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/sport/football/26691561>. Acesso em: 18 fev. 2023.

BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 9, n. 48, p. 5-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.83713>. Acesso em: 21 maio 2023.

BETTINE, Marco; GUTIERREZ, Diego; GRAEFF, Billy. As reportagens das mídias estrangeiras sobre o Brasil dos megaeventos esportivos: soft power, periferia e dependência. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, p. 1353-1368, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.82438>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BOLSONARO diz que se houver invasão na Venezuela, consultará Congresso, mas decisão final é dele. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-diz-que-se-houver-invasao-na-venezuela-consultara-congresso-mas-decisao-final-dele-23583255>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BOLZ, Daphné. Sports policy, the press and the origins of the cold war in occupied Germany, 1945–51. **Sport In History**, Abingdon, v. 35, n. 2, p. 195-216, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17460263.2015.1010224>. Acesso em: 2 maio 2023.

BONIFACE, Pascal. Le sport: une fonction géopolitique. **Revue Défense Nationale**, Paris, n. 800, p. 134-138, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/rdna.800.0134>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BONIFACE, Pascal. **Géopolitique du sport**. Paris: Dunod, 2021. Disponível em: <https://www.amazon.fr/G%C3%A9opolitique-du-sport-Pascal-Boniface/dp/2100822365>. Acesso em: 12 maio 2023.

BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. **G1**, 16 dez. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html#:~:text=Levantamento%20anterior,na%20sequ%C3%Aancia%20hist%C3%B3rica%20do%20levantamento>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BOYKOFF, Jules. Olympic Hurdles. Why the Games Sometimes Bring Out the Worst. **Foreign Affairs**, New York, 05 ago. 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2016-08-05/olympic-hurdles>. Acesso em: 29 maio 2023.

BOURBILLÈRES, Hugo; GASPARINI, William; KOEBEL, Michel. Local protests against the 2024 Olympic Games in European cities: the cases of the Rome, Hamburg, Budapest and Paris 2024 bids. **Sport in Society**, Abingdon, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17430437.2021.1960312>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRANNAGAN, Paul Michael; GIULIANOTTI, Richard. Qatar, global sport and the 2022 FIFA World Cup. *In*: GRIX, Jonathan (ed.) **Leveraging legacies from sports mega-events:**

concepts and cases. London: Palgrave Pivot, 2014. p. 154-165. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137371188>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRANNAGAN, Paul Michael; GIULIANOTTI, Richard. The soft power–soft disempowerment nexus: the case of Qatar. **International affairs**, Oxford, v. 94, n. 5, p. 1139-1157, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iyy125>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRANNAGAN, Paul Michael; ROOKWOOD, Joel. Sports mega-events, soft power and soft disempowerment: international supporters' perspectives on Qatar's acquisition of the 2022 FIFA World Cup finals. **International Journal of Sport Policy and Politics**, Abingdon, v. 8, n. 2, p. 173-188, 2016. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19406940.2016.1150868>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Turismo. **Com a presença do Presidente Lula, Rio 2007 apresenta mascote.** Brasília, 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/noticias/noticia060718-mascote>. Acesso em: 9 abr. 2023.

BRASIL. Centro de Capacitação Física do Exército. **General Brasil fala sobre o Programa Atletas de Alto Rendimento.** 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rtMv4w3-xTQ> Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.** Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5289.htm. Acesso em: 9 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto de 8 de agosto de 2016.** Amplia e sistematiza as determinações presidenciais de emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/dsn14401.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Atletas-militares conquistam cinco medalhas nos Jogos Olímpicos Londres 2012.** 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/13082012-defesa-atletas-militares-conquistam-cinco-medalhas-nos-jogos-olimpicos-londres-2012>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Jogos Olímpicos - Tóquio 2020:** Programa Atletas de Alto Rendimento (PAAR). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N7atHyUv3Os> Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria conjunta nº 1, de 4 fevereiro de 2015.** Cria e disciplina a Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 no estado do Rio de Janeiro - COESRIO2016. Brasília, 2015. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/6350/2/POC_SESGE_SESEG-RJ_SEDEC-RJ_2015_1.html. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Programa Atletas de Alto Rendimento**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esporte/programa-de-alto-rendimento>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Presidente da República: Luis Inácio Lula da Silva: 2003-2011. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-anuncio-do-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRAZIL takes off. **The Economist**, 12 nov. 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>. Acesso em: 01 abr. 2023.

CANALI, Enrico. Esporte e geopolítica competem nos Jogos Olímpicos. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/esporte-e-geopolitica-competem-nos-jogos-olimpicos/>. Acesso em: 13 maio 2023.

CARLETON. Department of History. **Prof. Erica Fraser. HIST 3902A: Sports in the Cold War**. Carleton, 2022. Disponível em: <https://carleton.ca/history/undergraduate/courses/3000-level-2/hist-3902-sports-cold-war/> Acesso em: 30 maio 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. São Paulo: Zahar. 2017.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. An assessment of the Lula era. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p. 5-6, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300001>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CERVO, Amado Luiz. Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p. 7-32, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300002>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CHATIN, Mathilde. Brazil: analysis of a rising soft power. **Journal of Political Power**, Abingdon, v. 9, n. 3, p. 369-393, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/2158379X.2016.1232286>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CIDADES-SEDE da Copa terão protestos neste fim de semana contra violação de direito. **Estado de Minas**, 10 dez. 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2011/12/10/interna_nacional,266662/cidades-sede-da-copa-terao-protestos-neste-fim-de-semana-contraviolacao-de-direito.shtml. Acesso em: 14 abr. 2023.

CISM. **CISM Military World Summer Games**. 2023. Disponível em: <https://www.milспорт.one/events/cism-military-world-summer-games>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. **Participação do Brasil. 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/brasil-nos-jogos/participacoes/rio-2007/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

COMITÊ RIO2016. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://library.olympics.com/Default/doc/SYRACUSE/38508/rio-2016-candidate-city-dossier-de-candidature-de-rio-de-janeiro-a-l-accueil-des-jeux-olympiques-et-?_lg=en-GB. Acesso em: 09 abr. 2023.

CONTINÊNCIA de brasileiros no pódio no Pan chama atenção, e COB defende. **GloboEsporte**, 15 jul. 2015. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/jogos-pan-americanos/noticia/2015/07/continencia-de-brasileiros-no-podio-no-pan-chama-atencao-e-cob-defende.html>. Acesso em: 08 jun. 2023.

COOPERATION with the UN. **International Olympic Committee - IOC**. Lausanne, 2022. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/cooperation-with-the-un>. Acesso em: 03 mar. 2023.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.47628>. Acesso em: 21 maio 2023.

CORNELISSEN, Scarlett; BOB, Urmilla; SWART, Kamilla. Towards redefining the concept of legacy in relation to sport mega-events: Insights from the 2010 FIFA World Cup. **Development Southern Africa**. Abingdon, v. 28, n. 3, p. 307-318, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0376835X.2011.595990>. Acesso em: 13 mar 2023.

CORRÊA, Amanda Jorge; MORAES E SILVA, Marcelo; MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOILLI, Fernando Renato. Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa “Bolsa-Atleta”(2005-2011). **Pensar a prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v17i4.29057>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CORRÊA, Luiz Fernando; DUARTE, Mário Sérgio; BORRI, Henrique. **Mais forte: Olimpíadas seguras em meio ao caos**. Rio de Janeiro: Maquinária, 2017.

MASCOTE da Copa não voltará para Porto Alegre, garante Fortunati. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 out. 2012. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/mascote-da-copa-n%C3%A3o-voltar%C3%A1-para-porto-alegre-garante-fortunati-1.102760>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COSTA, Camilla; KAWAGUTI, Luis; GUIMARÃES, Thiago. #SalaSocial: Continência de brasileiros no Pan divide opiniões. **BBC News Brasil**, 15 jun. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150715_salasocial_continenciapan_tgcclk. Acesso em: 06 jun. 2023.

COUTO, André. As Olimpíadas perdidas de Brasília. **História(s) do Sport**. 2015. Disponível em: <https://historiadesporte.wordpress.com/2015/08/17/as-olimpiadas-perdidas-de-brasil/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CROWTHER, Nigel. Sports, nationalism and peace in ancient Greece. **Peace Review**, Abingdon, v. 11, n. 4, p. 585-589, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10402659908426311>. Acesso em: 09 mar. 2023.

CULL, Nicholas J. The public diplomacy of the modern Olympic Games and China's soft power strategy. *In*: PRICE, Monroe E.; DAYAN, Daniel (ed.). **Owning the Olympics: narratives of the new China**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008. p. 117-144. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/24006/1006127.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CURRO, Luis. Brasil não atinge meta do comitê olímpico de ficar entre os 10 melhores países. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1805441-brasil-nao-atinge-meta-de-classificacao-estabelecida-pelo-comite-olimpico.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2023.

D'AGATI, Philip. **The cold war and the 1984 Olympic Games: a Soviet-American surrogate war**. New York: Palgrave Macmillan, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/9781137360250>. Acesso em: 12 jun. 2023.

DA SILVA, Elvis Simões P.; GOMES, Maria Terezinha Serafim. Os BRICS e a organização de megaeventos esportivos na ordem mundial pós-guerra fria. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 10, n. 19, p. e202101-e202101, 2021. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-8897-9844>. Acesso em: 09 jun. 2023.

DATAFOLHA: 62% reprovam o governo Dilma. **O Globo**. Rio de Janeiro, 18 mar. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/datafolha-62-reprovam-governo-dilma-15627030>. Acesso em: 15 abr. 2023.

DEMIREL, Duygu Harmandar; YILDIRAN, Ibrahim. The philosophy of physical education and sport from ancient times to the enlightenment. **European Journal of Educational Research**, [s.l.], v. 2, n. 4, p. 191-202, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.12973/eujer.2.4.191>. Acesso em: 07 jun. 2023.

DILMA é vaiada na abertura da Copa das Confederações em Brasília. **G1**, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-e-vaiada-na-abertura-da-copa-das-confederacoes-em-brasilia-1.html>. Acesso em: 16 abr. 2023.

DORINI, Guilherme; PAIVA, Celso; RIBEIRO, Gabriel Francisco. Pedido ou espontâneo? Entenda continência dos atletas no Pan. **Terra**, 15 jun. 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/jogos-pan-americanos/por-que-atletas-fazem-continencia-no-podio-do-pan-terra-explica,f4061816ccc6546349ec4c1c9a625dfc8e8zRCRD.html>. Acesso em: 05 jun. 2023.

DUBINSKY, Yoav. Analyzing the roles of country image, nation branding, and public diplomacy through the evolution of the modern Olympic movement. **Physical Culture and Sport**, Varsóvia, v. 84, n. 1, p. 27-40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/pcssr-2019-0024>. Acesso em: 12 jun. 2023.

EVENTO da Copa tem protestos de bombeiros e manifestação solitária contra Teixeira. **UOL Esporte**, 30 jul. 2011. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/07/30/evento-da-copa-tem-protestos-de-bombeiros-e-manifestacao-solitaria-contrateixeira.htm?foto=43>. Acesso em: 15 abr. 2023.

EVOLUTION of BRICS, 2021. **BRICS**, 2021. Disponível em: <https://brics2021.gov.in/about-brics>. Acesso em: 18 fev. 2023.

EXPLOSIONS heard after 'suicide bomb attacks' go off near French stadium during game. **Metro**, London, 13 nov. 2015. Disponível em: <https://metro.co.uk/2015/11/13/two-explosions-heard-in-stade-de-france-during-france-v-germany-game-5500399/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

FHC quer olimpíada de 2012 no Rio. **Diário do Grande ABC**, 25 abr. 2000. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/385254/fhc-quer-olimpiada-de-2012-no-rio>. Acesso em: 08 abr. 2023.

FREIXO, Adriano de; PEDRONE, Luis. **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Pol%C3%ADtica-Externa-Brasileira-Lula-Balan%C3%A7o/dp/8561022566>. Acesso em: 21 jun. 2023.

GAFFNEY, Christopher. Segurança pública e os megaeventos no Brasil. 2015. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Os Impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, v. 20, p. 165-183. Disponível em: <https://doi.org/10.5167/uzh-114995>. Acesso em: 08 mai. 2023.

GALLAS, Daniel. 'Ele escala o ministério, eu escalo a seleção': o técnico do Brasil que peitou o presidente. **BBC News Brasil**, 08 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57398513>. Acesso em: 07 jun. 2023.

GIULIANOTTI, Richard. The Beijing 2008 Olympics: Examining the interrelations of China, globalization, and soft power. **European Review**, Cambridge, v. 23, n. 2, p. 286-296, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1062798714000684>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GOMES SARAIVA, Miriam; COSTA SILVA, Álvaro Vicente. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**. Brasília, n. 64, p. 117-137, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2019.64a08>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GRIX, Jonathan; BRANNAGAN, Paul Michael; HOULIHAN, Barrie. Interrogating states' soft power strategies: A case study of sports mega-events in Brazil and the UK. **Global society**, Canterbury, v. 29, n. 3, p. 463-479, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13600826.2015.1047743>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. **A bolsa-atleta eleva o desempenho de seus beneficiários?** Análise do período 2005-2008. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alexandre-Guimaraes-13/publication/260400725_a_bolsa-atleta_eleva_o_desempenho_de_seus_beneficiarios_analise_do_periodo_2005-

2008/links/584a92ec08aee436cbff067e/a-bolsa-atleta-eleva-o-desempenho-de-seus-beneficiarios-analise-do-periodo-2005-2008.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

HAS Brazil blown it? **The Economist**, London, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2013/09/27/has-brazil-blown-it>. Acesso em: 19 jun. 2023.

HARRIS, John. Global protests: is 2011 a year that will change the world? **The Guardian**, London, 15 nov. 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/nov/15/global-protests-2011-change-the-world>. Acesso em: 16 abr. 2023.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and interdependence revisited. **International organization**, Cambridge, v. 41, n. 4, p. 725-753, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020818300027661>. Acesso em: 12 jun. 2023.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and interdependence. **Survival**. London, v. 15, n. 4, p. 158-165, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396337308441409>. Acesso em: 12 jun. 2023.

KOBIERECKI, Michał Marcin et al. Russia and its international image. **International Studies: Interdisciplinary Political and Cultural Journal (IS)**, Łódź, v. 18, n. 2, p. 165-186, 2016. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=498096>. Acesso em: 2 jul. 2023.

KOKAZ, Nancy. Between anarchy and tyranny: excellence and the pursuit of power and peace in ancient Greece. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 27, n. 5, p. 91-118, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S026021050100804X>. Acesso em: 1 maio 2023.

KRAMAREVA, Nina; GRIX, Jonathan. 'War and peace' at the 1980 Moscow and 2014 Sochi Olympics: The role of hard and soft power in Russian identity. **The international journal of the history of sport**, Abingdon, v. 35, n. 14, p. 1407-1427, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09523367.2019.1610400>. Acesso em: 23 jun. 2023.

KURLANTZICK, Joshua. **State capitalism**: how the return of statism is transforming the world. New York: Oxford University Press, 2016.

LARGE, David Clay. The Nazi Olympics: Berlin 1936. In: LENSKEYJ, Helen Jefferson; WAGG, Stephen (ed.). **The Palgrave handbook of Olympic studies**. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 60-71. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9780230367463_5. Acesso em: 12 jun. 2023.

LEKAKIS, Nikos. The Limits of Soft Power-Sports Diplomacy Templates in IR Research. **E-International Relations**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2019/06/23/the-limits-of-soft-power-sports-diplomacy-templates-in-ir-research/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

LEVERMORE, Roger; BUDD, Adrian. Introduction: Sport and international relations: Continued neglect? In: BUDD, Adrian; LEVERMORE, Roger. **Sport and International Relations**. Abingdon: Routledge, 2004. p. 18-27. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203497234>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. **Boletim Opsa**, [s.l.], v. 1809, p. 15, 2019. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPESA_2019_n1-jan-mar.pdf#page=15. Acesso em: 23 jun. 2023.

LOURENÇO, Luana. Dilma: Jogos Mundiais Militares são preparação para a Copa e as Olimpíadas. **Jornal do Brasil**, 18 jun. 2011. Disponível em: <https://www.jb.com.br/jogos-mundiais-militares/noticias/2011/07/18/dilma-jogos-mundiais-militares-sao-preparacao-para-a-copa-e-as-olimpiadas.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

LULA 'é o cara', diz Obama durante reunião do G20, em Londres. **G1**, 02 abr. 2009. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1070378-9356,00-LULA+E+O+CARA+DIZ+OBAMA+DURANTE+REUNIAO+DO+G+EM+LONDRES.html. Acesso em: 02 abr. 2023.

LULA é vaiado quatro vezes e não faz a abertura do Pan. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jul. 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/esportes/lula-vaiado-quatro-vezes-nao-faz-abertura-do-pan-4171774> Acesso em: 03 abr. 2023.

LULA foi vaiado nos Jogos Pan-Americanos de 2007; relembre o episódio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1295861-lula-foi-vaiado-nos-jogos-pan-americanos-de-2007-relembre-o-episodio.shtml>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MACKENZIE, Michael. From Athens to Berlin: The 1936 Olympics and Leni Riefenstahl's Olympia. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 29, n. 2, p. 302-336, 2003. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/374029>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MALANSKI, Daniel. Cannibals, colorful birds, and exuberant nature: the representation of Brazilian nationalism and its tropical modernity in the 2016 Rio Olympics. **Journal of Sport and Social Issues**, Urbana, v. 44, n. 2, p. 175-196, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0193723519889344>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MANIFESTANTES protestam em passeata pelo Dia Mundial de Lutas contra a Copa, na Avenida Presidente Vargas, no centro da cidade do Rio de Janeiro. **Wikipedia.org**, 15 maio 2014. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:914785-protesto_copa_rio_de_janeiro-2251.jpg. Acesso em: 06 jun. 2023.

MANZENREITER, Wolfram. The Beijing games in the western imagination of China: The weak power of soft power. **Journal of Sport and Social issues**, Urbana, v. 34, n. 1, p. 29-48, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0193723509358968>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MARQUES, Dassler. Ronaldo fala em nome do povo e derrapa: "não se faz Copa com hospital". **Terra**, 01 dez. 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/copa-2014/ronaldo-fala-em-nome-do-povo-e-derrapa-nao-se-faz-copa-com-hospital,5cd91d81c499a310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MARTINO, Rodolfo Stipp. Realizada em ano eleitoral, Copa do Mundo tem histórico de uso político. **CNN Brasil**, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/realizada-em-ano-eleitoral-copa-do-mundo-tem-historico-de-uso-politico/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

MASCARENHAS, Fernando; SILVA, Silvio Ricardo da; SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 495-517, 2014.

McCLORY, Jonathan. The soft power 30: a global ranking of soft power. **USC Center on Public Diplomacy**, Portland, 2019. Disponível em: <https://softpower30.com/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MEDALHA de ouro para o sonho olímpico dos cariocas. **Jornal do Brasil**, 03 mar. 1997. p. 1 e 14. Disponível em: http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_11&hf=www.google.com&pagfis=295407. Acesso em: 09 abr. 2023.

MELLO, Eduardo Brigidi de. **A nova política externa independente: o Governo Lula e a inserção externa brasileira no século 21**. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/21573>. Acesso em: 04 fev. 2023.

MICHEL Temer é vaiado e tem nome escondido na abertura dos Jogos Olímpicos. **UOL**, 05 ago. 2016. Disponível em: <https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/08/05/cerimonia-de-abertura-dos-jogos-olimpicos-do-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em: 06 jun. 2023

MILITARES ganham poder no governo Temer: fato preocupa aliados. **Exame**, 04 mar. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/protagonismo-de-militares-preocupa-entorno-de-temer/>. Acesso em: 09 jun. 2023

MORAIS, Leonardo da Silva; TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. Jogos Olímpicos de 2016: A reconstrução da imagem brasileira com FHC e Lula. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABRI, 2013. Disponível em: http://www.encontronacional2013.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=361. Acesso em: 09 abr. 2023.

MOREIRA, Mário. Rio 2004 recorre a apoio oficial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 fev. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/2/22/esporte/14.html>. Acesso em: 08 abr. 2023.

MURRAY, Stuart. The two halves of sports-diplomacy. **Diplomacy & Statecraft**, Abingdon, v. 23, n. 3, p. 576-592, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592296.2012.706544>. Acesso em: 09 jun. 2023.

NDLOVU, Sifiso Mxolisi. Sports as cultural diplomacy: The 2010 FIFA World Cup in South Africa's foreign policy. *In*: ALEGI, Peter; BOLSMANN, Chris (ed.) **South Africa and the Global Game**. London: Routledge, 2010. p. 144-153. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315868936>. Acesso em: 27 mar. 2023.

NÚMERO de mortes por intervenção policial no RJ mais que dobra em cinco anos. **G1**, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/15/numero-de-mortes-por-intervencao-policial-no-rj-chega-a-895-em-2018.ghtml> Acesso em: 07 jun. 2023.

NYE. Joseph S. Soft Power. **Foreign Policy**, Washington, n. 80, p. 153-171, 1990a. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1148580>. Acesso em: 23 mar. 2023.

NYE, Joseph S. The changing nature of world power. **Political science quarterly**, Oxford, v. 105, n. 2, p. 177-192, 1990b. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2151022>. Acesso em: 12 jun. 2023.

NYE, Joseph S. **Understanding international conflicts**: an introduction to theory and history. 4th ed. London: Longman, 2003.

NYE, Joseph. **Soft Power**: the means to success in world politics. New York: Public Affairs: 2004.

NYE, Joseph S. Public diplomacy and soft power. **The annals of the American Academy of Political and Social Science**, Thousand Oaks, v. 616, n. 1, p. 94-109, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002716207311699>. Acesso em: 12 maio 2023.

NYE, Joseph S. Soft power: the evolution of a concept. **Journal of Political Power**, Abingdon, v. 14, n. 1, p. 196-208, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2158379X.2021.1879572>. Acesso em: 22 jun. 2023.

O GENERAL Geisel não foi eleito, eu fui', diz Mourão no Brazil Conference. **Poder360**, 08 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NiTeARYf-xo>. Acesso em: 18 fev. 2023.

OLIMPÍADA tem mais que o dobro de laureados militares em quatro anos. **Lance**, 26 ago. 2016. Disponível em: <https://www.lance.com.br/rio2016/olimpiada-tem-mais-que-dobro-laureados-militares-quatro-anos.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

OLIVEIRA, Mariana; PASSARINHO, Nathalia. Aprovação do governo Dilma cai de 55% para 31%, aponta Ibope. **G1 Política**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html>. Acesso em: 14 fev. 2023.

OLSEN. Andreas Blichfeldt. A global map of Qatar's sponsorships in sports. **PlayTheGame.org**, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://www.playthegame.org/news/a-global-map-of-qatar-s-sponsorships-in-sports/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ÔNIBUS da Fifa é apedrejado por manifestantes em Salvador. **GloboPlay**, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2648456/?s=0s>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ORTELLADO, Pablo. Dois anos depois: afinal, era por vinte centavos? **El País Brasil**, 16 jan. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html. Acesso em: 16 abr. 2023.

ORWELL, George. The sporting spirit. **The Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell**, [S.l.], v. 4, p. 1945-1950, 1945. Disponível em: <https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/the-sporting-spirit/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; DO CARMO, Corival Alves. A política externa brasileira nos governos Lula e Dilma (2003/2014): a América do Sul. **Perspectivas: revista de ciências sociais**, Araraquara, v. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/12436/8167>. Acesso em: 23 jun. 2023.

PENIDO, Ana. O partido militar, o partido fardado e o sistema político brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 11., 2021, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2021. Disponível em: https://www.enabed2021.abedef.org/resources/anais/15/enabed2020/1612289589_ARQUIVO_c2ab26981a5cd7e6c5ce3ed2f9cc065c.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

PETTAVINO, Paula; BRENNER, Philip. More than just a game. **Peace Review**, Abingdon, v. 11, n. 4, p. 523-530, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10402659908426302>. Acesso em: 09 mar. 2023.

PIRES, Breiller. A seleção que ‘presenteou’ a ditadura com uma taça. **El País**, 07 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-07/a-selecao-que-presenteou-a-ditadura-com-uma-taca.html>. Acesso em: 09 jun. 2023.

POR QUE o exoesqueleto de Nicolelis teve tão pouco destaque na abertura da Copa. **Gizmodo**, 14 jun. 2014. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/exoesqueleto-nicolelis-fifa/> Acesso em: 28 jun. 2023.

PREUSS, Holger. The conceptualisation and measurement of mega sport event legacies. **Journal of sport & tourism**, Abingdon, v. 12, n. 3-4, p. 207-228, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14775080701736957>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PROJETO Bolsonaro presidente foi construção de generais. **Deutsche Welle**, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/projeto-bolsonaro-presidente-foi-constru%C3%A7%C3%A3o-de-generais/a-56614896> Acesso em: 08 jun. 2023.

PROTESTO na Copa das Confederações será coibido com prisão, diz GDF. **G1**, 14 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/protesto-na-copa-das-confederacoes-sera-coibida-com-prisao-diz-secretario.html>. Acesso em: 16 abr. 2023.

PUFF, Jefferson. 4 motivos que levaram o Rio a decretar estado de calamidade pública. **BBC News Brasil**, 18 jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36566996> Acesso em: 10 jun. 2023.

RANA, Waheeda. Theory of complex interdependence: A comparative analysis of realist and neoliberal thoughts. **International Journal of Business and Social Science**, United States, v. 6, n. 2, p. 290-297, 2015. Disponível em: <https://www.education.psu.edu/emsc302/sites/www.e->

education.psu.edu.emsc302/files/ComplexInterdependenceArticle.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

RANGEL, Sérgio. Eterna candidata. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2306200707.htm>. Acesso em: 03 jun. 2023.

REPORT of the 2016 IOC Evaluation Commission - Games of the XXXI Olympiad. **IOC. International Olympic Committee**, Lausanne, 2009. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Host-City-Elections/XXXI-Olympiad-2016/Report-of-the-IOC-Evaluation-Commission-for-the-Games-of-the-XXXI-Olympiad-in-2016.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

RESENDE, Carlos Augusto. O Esporte na Política Externa do Governo Lula: o importante é competir? **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, Brasília, v. 11, n. 122, p. 35-41, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4233/3876>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RIDGE, Scott. Police banner at Rio airport reads 'Welcome to Hell'. **SportingNews**, 29 jun. 2016. Disponível em: <https://www.sportingnews.com/us/more/news/rio-olympics-2016-summer-games-hell-gang-warfare-pollution-zika-warning-banner/1sr1vm8vjojrd1jm2tg8ykl2uk>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RIO bate San Antonio e será sede do Pan de 2007. **Tribuna**, 25 ago. 2002a. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/esportes/rio-bate-san-antonio-e-sera-sede-do-pan-de-2007/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

RIO de Janeiro é escolhida como sede do Pan-Americano de 2007. **UOL**, 24 ago. 2002b. Disponível em: https://www.uol.com.br/esporte/pan/remover_2003/ultimas/2002/08/24/ult79u33.jhtm. Acesso em: 09 abr. 2023.

RIO não é finalista da Olimpíada de 2004. **Folha Online**, São Paulo, 08 mar. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/esp/es07031.htm>. Acesso em: 07 abr. 2023.

ROCHA, Claudio M. Rio 2016 Olympic Games and diplomatic legacies. **International Journal of Sport Policy and Politics**, Abingdon, v. 9, n. 2, p. 277-294, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19406940.2017.1287762>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ROCHA, Maria Elizabeth; CARVALHO, José Murilo de; VIANA, Natalia. A volta dos militares à política. **Agência Pública**, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/video/2021/02/militares-e-a-politica/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

RODRIGUES, Andrei Augusto Passos. Seguridad en Grandes Eventos Internacionales: La efectividad de las acciones integradas y coordinadas como paradigma para la seguridad pública. **Revista de Investigación CUGC - Centro Universitario de la Guardia Civil de España**, Madrid, 2020. Disponível em: <https://www.cugc.es/investigacion/publicaciones/busqueda-avanzada/38-editado-por-el-cugc/ediciones-del-centro-universitario/877-7-revista-de-investigacion-noviembre-2020>. Acesso em: 01 mar. 2023.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

RODRIK, Dani. **The globalization paradox**: Democracy and the future of the world economy. New York: WW Norton, 2011.

SAIBA por que os brasileiros estão prestando continência quando ganham medalhas no Pan. **GauchaZH**, Porto Alegre, 16 jul. 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/07/saiba-por-que-os-brasileiros-estao-prestando-continencia-quando-ganham-medalhas-no-pan-4802971.html>. Acesso em: 07 jun. 2023.

SAJNA, Radoslaw. Branding Rio, Brazil and the environment: A global media coverage of the 2016 Summer Olympics opening ceremony. **Observatorio (OBS*)**, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3402/d5366fb6e6720ee104fce9f0a4a889fdd9bf.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SAKAEDANI, Akiko. 2002 FIFA World Cup and its effects on the reconciliation between Japan and the Republic of Korea. **Japanese Journal of Political Science**, Cambridge, v. 6, n. 2, p. 233-257, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1468109905001854>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SALLES, Stéfano. 20 anos depois: candidatura Rio 2004 tinha Fundação como eixo esportivo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/20-anos-depois-candidatura-rio-2004-tinha-fundao-como-eixo-esportivo-18914575>. Acesso em: 07 abr. 2023.

SANTOS, Chico. FHC 'sociólogo' impressiona missão do COI. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/25/esporte/34.html>. Acesso em: 07 abr. 2023.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SMART, Barry. Not playing around: global capitalism, modern sport and consumer culture. **Global networks**, Hoboken, v. 7, n. 2, p. 113-134, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2007.00160.x>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SHALDERS, André; MACHADO, Leandro; FRANCO, Luiza. Copa da Rússia chegou e Brasil ainda não terminou 41 obras de 2014. **BBC News Brasil**, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44472647>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SPOTLIGHT: Porto Alegre 1963 Summer Universiade memories. **FISU - Fédération Internationale du Sport Universitaire**, Lausanne. 05 nov. 2019. Disponível em: <https://www.fisu.net/news/summer-fisu-world-university-games/spotlight-porto-alegre-1963-summer-universiade-memories>. Acesso em: 05 jun. 2023.

TEIXEIRA, Marcelo Resende; MATIAS, Wagner Barbosa; CARNEIRO, Fernando Henrique; MASCARENHAS, Fernando Alves. O Programa Bolsa Atleta no contexto esportivo nacional. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, p. 92-109, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29nespp92>. Acesso em: 13 abr. 2023.

THE YEAR of global indignation. **Financial Times**, 2011. Disponível em: <https://www.ft.com/content/36339ee2-cf40-11e0-b6d4-00144feabdc0#axzz1dnJQxbpm> Acesso em: 16 abr. 2023.

UN environment agency hails plans for ‘green’ 2008 Beijing Olympic Games. **UN News**. [s.l.] 2007. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2007/10/237112>. Acesso em: 18 mar. 2023.

VICTOR, Fábio. **Poder camuflado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 273-335, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>. Acesso em: 14 jun. 2023.

WALLIN, Cláudia Varejão. Altos gastos fazem Suécia desistir de candidatura olímpica de 2022. **BBC News Brasil**, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140118_estocolmo_desiste_candidatura_olimpiada_inverno_cv Acesso em: 18 fev. 2023.

WONG, Dennis. How China built the world’s largest high-speed rail network. **South China Morning Post**, Hong Kong, 2022. Disponível em: <https://multimedia.scmp.com/infographics/news/china/article/3200811/high-speed-railway/index.html> Acesso em: 21 fev. 2023.

XINBO, Wu. Understanding the geopolitical implications of the global financial crisis. **The Washington Quarterly**. Washington, v. 33, n. 4, p. 155-163, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0163660X.2010.516648>. Acesso em: 07 abr. 2023.